

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO

Maj INF HIARLLEY GONÇALVES CRUZ **LANDIM**

**A diplomacia militar do Exército Brasileiro e o
ambiente de segurança e defesa na América do Sul**



Rio de Janeiro

2014

Maj INF HIARLLEY GONÇALVES CRUZ **LANDIM**

**A diplomacia militar do Exército Brasileiro e o ambiente de
segurança e defesa na América do Sul**

Tese apresentada à Escola de Comando e
Estado-Maior do Exército, para a obtenção do
título de Doutor em Ciências Militares.

Orientadora: Prof^a Dra ADRIANA APARECIDA MARQUES

Rio de Janeiro – RJ
2014

D257d LANDIM, Hiarley Gonçalves Cruz.

A Diplomacia Militar do Exército Brasileiro e o ambiente de Segurança e Defesa na América do Sul. / Hiarley Gonçalves Cruz Landim. 2014. 180 f. : il ; 30cm.

Tese (Doutorado) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2014. Bibliografia: f. 160 -174.

1. Relações Internacionais. I. Título.

CDD345.45

Maj Inf HIARLLEY GONÇALVES CRUZ LANDIM

A DIPLOMACIA MILITAR DO EXÉRCITO BRASILEIRO E O AMBIENTE DE
SEGURANÇA E DEFESA NA AMÉRICA DO SUL

Tese apresentada à Escola de Comando e
Estado-Maior do Exército, como, requisito
parcial para a obtenção do título de Doutor em
Ciências Militares.

Aprovada em 26 de fevereiro de 2015.

BANCA EXAMINADORA



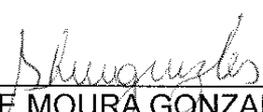
ADRIANA APARECIDA MARQUES – Prof^a Dr^a – Presidente
Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército



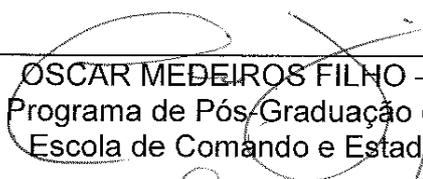
ANTONIO JORGE RAMALHO DA ROCHA – Prof Dr - Membro
Universidade de Brasília



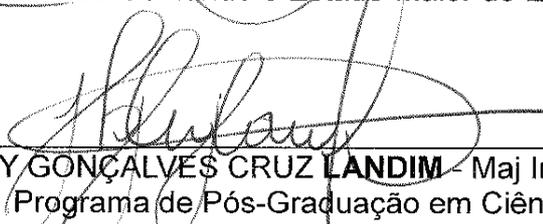
SAMUEL ALVES SOARES – Prof Dr - Membro
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho



SELMA LÚCIA DE MOURA GONZALES – Maj (Dr^a) – Membro
Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército



OSCAR MEDEIROS FILHO – Maj (Dr) – Membro
Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército



Ciente

HIARLLEY GONÇALVES CRUZ LANDIM - Maj Inf - Postulante
Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares

À minha amada esposa e filho.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço à Deus, por ter me permitido encarar esse desafio e ter me dado o sustento espiritual necessário para não fraquejar perante as dificuldades encontradas no caminho. Agradeço aos meus pais pelo dom da vida, sabedoria e apoio que sempre dispensaram a mim ao longo de minha trajetória. Agradeço aos meus camaradas da Pós Graduação, pelo suporte e força ao longo das inacabáveis jornadas em sala de aula. Agradeço, também, à minha orientadora, Professora Dra Adriana Marques, pela confiança em mim depositada, pela paciência e entendimento da vida de um pesquisador militar e, acima de tudo, pelas orientações seguras e coerentes, durante todas as etapas da pesquisa. Não poderia deixar de agradecer ao meu “co-orientador” e amigo, Professor Dr. Oscar Filho, pela sábia sugestão na escolha do objeto de pesquisa, pelas orientações e correções, e pela amizade irrestrita. Por fim, quero agradecer à minha esposa Alessandra, meu porto seguro de todas as horas, meu refúgio e alento nas dificuldades, pela paciência, entendimento, suporte, incentivo e apoio irrestrito a mais esse projeto na minha vida. Sem sua contribuição nada seria possível.

“Toda força será fraca, se não estiver
unida.” (Jean de La Fontaine)

RESUMO

O presente estudo trata da diplomacia militar realizada pelo Exército Brasileiro e o ambiente de segurança e defesa da América do Sul. Com base nas relações entre o Exército Brasileiro e os demais exércitos da região, além das percepções dos Adidos Militares sul-americanos acreditados no Brasil, são analisadas a influência dessas relações na constituição de um ambiente regional mais cooperativo para questões de defesa e segurança. De acordo com os analistas de Relações Internacionais, a América do Sul se apresenta como uma região pacífica, mas ao mesmo tempo instável, configurando-se, assim, em dois distintos espaços, o Cone Sul mais integrado e cooperativo e o Norte Andino com resquícios de fragmentação e questões não resolvidas. Porém, o Brasil, pela sua posição geográfica no sub-continente, exerce papel fundamental de ligação entre esses dois espaços, agindo como força-motriz da integração regional. Nesse contexto, o trabalho busca verificar a participação do Exército Brasileiro, por meio das relações com os demais exércitos, para a ampliação da integração ou pelo menos maior aproximação no campo militar, que interfiram na configuração do ambiente de segurança e defesa da região, tornando-o mais cooperativo do que conflitivo. Para tal, possui um caráter interdisciplinar, pois envolve diferentes campos do conhecimento: Ciência Política, Sociologia e Relações Internacionais. Os dados analisados se baseiam em fontes diversas, principalmente documentos coletados no Ministério da Defesa, Ministério das Relações Exteriores e Estado-Maior do Exército Brasileiro; além das entrevistas realizadas com oficiais gerais e embaixadores que estiveram no centro do poder decisório, durante os governos de FHC e Lula; e entrevistas com os Adidos Militares dos países da região. Apesar dos problemas que ainda impedem uma maior integração, a América do Sul vem buscando diálogo e aproximação, particularmente após a criação da Unasul e CDS, evidenciando que os problemas de segurança e defesa estão sendo compartilhados e, conseqüentemente, requerem maior cooperação para enfrentá-los. Assim, o estudo mostra que a participação do Exército Brasileiro nesse processo é relevante, ainda que possua limitada atuação na área internacional. As iniciativas de diplomacia militar desenvolvidas pelo Exército Brasileiro têm corroborado para a manutenção da cooperação entre os exércitos da região e, assim, dar continuidade à “política da boa vizinhança”, contribuindo para o aumento da confiança mútua e, conseqüentemente, para o deslocamento do “leque” dos padrões de relacionamento para o lado da amizade, em detrimento da inimizade.

Palavras-Chave: América do Sul, Integração regional, Defesa, Segurança, diplomacia militar.

ABSTRACT

The current study aims at the military diplomacy carried out by Brazilian Army and the security and defense environment in South America. Based on relations between the Brazilian Army and other armies in the region, beyond the perceptions of the South America Military Attachés accredited in Brazil, analyzes the influence of these relationships in the formation of a more cooperative environment for issues about security and defense. According to the theories of International Relations, South America is a peaceful region, but at the same time unstable, divided in two different areas; the Southern Cone more integrated and cooperative; and the North Andean with signal of fragmentation and unresolved issues. However, Brazil, due its geographical position in the sub-continent, plays a fundamental role for linking these two areas, acting as a driving force for regional integration. In this context, the thesis aims to verify the participation of the Brazilian Army, through relationships with other armies, for the expansion of integration or at least for approaching the military subjects, which act with the regional environment of security and defense configuration, making it more cooperative than conflictual. This is an interdisciplinary study and we used an approach that has involved different fields of knowledge: Political Science, Sociology and International Relations. The data analyzed are based on different sources of research. The documents from Ministry of Defense, Ministry of Foreign Affairs and the General Staff of the Brazilian Army; interviews with generals and ambassadors who were at the center of decision-making during the FHC and Lula governments; and interviews with the Military Attaché of the countries of the region. Despite the problems that still stop further integration, South America has been developing their dialogue and approach, particularly after the creation of UNASUR and CDS, showing that the problems of security and defense are being shared and hence require greater cooperation for solving them. Thus, the study shows that the participation of the Brazilian Army in the process is relevant, although it has limited influence in international area. The Brazilian Army military diplomacy initiatives have supported to maintain cooperation between the armies of the region and thus continue the "good neighbor policy", contributing to the increase of mutual trust and, consequently, to the displacement of "range" of relationship patterns to the side of friendship, rather than enmity.

Keywords: South America, regional integration, Defense, Security, military diplomacy.

LISTA DE FIGURAS E GRÁFICOS

Figura 1 - O “leque” do padrão de relacionamento regional

Figura 2 - O espectro do grau de amizade

Figura 3 - Padrões de Relacionamento

Figura 4 - Sub-complexos regionais sul-americanos

Figura 5 - Os sub-complexos regionais na América do Sul

Figura 6 - Organograma de Defesa do Brasil após a adoção do MD

Figura 7 - Estrutura Organizacional do MD, quando de sua criação.

Figura 8 - Categorias das atividades internacionais do EB dentro do contexto da diplomacia militar

Gráfico 1 – Representação das Atividades de Diplomacia Militar entre 1995 e 2002

Gráfico 2 - Representação das Atividades de Diplomacia Militar entre 2003-2010

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Comparação entre militares e diplomatas.

Tabela 2 - Atividades da Diplomacia de Defesa.

Tabela 3 - Tabela de Acordos Bilaterais celebrados no governo FHC.

Tabela 4 - Resumo das Atividades Internacionais do EB junto aos Países sul-americanos entre 1995 e 2002.

Tabela 5 - Tabela de Acordos Bilaterais celebrados no governo Lula.

Tabela 6 - Quantidade de Vagas para a Argentina.

Tabela 7 - Quantidade de Vagas para a Bolívia.

Tabela 8 - Quantidade de Vagas para o Chile.

Tabela 9 - Quantidade de Vagas para a Colômbia.

Tabela 10 - Quantidade de Vagas para o Equador.

Tabela 11 - Quantidade de Vagas para a Guiana.

Tabela 12 - Quantidade de Vagas para o Paraguai.

Tabela 13 - Quantidade de Vagas para o Peru.

Tabela 14 - Quantidade de Vagas para o Suriname.

Tabela 15 - Quantidade de Vagas para o Uruguai.

Tabela 16 - Quantidade de Vagas para a Venezuela.

Tabela 17 - Resumo das Atividades Internacionais do EB junto aos Países sul-americanos entre 2003 e 2010.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|----------|--|
| AMAN | Academia Militar das Agulhas Negras |
| CAN | Comunidade Andina das Nações |
| CBEM | Conferência Bilateral de Estado-Maiores |
| CDS | Conselho de Defesa Sul-americano |
| CMA | Comando Militar da Amazônia |
| CMBP | Cooperação Militar Brasileira no Paraguai |
| COTER | Comando de Operações Terrestres |
| CPDOC | Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil |
| Creden | Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional |
| CSS | Critical Security Studies |
| DAEBAI | Diretriz para as Atividades do Exército Brasileiro na Área Internacional |
| DOU | Diário Oficial da União |
| EB | Exército Brasileiro |
| ECEM | Escuela de Comando y Estado Mayor |
| ECEME | Escola de Comando e Estado Maior do Exército |
| EMCFA | Estado Maior Conjunto das Forças Armadas |
| EME | Estado Maior do Exército |
| END | Estratégia Nacional de Defesa |
| EsAO | Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais |
| ESG | Escola Superior de Guerra |
| FARC | Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia |
| FHC | Fernando Henrique Cardoso |
| GDF | Força de Defesa da Guiana |
| GSI-PR | Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República |
| JID | Junta Interamericana de Defesa |
| MARMINAS | Missão para Remoção de Minas na América do Sul |
| MCM | Medidas de Confiança Mútua |
| MD | Ministério da Defesa |
| Mercosul | Mercado Comum do Sul |
| MFCS | Medidas de Fomento à Confiança Mútua e Segurança |

| | |
|---------|--|
| MMBIP | Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai |
| MOMEPE | Missão de Observadores Militares Equador-Peru |
| MRE | Ministério das Relações Exteriores |
| OEA | Organização dos Estados Americanos |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| OTAN | Organização do Tratado do Atlântico Norte |
| OTCA | Organização do Tratado de Cooperação Amazônica |
| PCEMEEB | Programa de Cursos e Estágios de Militares Estrangeiros no Exército Brasileiro |
| PCENA | Plano de Cursos e Estágios em Nações Amigas |
| PDN | Política de Defesa Nacional |
| PEB | Política Externa Brasileira |
| QEMA | Quadro de Estado Maior da Ativa |
| RAI | Relatório de Atividades Internacionais |
| RCM | Reunião de Coordenação Militar |
| RRIM | Reunião Regional de Intercâmbio Militar |
| SDR | Strategic Defence Review |
| TCRS | Teoria dos Complexos Regionais de Segurança |
| TIAR | Tratado Interamericano de Assistência Recíproca |
| TNP | Tratado de Não Proliferação Nuclear |
| TSS | Traditional Security Studies |
| Unasul | União das Nações Sul-americanas |

SUMÁRIO

| | | |
|----------|---|------------|
| | INTRODUÇÃO E NOTAS METODOLÓGICAS..... | 15 |
| 1 | ASPECTOS CONCEITUAIS DA DIPLOMACIA MILITAR..... | 25 |
| 1.1 | AFIRMAÇÃO DE UM NOVO CONCEITO..... | 25 |
| 1.2 | MILITARES E DIPLOMATAS: DUAS FACES DA MESMA MOEDA..... | 31 |
| 1.3 | DIPLOMACIA MILITAR NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS..... | 39 |
| 1.4 | CONCLUSÃO PARCIAL..... | 55 |
| 2 | O BRASIL E A SEGURANÇA REGIONAL..... | 56 |
| 2.1 | A REGIONALIZAÇÃO DA SEGURANÇA NA AMÉRICA DO SUL..... | 56 |
| 2.2 | POLÍTICAS DE SEGURANÇA E DEFESA DO GOVERNO FHC..... | 67 |
| 2.3 | POLÍTICAS DE SEGURANÇA E DEFESA DO GOVERNO LULA..... | 85 |
| 2.4 | CONCLUSÃO PARCIAL..... | 98 |
| 3 | DIPLOMACIA MILITAR DO EXÉRCITO BRASILEIRO NA AMÉRICA DO SUL..... | 100 |
| 3.1 | A PRESENÇA HISTÓRICA DO EXÉRCITO BRASILEIRO NAS RELAÇÕES SUL-AMERICANAS..... | 100 |
| 3.2 | AÇÕES DE DIPLOMACIA MILITAR E O AMBIENTE COOPERATIVO COM OS DEMAIS EXÉRCITOS SUL-AMERICANOS..... | 109 |
| 3.3 | PERCEPÇÃO DOS ADIDOS MILITARES SUL-AMERICANOS ACERCA DAS ATIVIDADES INTERNACIONAIS DO EXÉRCITO BRASILEIRO..... | 148 |
| 3.4 | CONCLUSÃO PARCIAL..... | 153 |
| 4 | CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES..... | 154 |
| | REFERÊNCIAS..... | 160 |

INTRODUÇÃO E NOTAS METODOLÓGICAS

O desfecho da Guerra Fria, em 1991, encerrou o duopólio bipolar entre os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e, conseqüentemente, a relativa estabilidade mundial, ainda que as superpotências reagissem a cada movimento da outra. Desde a débâcle soviética o mundo vive sob custódia dos Estados Unidos, que permanece sem rivais no âmbito militar e regido pela globalização da economia que se expandiu e se acelerou exponencialmente, impelindo o planeta à uma nova mudança da ordem internacional. Essa nova mudança está baseada na redistribuição do poder, principalmente nas dimensões industrial, financeira e educacional, mesmo que os EUA ainda detenham a primazia na esfera político-militar. (ZAKARIA, 2008, p. 14 e 15)

O fim da bipolaridade também fez evoluir o debate teórico sobre segurança internacional. O desmantelamento do Pacto de Varsóvia; a reunificação da Alemanha; o fim do Comunismo e a própria extinção da URSS, de forma pacífica e voluntária, sem confrontação militar, contrariou a tese realista de que as mudanças estruturais na ordem internacional sempre são precedidas por uma grande guerra.

Dessa forma, a diversidade de cenários, o surgimento de novos atores e de novas questões de segurança implicaram na redefinição do conceito de segurança usado no período anterior. (BUZAN; HANSEN, 2012, p. 246)

Além disso, a diminuição das demandas por segurança militar, em função do unilateralismo dos EUA neste âmbito, foi uma das razões para a expansão e ampliação da agenda de segurança além do aspecto militar e estadocêntrico. Assim, a mudança de percepção relativa à segurança do Estado e dos indivíduos provocou o reordenamento na política externa de muitos países. (BUZAN; HANSEN, 2012, p. 249)

Na América do Sul não foi diferente. O reordenamento das políticas externas dos países sul-americanos levaram à ampliação do processo de integração regional para o fortalecimento do multilateralismo e da vigência do direito nas relações

internacionais para alcançar um mundo multipolar mais justo e equilibrado, prevalecendo a igualdade soberana dos Estados e uma cultura de paz.¹

A Política Externa Brasileira (PEB), em particular, tem a integração sul-americana como um objetivo estratégico. Parte-se do pressuposto de que o incremento das relações políticas e econômicas entre os países da região favorecerá o desenvolvimento socioeconômico da América do Sul e a preservação da paz regional. Além disso, o desenvolvimento do mercado interno sul-americano e o aumento da competitividade dos países no mercado internacional, bem como o fortalecimento da capacidade de atuação do Brasil em outros foros internacionais também seriam alcançados com a maior aproximação entre os países do subcontinente sul-americano.²

A reunião de presidentes sul-americanos em Brasília, em 30 de agosto e 1º de setembro de 2000, por iniciativa brasileira, é um exemplo da busca pela ampliação da integração regional. Na oportunidade, foi proposto aos doze chefes de Estado um programa de ação pública regional, consolidado no Comunicado de Brasília. (TREIN, 2011, p. 43)

A atuação da PEB continuou, e em 8 de dezembro de 2004, foi realizada a III Reunião de Presidentes, em Cuzco, Peru, onde foram lançadas as bases para a criação da Comunidade Sul-americana de Nações, que, em 2008, passou a ser chamada de União das Nações Sul-americanas (Unasul). (Ibidem, p. 45)

O Brasil, assim, tem assumido papel preponderante para o processo integracionista sul-americano. Desde o governo Fernando Henrique Cardoso, o país passou a dar maior importância ao tema e iniciou uma aproximação entre o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a Comunidade Andina das Nações (CAN), mas foi no governo de Luiz Inácio Lula da Silva que essa aproximação tornou-se mais efetiva. Assim sendo, a América do Sul, ainda de acordo com o balanço do Ministério das Relações Exteriores (MRE), passou a ser o eixo prioritário da política externa brasileira, tendo o Mercosul como núcleo central.

Além disso, o país, ciente da importância da integração e do fortalecimento da América do Sul para o incremento de sua projeção internacional, vem adotando, por

¹ Dado retirado do Balanço Executivo da Política Externa Brasileira no período de 2003 a 2010. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/resumo-executivo/view>

² Ibidem, p. 19.

meio de sua política externa, medidas que ensejam o aperfeiçoamento de suas estratégias nacionais, sejam de desenvolvimento, sejam do ramo da defesa.

A PEB lançou eixos a serem perseguidos ao longo do tempo que contribuem para o esboço de novas relações multilaterais no subcontinente sul-americano e vem utilizando o conceito de *soft power*.³

A iniciativa brasileira de criação da União de Nações Sul-americanas (Unasul), em 2008, com o objetivo de construção, dentro de uma ótica participativa e consensual, de uma identidade e cidadania regional, além de um espaço de articulação em diversas áreas, inclusive defesa, foi um exemplo dessa ação contribuinte do Itamaraty na reconfiguração das relações entre os países da região, pela utilização do *soft power*.

Outro aspecto importante para a integração sul-americana no âmbito da defesa foi a ação da diplomacia presidencial direta do Presidente Lula, aproveitando a crise diplomática entre Equador, Colômbia e Venezuela em torno do problema das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), quando sugeriu, em discurso realizado em 23 de outubro de 2008, na Cúpula do Chile, durante a criação da União Sul-americana de Nações (Unasul), a formulação de um Conselho de Defesa Sul-americano (CDS):

“É hora de fortalecer nosso continente na área da defesa. Devemos articular uma visão de defesa na região fundada em valores e princípios comuns, como o respeito à soberania. Por isso, determinei ao meu ministro da Defesa que realizasse consulta com todos os países da América do Sul sobre o Conselho Sul-Americano de Defesa. Creio que devemos discutir essa iniciativa aqui” (GUERREIRO, 2008).

A criação do CDS, em 15 de dezembro de 2008, arquitetada pelo Brasil, forneceu à Unasul mecanismo de fomento ao intercâmbio no campo da segurança e defesa entre os seus membros, pavimentando um caminho para a ampliação dos fluxos das relações interestatais rumo à cooperação.

A América do Sul, reconhecida pelo seu pacifismo e ausência de guerra, em decorrência de diversos fatores, dentre eles a presença dos EUA como fator de estabilidade regional e a fragilidade das estruturas institucionais dos Estados da região, também sofreu os reflexos do fim da Guerra Fria. Contudo, antes mesmo do colapso soviético, a região sul-americana, após a redemocratização, iniciou

³ *Soft Power* é a habilidade de cooptação, de definir a agenda, de persuadir e exercer atração positiva. Existem três fontes principais de *Soft Power*: a cultura, os valores políticos e a política externa. NYE, Joseph (2010). *The Future of Power*. Washington, DC: PublicAffairs. 320p.”

timidamente “um ambiente internacional adequado para o avanço de políticas cooperativas e surgimento de uma comunidade de segurança pluralista (DEUSTCH, 1982. p 269), com implicações diretas sobre as políticas nacionais de defesa e segurança.

Os arranjos de defesa da América do Sul sempre foram incipientes ou estiveram subordinados a outras potências fora do subcontinente, dentre os quais podem ser citados a Organização dos Estados Americanos (OEA)⁴ e o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR).⁵ Esses arranjos, entretanto, estavam inseridos no contexto da Guerra Fria, quando o mundo ainda estava dividido entre os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviética (URSS).

O fim da Guerra Fria e o colapso soviético mudaram a configuração mundial vigente e afetaram principalmente as relações internacionais, diminuindo a probabilidade de um novo conflito de proporções mundiais, mas não proporcionaram a segurança e paz almejadas. (RABELO, 2008)

As relações entre os países ficaram mais fortes e próximas, propiciando interdependência entre os Estados, principalmente na esfera política e econômica, aprofundando o fenômeno da “globalização”.

A globalização seria a melhor forma de distribuição de riqueza entre as Nações e, pela interdependência dos países, as guerras interestatais estariam distantes e a maneira natural de eclosão de conflitos seriam mais localizados.

Dessa forma, essas novas modalidades de conflitos trouxeram influências significativas nos Estados, fazendo com que os países e organizações internacionais passassem a se preocupar mais com segurança regional e, conseqüentemente

⁴ “A Organização dos Estados Americanos (OEA) é o mais antigo organismo regional do mundo. A sua origem remonta à Primeira Conferência Internacional Americana, realizada em Washington, D.C., de outubro de 1889 a abril de 1890. Esta reunião resultou na criação da União Internacional das Repúblicas Americanas, e começou a se tecer uma rede de disposições e instituições, dando início ao que ficará conhecido como ‘Sistema Interamericano’, o mais antigo sistema institucional internacional[...] A Organização foi criada para alcançar nos Estados membros, como estipula o Artigo 1º da Carta, ‘uma ordem de paz e de justiça, para promover sua solidariedade, intensificar sua colaboração e defender sua soberania, sua integridade territorial e sua independência’”. Disponível em: http://www.oas.org/pt/sobre/quem_somos.asp.

⁵ “Assinado em 1947, durante a Conferência Interamericana para a Manutenção da Paz e da Segurança, realizada no Rio de Janeiro, o TIAR foi o primeiro acordo regional inspirado no artigo 51 da Carta das Nações Unidas. Regulamenta o exercício da legítima defesa individual e coletiva em caso de ataque armado e define formas de agressão, tendo estabelecido, como princípio básico, a premissa de que um ataque armado contra um Estado americano seria considerado uma agressão contra todos os demais contratantes.” Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2001/09/21/tratado-interamericano-de-assistencia-reciproca>

pensassem em estratégias para diminuir os prováveis riscos às suas soberanias e a própria sobrevivência junto às suas fronteiras. (RABELLO, 2006, p. 12)

Além disso, a nova ordem internacional passa a ser “unipolar, no campo militar, sob a hegemonia norte-americana, e multipolar nos campos político e econômico”. Assim, vários países tornaram-se importantes atores no concerto das Nações. A China, a União Europeia – representada fortemente pela Alemanha e França –, a Índia, a Rússia e o Brasil – destacando-se no bloco sul-americano. (RABELLO, 2006, p. 13)

Os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 ocasionaram um misto de ruptura e continuidade nas relações internacionais. Houve mudança na agenda internacional, mas não na ordem internacional. As prioridades dos principais atores globais alteraram-se em suas alianças e parcerias. O poder dos EUA colocou o terrorismo como centro da agenda internacional, no que tange à segurança e política externa dos países. (BARBOSA, 2002, p. 72)

No Brasil, em que pese o entorno sul-americano já fazer parte da prioridade de diversos governos, inclusive no governo de Fernando Henrique Cardoso, a ausência ou diminuição da presença americana no subcontinente sul-americano, em detrimento dos ataques terrorista de 11 de setembro de 2001, abriu espaço para a consolidação brasileira como potência regional. Tal fato coincidiu com a ascensão de Lula à presidência da república, modificando o enfoque da PEB, reforçando a prioridade de sua PEB para a América do Sul.

É nesse contexto que surge um arranjo de defesa inédito no âmbito da América do Sul, também proposto pelo Brasil, sem a presença dos EUA. O CDS tornou-se, assim, o principal órgão de cooperação de defesa regional, à frente até mesmo do TIAR da OEA.

Diante do quadro exposto, desponta o seguinte problema: **em que medida a diplomacia militar do Exército Brasileiro contribuiu para a criação de um ambiente de segurança e defesa sul-americano mais cooperativo?**

A fim de melhor identificar e detalhar as distintas ações a serem realizadas para procurar compreender a pergunta formulada como problema de investigação, foram traçados o objetivo geral da pesquisa e os seus objetivos específicos.

O objetivo geral desse estudo é **analisar a influência da diplomacia militar do Exército Brasileiro sobre a cooperação regional e, conseqüentemente, sua**

influência na criação de um ambiente de segurança e defesa sul-americano mais cooperativo. A fim de viabilizar a consecução desse objetivo geral, foram formulados os objetivos específicos que permitiram a coleta e a análise de dados sobre a relevância da diplomacia militar do Exército Brasileiro:

a. analisar o ambiente de segurança e defesa na América do Sul, durante os governos FHC e Lula, descrevendo os principais aspectos da Política Externa Brasileira (PEB) para a América do Sul, no período considerado;

b. analisar as ações da diplomacia militar do Exército na América do Sul no período considerado e seus reflexos para a cooperação regional.

Partindo do pressuposto de que os militares sul-americanos foram importantes protagonistas na região e que ainda possuem certo grau de autonomia para realizarem atividades de segurança e defesa nacional, levantamos a hipótese de que **a diplomacia militar do Exército Brasileiro, especialmente ao longo dos Governos Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Lula, contribuiu, consideravelmente, para o deslocamento de relações conflituosas em direção a relações cooperativas entre os países da América do Sul.**

A diplomacia militar do Exército Brasileiro será observada sob os aspectos da assessoria dos Adidos Militares aos Embaixadores brasileiros em países sul-americanos, dos intercâmbios militares, dos exercícios e manobras conjuntas com os países vizinhos, pelas operações de não guerra e cooperação entre as indústrias de defesa sul-americana.

As relações cooperativas, ou seja, dentro de um ambiente de cooperação, por sua vez, serão observadas sob os aspectos da elaboração de políticas de defesa conjuntas, da criação de medidas de fomento de confiança mútua, troca de análises sobre cenários mundiais de defesa, integração das bases industriais de material bélico e ajuda coordenada em áreas de desastres naturais.

A presente tese possui a peculiaridade de ser um trabalho interdisciplinar, com o desenvolvimento de abordagem que permeia vários campos do conhecimento como: Ciência Política, Sociologia e Relações Internacionais (MEDEIROS FILHO, 2010, p. 17).

Outra peculiaridade da tese é a sua perspectiva teórica “interpretativista”

“[...] não utilizamos uma metodologia positivista, segundo a qual a principal tarefa do analista é testar a capacidade de uma determinada teoria para explicar o comportamento dos atores sociais. Optamos por uma

análise “interpretativista”, cujo objetivo é interpretar o significado que os atores sociais atribuem às suas ações[...]” (MARQUES, 2007, p. 25)

A pesquisa para a elaboração da tese foi realizada dedicando-se exclusivamente ao estudo da dimensão político-militar da Política Externa Brasileira (PEB) na América do Sul, excetuando-se a Guiana Francesa, por ser um departamento ultramarino francês.

A investigação limitou-se ao estudo das ações da diplomacia militar do Exército Brasileiro ao longo dos Governos FHC e Lula e abarcou os principais aspectos da Política Externa Brasileira (PEB) realizada nesses governos, além da avaliação da relevância do papel dessa diplomacia para a criação de um ambiente de segurança e defesa mais cooperativo na América do Sul.

A pesquisa bibliográfica foi voltada exclusivamente para o estudo do problema a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos, base do referencial teórico-metodológico sobre o problema formulado e o objeto do estudo – diplomacia militar brasileira – correlacionando-o com os fenômenos que podem influenciá-lo.

Na pesquisa documental foram utilizadas fontes primárias produzidas pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE), Ministério da Defesa (MD), Estado-Maior do Exército e pelas Brigadas com responsabilidades sobre a faixa de fronteira, principalmente atas de reuniões, correspondências oficiais já desclassificadas e cópias de planejamentos de operações realizadas pelo Exército junto aos diversos países da região, além dos tratados, intercâmbios e acordos bilaterais entre o Brasil e os demais países sul-americanos. Buscou-se encontrar no conteúdo dos documentos analisados evidências e argumentos que fundamentam a hipótese em estudo. Esses documentos também foram úteis como referencial para análise e avaliação do conteúdo das entrevistas realizadas e aplicadas, proporcionando melhor fundamentação para as afirmações que este autor empregou na condução da pesquisa. Além disso, foram consultados os arquivos do Embaixador Luis Felipe Lampreia, Ministro das Relações Exteriores do Governo FHC, doados ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas.

A pesquisa de campo foi realizada basicamente por meio da realização de entrevistas semi-estruturadas, com roteiro previamente estabelecido e perguntas

predeterminadas à personalidades e autoridades civis e militares, detentoras de conhecimento e experiência teórico-profissionais, que pelo desempenho de cargos e funções exercidas no passado ou no presente contribuíram sobremaneira para o estudo do papel da diplomacia militar do Exército e o ambiente de segurança e defesa sul-americano mais cooperativo.

Assim, em junho de 2013 foi realizada viagem à Brasília para entrevistar o General de Exército Alberto Mendes Cardoso, Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República do Governo FHC (antiga Casa Militar); e o General de Exército Sérgio Westphalen Etchegoyen, assessor especial do Ministro da Defesa Nelson Jobim. Em outubro, na Escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro, foi realizada entrevista com o Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores no Governo Lula e Ministro da Defesa no Governo Dilma. Em novembro, foram realizadas as entrevistas com o General de Exército Gleuber Vieira, Comandante do Exército no Governo FHC; e com o Embaixador Luis Felipe Lampreia, Ministro das Relações Exteriores no Governo FHC.

Além disso, em outra viagem à capital federal em abril de 2014, foi entrevistado o General de Exército Enzo Martins Peri, Comandante do Exército no Governo Lula. Além disso, ainda foram entrevistados os Adidos Militares sul-americanos à serviço no Brasil para saber a percepção desses profissionais, ora em missão oficial no Brasil, quanto a importância das relações do Exército Brasileiro com seus respectivos países para a criação de um ambiente regional de segurança e defesa mais cooperativo.

Os dados empíricos dessa pesquisa são tratados no capítulo 3. A técnica de “triangulação” foi utilizada para a análise dos dados, visando o estabelecimento de diálogo entre os dados coletados, aproximando a teoria da realidade. (TRIVIÑOS, 1987). Busca-se, assim, relacionar a diplomacia militar do Exército Brasileiro no contexto sul-americano com as demais fontes de pesquisa, como as entrevistas e análise de conteúdo dos documentos pesquisados.

A proposta metodológica para a presente pesquisa apresenta limitações que, em princípio, serão motivadas não apenas por sua concepção propriamente dita, mas também pelos fatores inerentes ao próprio método escolhido, função do aspecto qualitativo do estudo, pelo problema formulado e pelo próprio objeto da pesquisa.

Sendo um trabalho qualitativo, de natureza explicativa, não haverá possibilidades de manipulação dos dados com fins de quantificação e sim de interpretação, apreciação, análise e exposição de motivos e argumentos, beneficiando a avaliação dos aspectos relacionados ao significado do papel da diplomacia militar brasileira no contexto da criação de um ambiente favorável à consolidação de um arranjo de defesa na América do Sul.

Já quanto à análise dos dados, as técnicas de análise de conteúdo serão eminentemente interpretativas, sendo necessário bastante cuidado por parte deste autor, por ser militar em uma investigação sobre o papel da diplomacia militar brasileira.

Acerca dessa limitação, Medeiros Filho (2010), afirma que

À primeira vista, a aproximação do pesquisador de seu objeto de estudo apresenta algumas vantagens, como por exemplo: pode facilitar o acesso a dados interessantes, permite, no caso da presente pesquisa, uma melhor confluência de linguagens (militares e acadêmicas) necessária ao desenvolvimento do projeto etc. Há, porém, que se manter uma vigilância constante para que sua pesquisa não sofra um processo de institucionalização. Além disso, o fato de assumir uma postura de observador participante, refletindo sobre sua própria profissão, coloca o autor diante de um complexo desafio.

Kuhlmann, 2007, também corrobora a visão de Medeiros Filho, ao demonstrar suas percepções enquanto pesquisador militar:

(...) a busca de tentar estruturar-se como um observador participante, considerando a complexidade de analisar crítica e imparcialmente seu próprio grupo, sem cumprir o triste papel de ser um representante dos interesses da força militar fantasiado de acadêmico, já que a cultura do grupo estava incutida no observador; ou de cair no extremo de tornar-se o alter ego da força militar, criticando-a impunemente.

Dessa forma, a situação de pesquisador militar deste autor tornar-se-á uma limitação para a realização da referida pesquisa. No entanto, cabe ressaltar que as análises e conclusões aqui apresentadas representam a visão do pesquisador e não do profissional militar ou a palavra oficial da Força.

O presente trabalho está dividido em cinco partes, incluindo a introdução, três capítulos e a conclusão. O primeiro capítulo trata de alguns aspectos conceituais que sustentarão os demais tópicos estudados ao longo da pesquisa. Temas como o significado de diplomacia militar, relação entre militares e diplomatas, poder militar e cooperação militar, dentre outros, serão tratados no contexto do problema em

estudo: as ações da diplomacia militar do Exército Brasileiro e o fortalecimento de um ambiente sul-americano de segurança e defesa mais cooperativo.

Após a contextualização da diplomacia militar, o objeto de estudo passa a ser, no capítulo 2, a política externa brasileira e suas implicações para o entorno sul-americano, buscando-se sempre as iniciativas que envolvem segurança e defesa da região, durante os governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva.

Após essa abordagem geral da PEB para a América do Sul, dentro do recorte temporal elencado para a pesquisa, o capítulo 3 contempla a diplomacia militar do Exército Brasileiro na América do Sul. A abordagem inicia-se pela constatação da presença histórica do Exército Brasileiro nas relações internacionais sul-americanas, descrevendo os principais exemplos dessas interações com seus vizinhos. Em seguida serão apresentadas as principais ações desenvolvidas pela diplomacia militar do Exército Brasileiro, no âmbito sul-americano, dentro do recorte temporal pré-definido, que auxiliaram na criação de um ambiente regional mais cooperativo e, ao final do capítulo, serão expostas as percepções dos Adidos Militares sul-americanos, acreditados no Brasil, acerca do papel da diplomacia militar do Exército Brasileiro junto aos seus países.

1 ASPECTOS CONCEITUAIS DA DIPLOMACIA MILITAR

Neste primeiro capítulo busca-se descrever detalhadamente o que temos chamado de diplomacia militar, as relações internacionais conduzidas por militares. O recorte teórico é feito a partir de três perspectivas: realismo clássico, baseado nos estudos de Aron sobre paz e guerra; neo-realismo de Waltz; e construtivismo, desenvolvido por Alexander Wendt. Além disso, outras importantes aproximações teóricas estarão presentes no capítulo, principalmente as abordagens do realismo estratégico de Thomas Schelling e as contribuições da Escola de Copenhague, de Barry Buzan. Contudo, antes de entrar especificamente na matéria de estudo deste capítulo, faz-se necessário uma introdução teórica a dois conceitos importantes que embasam o conjunto do trabalho: os conceitos de diplomacia e guerra.

Dessa forma, este capítulo será estruturado como se segue: no primeiro item serão discutidos os conceitos de guerra e diplomacia para a afirmação do conceito de diplomacia militar; no segundo item serão tratadas as diferenças e semelhanças entre militares e diplomatas, para melhor entendimento dos papéis desempenhados por esses profissionais do Estado. Em seguida, explorar-se-ão as perspectivas teóricas da diplomacia militar, sua definição, suas diferentes formas de emprego e seu papel no concerto das relações internacionais. Por fim, verificaremos os conceitos e aplicabilidades do poder militar e cooperação militar, pilares basilares da diplomacia militar.

1.1 A AFIRMAÇÃO DE UM NOVO CONCEITO

O termo diplomacia militar ainda causa estranheza em boa parte dos estudiosos da Ciência Política, das Relações Internacionais e da academia, de uma maneira geral. A dificuldade em aceitar o termo é, aparentemente justificável, uma vez que o uso do poder militar e das Forças Armadas têm sido estudado e entendido como instrumento e parte da Política Externa sob a ótica do realismo, na condução de guerras, e não como parte integrante da diplomacia.

Dessa forma, para esse grupo específico, o Estado só possui uma diplomacia, a diplomacia tradicional: aquela conduzida por diplomatas de carreira, responsável pela condução dos assuntos exteriores dos países por meio da negociação. Para os

diplomatas, os militares não possuem autonomia para conduzir assuntos externos paralelos a essa diplomacia tradicional e deveriam agir sempre seguindo suas diretrizes. Ou seja, os militares estariam subordinados aos desígnios dos diplomatas. Alguns militares também engrossam esse coro, como o Gen Ex Alberto Mendes Cardozo⁶, afirmando que não existe Diplomacia Militar como ação deliberada, mas sim em termos de efeitos diplomáticos – resultados de ações das Forças Armadas que trazem à tona sentimentos comuns de camaradagem, mas com limites curtos. Segundo o Gen Cardoso, só existe uma diplomacia e que os militares desempenham atividades que “resultam bem para o esforço diplomático do país”.⁷

A subordinação dos militares, no entanto, não é ao diplomata ou à diplomacia. Eles, assim como os diplomatas, são subordinados ao poder político do Estado, que determina todas as políticas públicas que serão conduzidas pelo país, inclusive a política externa. Assim, os diplomatas podem ter a primazia da condução da política externa, mas não detém exclusividade sobre a mesma.

Esta assertiva se faz presente desde os tempos em que Clausewitz estipulou o primado da política, subordinando a guerra à política, quando mencionou que “a guerra é a continuação da política por outros meios”. Por outro lado, a diplomacia também não dispõe de autonomia. Aron destaca que a diplomacia, assim como a guerra, também está subordinada à política, “isto é, à concepção que a coletividade, ou aqueles que assumem a responsabilidade pela vida coletiva, fazendo do interesse nacional”. (ARON, 2002, p.72)

Dessa forma, os militares estarão subordinados à política, mas não à diplomacia, podendo sim exercer interações com outros militares estrangeiros, desde que convergindo com os interesses nacionais.

Ademais, esse paradigma vem sendo desconstruído ao longo do tempo e a importante participação dos militares em assuntos internacionais, que não a guerra, tem projetado e embasado a definição de diplomacia militar, já bastante utilizada em outros países, e na busca de sua afirmação no Brasil.

Antes de nos atermos ao conceito de diplomacia militar propriamente dito, faz-se necessário o estudo e verificação do significado de diplomacia e seu papel nas relações internacionais dos Estados. Dessa forma, poderemos analisar as

⁶ O General de Exército Alberto Mendes Cardozo foi Chefe da Casa Militar e Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional do Governo FHC

⁷ O Gen Cardoso concedeu entrevista a este autor em 04 de junho de 2013.

mudanças no rumo da tradicional diplomacia no mundo e o surgimento de novas formas dos países se relacionarem.

A definição de diplomacia não é consenso entre os que se dedicam ao seu estudo. Porém, é ponto comum a todos que a diplomacia é uma atividade antiquíssima. O termo como conhecemos nos dias de hoje, no entanto, foi consolidado apenas no século XVIII, indicando atividades relacionadas às trocas e negociações entre Estados.

Entre os autores da escola americana existe uma tendência em considerá-la sinônimo de política externa. Morgenthau a definiu como “a formulação e execução da política externa”. Já Kaplan, explicou diplomacia como “a formulação de uma estratégia visando à concretização de interesses nacionais no campo internacional, e bem assim a sua execução por diplomatas”.

Outro aspecto da diplomacia, mas que também não é unanimidade, é o seu caráter pacífico, contrário a qualquer emprego de força. Essa ideia é facilmente contestada quando se verifica a diplomacia usada no período da Guerra Fria. Nesse período, as grandes potências de então possuíam capacidade mútua de dissuasão nuclear. Além disso, existia também a diplomacia coercitiva baseada no uso de ameaças ou de força limitada para persuadir oponentes a seu favor, como atestou Thomas Schelling que “o poder de infligir prejuízos é poder de negociação. Explorá-lo é diplomacia detestável, mas é diplomacia”.

Khanna, 2011, corrobora a assertiva ao aludir que a diplomacia, diferentemente da guerra, que pela definição de Clausewitz é “a continuação da política por outros meios”, deveria ser a palavra para evitar os conflitos, mas que na realidade tem andado junto à guerra como o “outro lado da mesma moeda”. Segundo o autor, “a diplomacia usa a guerra como ameaça, enquanto a guerra usa a diplomacia para ganhar tempo”.

Percebe-se, assim, sob o prisma mais realista, grande proximidade entre diplomacia e guerra. Entre poder militar e poder de negociação. Ou seja, atividades militares como componentes das atividades diplomáticas.

A fim de buscarmos melhor respaldar teoricamente “diplomacia militar”, partiremos das definições de alguns autores clássicos sobre diplomacia, buscando-se apontar a correlação que os mesmos fazem entre diplomacia e militares.

Aron atribui o termo estratégia a todo comportamento relacionado às operações militares, à guerra; e diplomacia a toda forma de “condução do intercâmbio com outras unidades políticas”. Como dito anteriormente, ambos estão subordinados à política. (ARON, 2002. p, 72)

A correlação que o autor faz da diplomacia com os militares está focada nos expedientes da guerra e da paz. A diferença entre diplomacia e guerra é relativa, pois “os dois termos denotam aspectos complementares da arte única da política – a arte de dirigir o intercâmbio com os outros Estados em benefício do interesse nacional”. Segundo Aron, em tempo de paz a política utiliza a diplomacia, sem excluir a possibilidade de uso das armas, mesmo que em tom de ameaça. Por outro lado, na guerra, a política não abre mão da diplomacia, “que continua a conduzir as relações com os aliados e neutros”, bem como a relação com o inimigo, costurando saídas para a paz. (Ibidem, p. 73)

Além disso, o autor ainda evidencia a importância dos militares para o convencimento de aliados, inimigos ou adversários sem a necessidade do uso da força, mas pela dissuasão. Essa percepção indica a incipiente possibilidade para a participação dos militares nas relações internacionais, que não a guerra, uma vez que existem interações entre Exércitos para as evitarem, buscando soluções negociadas entre os agentes beligerantes, em função do poder militar de cada Estado. Essa situação vai evoluir com o tempo, conforme será estudada posteriormente, e as interações serão maiores, sob o enfoque da cooperação.

Já para Morgenthau, diplomacia é o instrumento político de criação de condições para a paz permanente ou “paz por meio de acomodações”. Ela se apresenta por meio de aspectos relacionados ao poder e objetivos dos Estados. O poder militar dos Estados liga a diplomacia aos militares, de acordo com as colocações do autor, pois cabe à diplomacia “avaliar os objetivos das outras nações e o poder disponível, tanto de fato como em potencial, para a consecução de seus objetivos”. (MORGENTHAU, 2003) Assim, os aspectos militares também estão presentes na diplomacia, para Morgenthau.

Wight, por sua vez, definiu diplomacia em seu clássico livro “A política do poder”⁸ como sendo “o sistema e a arte da comunicação entre os Estados”. Para ele,

⁸ WIGHT, Martin. **A Política do Poder**. Editora Universidade de Brasília. Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

“o sistema diplomático é a instituição mestra das relações internacionais”. O diplomata, segundo o autor possui três funções básicas: de comunicação, informação e negociação. Contudo, o autor correlaciona diplomacia e diplomacia militar quando atesta que o adido militar “possui deveres diferentes, contatos diferentes e possibilidades diferentes das do chefe de sua missão.”(WIGHT, 2002, 107-111)

Ele reconhece que os militares fazem parte da atividade diplomática ao tratarem com outros militares assuntos inerentes às suas funções e atividades específicas, com certa autonomia. O autor, assim, começa a delinear o que chamaremos de diplomacia militar, na qual os adidos ocupam papel de destaque na sua condução, como será abordado posteriormente.

Hedley Bull comunga da mesma ideia, quando atesta que “a diplomacia tradicional cedeu lugar [...] a uma administração técnica internacional, atividade que não há lugar para a inteligência e o tato, e cuja preocupação central não é conciliar os diferentes interesses dos Estados, mas colaborar para maximizar um interesse comum”. (BULL, 2002. p, 201)

Dessa forma, o autor manifesta que

em algumas áreas de debate internacional o negociador cedeu lugar ao especialista – **o técnico em assuntos militares**, econômicos, sociais, educacionais, científicos ou ecológicos. Tendência confirmada pelas organizações internacionais que, sendo permanentes, refletem a vontade dos Estados em aceitar, sem questionamento, a existência de uma comunidade de interesses em determinados setores. (BULL, 2002. p, 204 grifo nosso)

Segundo o autor, o debate internacional em determinadas áreas – especificamente realizado pelos militares – não exprime, contudo, a diminuição do trabalho do diplomata, mas sim uma mudança no caráter de seu trabalho, em função do crescimento da diplomacia multilateral.

A atual arquitetura global caracteriza-se pela fluidez com que poder e influência se articulam no cenário internacional. Neste novo contexto, atores como: “potências emergentes, corporações multilaterais, famílias poderosas, humanistas, extremistas religiosos, universidades e mercenários” desempenham um papel cada vez mais importante. Como governar esse novo mundo? De acordo com Parag Khanna, “diplomacia é a resposta em uma só palavra para governar o mundo – e melhorar

nosso desenho diplomático global é a chave para melhor governarmos o mundo”. Ele ainda complementa a ideia ao afirmar que:

a diplomacia nunca foi tão importante como agora. Numa época em que os Estados Unidos não podem impor sua vontade ao mundo e precisam, em vez disso, negociar com todos os países, em que o poder militar ganha batalhas, mas não guerras, e em que o tamanho dos desafios globais ultrapassa a capacidade de ação de nossas instituições, devemos nos concentrar, acima de tudo, na diplomacia (KHANNA, 2011, p. 18)

Aliado a isso, as profundas transformações ocorridas no mundo, principalmente no sistema internacional em decorrência da nova distribuição de poder, promoveram maior complexidade às relações interestatais “devido às novas interdependências entre atores e territórios que redefinem os fluxos e as próprias redes de poder entre atores diplomáticos e paradiplomáticos”.⁹

Surge aqui o termo “paradiplomacia”. Não no sentido de que esteja à margem da legalidade, à revelia da diplomacia tradicional do Estado conduzida por diplomatas de carreira. Mas apenas uma diplomacia realizada paralelamente a esta, visando atingir os objetivos políticos definidos pelo Estado, conduzida por outros agentes do Estado, como os militares.

Assim, Senhoras (2012, p. 1) traz o conceito de “paradiplomacia militar”, no qual aborda que

os distintos conceitos de paradiplomacia utilizados por especialistas revelam a convergência principiológica das ações desenhadas por uma série de atores para alavancar internacionalmente vantagens organizacionais, o que corrobora a compreensão de que existe uma pluralidade de estratégias de internacionalização fundamentadas em negociações, acordos ou cooperações que acontecem de modo paralelo, algumas vezes funcionais, e outras, disfuncionais, à atuação da alçada diplomática dos Estados Nacionais (SENHORAS, 2012. p, 1)

Nesse contexto, comungando da ideia de Khanna na melhoria do desenho diplomático mundial, Senhoras afirma que a paradiplomacia militar busca responder de forma mais rápida e articulada às demandas advindas de um mundo em transformação constante, adquirindo maior relevância no âmbito das relações internacionais, quebrando “o monopólio das relações interestatais do clássico sistema westphaliano de poder.” (SENHORAS, 2012. p, 1)

⁹ Retirado de SENHORAS, Eloi Martins. **Paradiplomacia militar e seu impacto cooperativo na regionalização segurança na América do Sul.** Disponível em: <http://mundorama.net/2012/07/30/paradiplomacia-militar-e-seu-impacto-cooperativo-na-regionalizacao-da-seguranca-na-america-do-sul-por-eloi-martins-senhoras/>. Acesso em 10 de abril de 2013.

A relação dos militares com a diplomacia, dessa forma, bem como sua participação direta nas relações interestatais, interagindo entre si, reforçam a importância e existência da diplomacia militar entre os Estados. Contudo, a diplomacia militar não está limitada apenas a ações dos adidos militares, já descritas por Wight. Ela é mais ampla e abarca um grande corolário de atividades que serão estudadas adiante.

A diplomacia militar, assim, afirma-se como novo conceito de interação entre os Estados, por meio de seus militares. Apesar de não ser ainda tão disseminado no âmbito sul-americano, incluindo o Brasil, esse conceito é bastante utilizado em outros países como os EUA, Inglaterra, Índia, China e Austrália; abrangendo uma gama de diferentes significados e formas de emprego. Apesar de algumas diferenças, a diplomacia militar é comum a todos os autores pesquisados quanto ao papel de auxílio às Políticas Externas dos Estados.

A atual situação mundial, na qual se verifica um peso cada vez maior dos complexos regionais de segurança, exigirá respostas políticas flexíveis, utilizando-se de diversas facetas do poder nacional. Os militares, assim, passam a ter importante papel nessa resposta, principalmente com o aumento de programas e compromissos junto a antigos ou potenciais inimigos e países considerados importantes para assegurar os interesses dos Estados. (JONES, 2010)

Assim, após essa abordagem inicial da relação entre diplomacia e guerra, e da participação dos militares na Política Externa dos países, buscando a afirmação do conceito de diplomacia militar, estudaremos a seguir as diferenças e semelhanças entre militares e diplomatas. Os seus papéis na estrutura do Estado, a formação e cultura organizacional e os reflexos nas maneiras de interagirem com suas contrapartes de outros países.

1.2 MILITARES x DIPLOMATAS: DUAS FACES DA MESMA MOEDA

Militares e Diplomatas, atores diretos da guerra e diplomacia, respectivamente, possuem estreitas relações no tocante ao desempenho de seus papéis perante o Estado. Ambos estão subordinados ao poder político e, por consequência, à vontade coletiva da nação, como foi visto anteriormente. Contudo, a realização de seus papéis evidenciam algumas diferenças entre eles, que serão abordadas a seguir.

Atualmente, a capacidade de influência de uma nação sobre outra, no âmbito das relações internacionais, está baseada na habilidade de coordenação de fatores econômicos, políticos e militares. Essa habilidade, contudo, requer detalhado planejamento estratégico, no qual a política externa é importante elemento. De uma maneira mais clássica e realista, o planejamento estratégico de uma nação não pode deixar de prever o uso da força militar para defender seus interesses de Estado perante a comunidade internacional.

Aron (2002, p. 91), em sua visão realista, lembra a fórmula de Clausewitz de que “a política deve conhecer o instrumento do qual se vai servir”. Diplomacia ou guerra? O autor alerta que durante a paz a guerra não pode ser esquecida e que no fragor das batalhas deve-se sempre buscar a paz. Para ele, as relações interestatais são perenes e tanto diplomacia como guerra são “modalidades complementares desse diálogo”.

Dessa forma, o diplomata, um dos principais vetores da política externa nacional, necessita conhecer as possibilidades de suas Forças Armadas para melhor amparar suas negociações. Os militares, por sua vez, devem conhecer a maneira de agir dos diplomatas, para que possam aprimorar o preparo e emprego do poder militar, adequando sua doutrina às necessidades advindas da política externa. (GONÇALVES, 1997, p. 11 e 12)

Assim sendo, o diplomata tornou-se o principal responsável pela visão estratégica do país, ampliando e flexibilizando as posições assumidas pelo Estado, no concerto internacional.

Por outro lado, o militar também possui responsabilidades junto à nação, principalmente no tocante à política de defesa nacional. Nesse enfoque, MENEZES (1997, p.15) afirma que “os diplomatas e os militares são como irmãos siameses, uma vez que o comportamento desses dois importantes atores dará corpo tanto à política externa quanto à política de defesa externa do país”.

GONÇALVES (1997, p. 22) complementa a ideia anterior ao inferir que “as relações entre diplomatas e militares devem manter-se em equilíbrio aberto, numa base de confiança e respeito mútuo. Ambos são do mesmo ramo, mas atuam em situações diferentes, cada qual consciente das contribuições que podem prestar para o processo da política corrente.”

De acordo com Cervo (2008), se a diplomacia corresponde a um serviço do Estado, a defesa corresponde a outro. Defesa aqui entende-se pelas ações desencadeadas pelos militares. Para o autor,

Ambos supõem avaliação de meios, fins e riscos de decisão, visão de mundo, objetivos estratégicos e reações aos condicionamentos estruturais ou momentâneos. Ambos se complementam. Supõem o diálogo entre militares e diplomatas, apesar de os primeiros pretenderem reforçar o poder para servir à segurança, os segundos utilizá-lo como instrumento de manobra nas relações externas do País (CERVO, 2008, p. 121).

Contudo, essa relação fraterna entre militares e diplomatas nem sempre é conseguida e alguns autores colocam como causa principal desse distanciamento a distinta formação de ambos, as quais lhes conferem culturas organizacionais próprias e diferentes.

Nesse mesmo contexto, Marques (2007) acrescenta que

Diplomatas e militares são funcionários públicos altamente especializados e esta especialização funcional característica do Estado Moderno faz com que os profissionais da diplomacia e especialmente os profissionais das armas desenvolvam habilidades e conhecimentos difíceis de serem compreendidos e compartilhados. A recíproca falta de conhecimento em relação aos problemas enfrentados por cada área e as barreiras impostas à coordenação das atividades tendem a levar a política exterior e a política de defesa à desintegração (MARQUES, 2007, p. 33).

Em que pese a colocação da autora ser verdadeira, as relações entre militares e diplomatas ocorrem, em maior ou menor grau de integração, como poderá ser visto a seguir.

De acordo com MARCELLA (2008, p. 36) as diferenças culturais entre militares e diplomatas são enormes, mas a comunicação entre eles é possível. O autor elenca aspectos como missão, treinamento, doutrina, planejamento, liderança e ações para realizar a comparação entre militares e diplomatas. A tabela 1 abaixo, traz essa comparação, na qual poderemos perceber as principais diferenças e algumas semelhanças entre eles.

| Militares | Diplomatas |
|---|--|
| Missão: preparação para a guerra e conflito | Missão: conduzir a diplomacia do Estado |
| O treinamento militar é uma atividade importante tanto para as unidades como para os indivíduos | O treinamento diplomático não é uma atividade importante nem para as unidades nem para os indivíduos |
| O treinamento e ensaios exaustivos para eventos indesejados e esporádicos são rotineiros. Pensar no impensável e improvável | Baixo treinamento formal, aprendendo pela experiência em fazer atividades desejáveis e previsíveis (negociação e relatórios) |
| Inconfortável com ambiguidades. Buscam objetividade. | Pode negociar com ambiguidades. Não são tão objetivos. |
| Doutrina: importante aspecto da formação militar. | Doutrina: não importante. |

| | |
|---|---|
| Foco no elemento militar da política externa. Relacionamento com outros militares. | Foco em todos os elementos da política externa. |
| Foco em eventos discretos e atividades com planos, objetivos, curso da ação e estado final. O planejamento é fundamental para as operações. | Foco em processos em curso e sem expectativa do estado final. Não são afetos a planejamentos prévios. |
| O corpo de oficiais comanda significativo número de subordinados. A hierarquia como pilar. | O diplomata apenas supervisiona outros diplomatas em atividades específicas. A hierarquia é relativizada. |
| Liderança: desenvolvida na carreira pelo serviço militar, treinamentos e operações. | Liderança: desenvolvida na carreira pelo serviço diplomático nas Embaixadas e Consulados. |
| Todos os aspectos de operações de paz, incluindo civis e diplomáticos, tornam-se muito importantes para as operações militares. | Todos os aspectos de operações de paz, incluindo os militares, tornam-se muito importantes para a diplomacia. |
| Escrever e a palavra escrita não é tão importante. As ações físicas são mais importantes. | Escrever e a palavra escrita é muito importante. Utilizada para fazer diplomacia e negociação. |
| Trabalho em equipe e gerenciamento de habilidades são recompensados. Habilidades interpessoais são internamente importantes. | Conquistas individuais e ideias inovadoras são recompensadas. Habilidades interpessoais são importantes externamente. |

Tabela 1: Comparação entre militares e diplomatas¹⁰

A tabela acima evidencia a diferença cultural entre militares e diplomatas, mas, ao mesmo tempo, mostra aspectos comuns a ambos, como a crescente preocupação com os assuntos relativos às operações de paz, o desenvolvimento da liderança e a complementaridade entre eles, para melhor desempenharem seus papéis em prol do Estado.

Macgregor (2003) corrobora a assertiva acima ao destacar que os diplomatas dependem de seus poderes de negociação e da arte do compromisso para alcançar seus objetivos, ao passo que os militares geralmente atingem seus objetivos por meio da aplicação ou ameaça do uso da força. No entanto, ambos se complementam, pois um depende do outro para obter sucesso. O não entendimento completo de como combinar eficientemente seus talentos traz frustração, angústia e, frequentemente fracasso.

O autor ainda reforça a importância da relação entre eles, quando declara que a chave para a arte da negociação depende da relação entre diplomacia e força militar. Ou seja, diplomacia e força não são alternativas excludentes, mas devem sempre estar entrelaçadas para melhor obtenção de sucesso. Aqui, o autor deixa claro a importância do poder militar para validar as decisões e negociações dos diplomatas. Voltaremos nesse aspecto adiante, quando tratarmos das perspectivas teóricas da diplomacia militar.

¹⁰ Adaptação do autor à tabela de MARCELLA (2008, p. 38)

No Brasil, militares e diplomatas mantêm diálogos e interações por canais formais e informais, entretanto essa interlocução não é bem estruturada pelas diretrizes de alto nível, deixando vago o relacionamento entre eles. “Os militares restringem-se a tratar de aspectos de política de defesa, dando a política externa como dado adquirido, enquanto os diplomatas fazem o inverso”. Assim, militares e diplomatas brasileiros deixam de debater com mais afinco a operacionalização do poder militar em apoio à política externa. (ALSINA JÚNIOR, 2009)

Em sua entrevista, o Gen Enzo corrobora a ideia acima ao dizer que a relação entre militares e diplomatas no Brasil deveria ser mais estreita, não limitada a iniciativas pessoais de convites para palestras, dentre outras atividades.

Essa falta de debate entre os militares e diplomatas no Brasil pode ser explicada pelo modelo institucional histórico brasileiro de decisão e execução da política externa. De acordo com Winand (2010, p. 23), a permanência do privilégio do Itamaraty para a condução dos atos exteriores dentro de sua burocracia, mantém a política externa eximida do controle parlamentar; ao mesmo tempo em que separa da mesma a dimensão militar, deixando de interagir com as Forças Armadas “o planejamento dos assuntos cooperativos que incluam os aspectos de Defesa.”

Além disso, as diferenças na formação dos diplomatas e militares brasileiros também contribuem para esse afastamento e falta de interlocução entre eles. Menezes (1997, p. 75) aponta esse problema ao declarar que o Instituto Rio Branco, estabelecimento de ensino responsável pela formação do corpo diplomático brasileiro, valoriza demasiadamente a formação acadêmica anterior de seus alunos para desempenharem os cargos do MRE nas negociações internacionais, deixando de prover-lhes “de ferramentas que possam enriquecer os talentos na atuação diplomática propriamente dita.” Essas ferramentas, segundo o autor, seriam assuntos como “o tratamento de informações, estudo das guerras clássicas, aprofundamento da cultura brasileira, liderança e amplo conhecimento do território nacional, com as suas diversificadas características regionais.”

Por outro lado, a formação dos oficiais de carreira da linha bélica do Exército Brasileiro, na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) e no demais cursos de Aperfeiçoamento e de Altos Estudos Militares, enfocam tudo o que o Instituto Rio Branco desconsidera, conforme visto anteriormente, além da formação para as operações militares propriamente ditas. Dessa forma, os militares ao longo da

carreira adquirem larga visão teórica e prática acerca do Brasil, capacitando-lhes profissionalmente para conduzirem, independentemente, a política de defesa e as relações com demais militares estrangeiros.

Essa situação, contudo, tende a mudar em futuro próximo. Recentemente, o Ministério da Defesa, por intermédio do Exército, designou um Coronel com experiência em assuntos exteriores e relações internacionais como oficial de ligação e assessoramento junto ao Ministério das Relações Exteriores. Por outro lado, o Itamaraty também deve destacar um diplomata para exercer a contraparte junto ao Ministério da Defesa. Assim, o debate entre militares e diplomatas ganha outra dinâmica, favorecendo o esforço de ambos para melhor conduzirem suas atividades no âmbito internacional.

Em que pese todos os diplomatas e militares do mundo apresentarem características comuns, a cultura organizacional destes é um fator a ser destacado na comparação com aqueles. Mas o que vem a ser cultura organizacional?

Segundo Mintzberg e colaboradores (2000), a cultura organizacional é a base da organização. São as crenças comuns que se refletem nas tradições e nos hábitos, bem como em manifestações mais tangíveis — histórias, símbolos, ou mesmo edifícios e produtos.

O autor acredita em que a força de uma cultura está em legitimar as crenças e os valores compartilhados entre os membros de uma organização. Assim, a cultura organizacional seria inexistente sem as pessoas.

Pires e Macêdo (2005) ainda declaram que

a cultura organizacional é um conceito essencial à construção das estruturas organizacionais. Percebe-se, então, que a cultura de uma organização será um conjunto de características que a diferencia em relação a qualquer outra. A cultura assume o papel de legitimadora do sistema de valores, expressos através de rituais, mitos, hábitos e crenças comuns aos membros de uma organização, que assim produzem normas de comportamento genericamente aceitas por todos.

Em contrapartida aos autores anteriores, Shein (2009), ao abordar o tema “Cultura Organizacional e Liderança”, defende que nas grandes organizações há variações substanciais entre os subgrupos, sugerindo que não pode ser apropriado falar da existência de uma cultura organizacional, exceto quando houver histórico suficiente de experiências compartilhadas. A despeito do contraponto aos demais autores, Shein corrobora a existência de uma cultura organizacional das instituições

militares, pois essas instituições são comprovadamente históricas e com vastas experiências compartilhadas ao longo do tempo. Os seus integrantes conseguem conciliar interesses particulares ao interesse maior da instituição, sempre prioritário, corroborando a ideia de que a organização é mais importante do que os indivíduos que a compõem.

Após rápida abordagem sobre cultura organizacional, partiremos para o estudo da profissão militar. A profissão militar possui características intrínsecas que são comuns a todos os militares do mundo, facilitando o relacionamento mútuo entre eles, independentemente de nacionalidade. Isso é fator positivo para o desempenho de relações internacionais sob a tutela da diplomacia militar.

Segundo Huntington (1996), existem três atributos que definem a profissão militar em seu senso mais estrito: capacidade – adquirida por meio de vasta educação e experiências, *corporateness*¹¹ – como consciência própria do grupo de profissionais e responsabilidade – em direção à sociedade como um todo. Para ele, a profissão militar é um tipo peculiar de grupo funcional com elevadas características específicas.

O autor ainda acrescenta, sobre a profissão militar, que

as pessoas que agem da mesma forma durante um longo período de tempo tendem a desenvolver hábitos característicos e persistentes de pensamento. A singular relação que elas mantêm com o mundo lhes dá uma peculiar perspectiva desse mundo, levando-as a racionalizar o próprio comportamento e o próprio papel, isso é particularmente verdadeiro onde esse papel é um papel profissional. Uma profissão é mais exatamente definida, mais intensa e exclusivamente procurada e mais claramente isolada de outras atividades humanas do que o é a maioria das ocupações. O contínuo desempenho objetivo da função profissional dá origem a uma contínua “mentalidade” profissional. Nesse sentido, a mentalidade militar consiste dos valores, atitudes e perspectivas inerentes ao desempenho da função militar e que se deduzem da natureza dessa função.

Já para Janowitz (1967), os profissionais militares apresentam cinco atributos que os tornam profissionais: importantes habilidades sociais, organização própria, autonomia e regras próprias, código de ética arraigado, e sistema de obrigações bem definido.

Dessa forma, a profissão militar e, por consequência os militares, apresentam características comuns nas diversas instituições militares dos diferentes países. Ela

¹¹ *Corporateness*, na tradução brasileira é usada o termo corporatividade – mais com o sentido de “espírito de corpo”.

possui valores e crenças similares, construindo, assim, culturas organizacionais muito próximas entre elas.

No âmbito da América do Sul, especificamente, essas características adquirem fundamental importância para o relacionamento entre os militares da região.

Segundo Martin (2006), as peculiaridades da profissão militar e as similaridades de suas culturas organizacionais são os pilares que embasam a ausência de conflitos na América do Sul, facilitando a interação entre os militares da região.

A manutenção da paz militarista regional, de acordo com o autor, é fruto da noção de virtudes mantidas pelos militares sul-americanos, que tendem a desenvolver valores, crenças e princípios comuns – culturas organizacionais similares – nos quais promovem uma identificação crescente pelo interesse, progresso e sucesso das Forças Armadas de seus respectivos países.

Além disso, Martin (2006) ainda aborda que o pequeno controle civil sobre os militares, outra característica comum na região, e a participação efetiva desses militares no processo político nacional, os tornam atores políticos nacionais organizados e disciplinados, facilitando também suas interações externas.

Assim, segundo o autor, os militares sul-americanos desenvolvem um senso de identidade transnacional ou confraternização regional que acentuam o prospecto para uma paz interestatal, alavancando o processo de cooperação na região, principalmente no campo militar.

Dessa forma, a facilidade de interação e entendimento entre militares estrangeiros na região sul-americana, os torna uma excelente ferramenta, juntamente com o diplomata, para a condução da política externa dos países, ratificando a assertiva de que militares e diplomatas são as duas faces da mesma moeda.

Em seguida estudaremos algumas perspectivas teóricas da diplomacia militar, definições e conceitos, suas formas de emprego e seu papel nas relações internacionais entre Estados.

1.3 DIPLOMACIA MILITAR NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O conceito de diplomacia militar ainda é pouco explorado na América do Sul, inclusive no Brasil, conforme já verificado anteriormente. Entretanto, esse conceito já está consolidado em outros países, abrangendo uma gama de diferentes significados e formas de emprego.

Alguns países utilizam também o termo “Diplomacia de Defesa” para tratar do emprego de seus militares, que diferentemente de seu emprego tradicional até os anos de 1990, “(...) envolve o uso cooperativo das forças armadas e suas estruturas relacionadas (primariamente ministérios de defesa) em tempos de paz como uma ferramenta de política externa e de segurança”. (COTTEY; FOSTER, 2004, p. 5)

Diplomacia de defesa compreende um vasto leque de atividades que poderiam ser descritas no passado como cooperação militar ou assistência militar. (Ibidem, p. 6) Essas atividades estão apresentadas na tabela abaixo.

| |
|--|
| - Contatos bilaterais e multilaterais entre oficiais e civis da área de defesa |
| - Nomeação de Adidos Militares e de Defesa para países estrangeiros |
| - Compromissos bilaterais de cooperação em defesa |
| - Treinamento de pessoal civil e militar estrangeiros |
| - Provisão de “expertise” e conselho no controle democrático de Forças Armadas, gerenciamento de defesa e áreas técnicas militares |
| - Contatos e intercâmbios entre militares, unidades militares e visitas de navios |
| - Alocação de militares ou civis nos Ministérios da Defesa ou Forças Armadas de países amigos |
| - Emprego de equipes de treinamento |
| - Provisão de equipamento militar e outras ajudas em material |
| - Exercícios militares bilaterais ou multilaterais para fins de treinamento |

Tabela 2: Atividades da Diplomacia de Defesa¹²

Além disso, diplomacia de defesa engloba todos os elementos que possuem responsabilidades sobre essa pasta governamental, além dos militares propriamente ditos.¹³

¹² Baseada na Tabela 1: Defence diplomacy activities, da página 7, do livro “**Reshaping Defence Diplomacy: New Roles for Military Cooperation and Assistance.**”

¹³ Enquanto o termo “militar” poderia ser usado para identificar atividades realizadas pelo componente uniformizado da Defesa Nacional, o termo “defesa” poderia ser usado para imprimir o estabelecimento de toda a Defesa, incluindo o componente não uniformizado tais como Ministérios, estabelecimentos de Pesquisa e Desenvolvimento, instituições de Defesa Nacional e Universidades de Defesa Nacional.

Dessa forma, a diplomacia de defesa tem por missão “prover forças com conhecimentos de atividades variadas assumidas pelo Ministério da Defesa para dissipar hostilidades, construir e manter confiança e auxiliar no desenvolvimento de Forças Armadas democráticas e responsáveis.”¹⁴

MUTHANNA (2006, p. 16-20) também assinala a diplomacia de defesa como intercâmbio de visitas relacionadas à defesa em alto nível, diálogo nos desafios de segurança e cooperação de defesa como aquelas cobertas por intercâmbios de treinamentos, exercícios combinados e cooperação na produção, desenvolvimento e comércio de equipamento de defesa, além de outras formas de cooperação. Surge aqui mais uma importante forma de emprego da diplomacia militar – a cooperação na indústria de defesa.

O conceito de diplomacia de defesa, assim, traz a ideia de que as Forças Armadas e as estruturas relativas à defesa têm potencial para contribuir com a segurança internacional, não apenas por deter e se for o caso lutar guerras, mas também por ajudar a promover um ambiente internacional mais estável e cooperativo. (COTTEY; FOSTER, 2004, p. 77)

Pautaremos o nosso estudo em duas tipologias da diplomacia militar: uma mais construtivista e outra mais realista.

A mudança no conceito de segurança e ameaças multidimensionais como terrorismo global, proliferação de armas de destruição em massa, competição por recursos naturais, migração ilegal, mudança climática e crimes transnacionais, exigirá o uso do poder militar de forma mais branda e racional. Dessa forma, os militares desempenharão importante papel para a consecução da política externa, pois podem gerar poder brando por meio de atração e influência. (MACGREGOR, 2003, p. 5)

A diplomacia militar tem sido, portanto, um dos constituintes essenciais da diplomacia internacional e uma metodologia efetiva para promover as relações bilaterais e regionais. (SACHAR, 2004)

Esse papel desempenhado pelos militares, no contexto das relações internacionais, está bem caracterizado pelos diversos autores pesquisados por

¹⁴ (SDR) Revisão da Estratégia de Defesa do Reino Unido. A prevenção de conflitos e a diplomacia em tempo de paz foram reconhecidas como as principais atividades de defesa. A missão dessa nova Defesa, chamada Diplomacia de Defesa, foi criada para dar maior prioridade, ímpeto e coerência com esses novos tipos de atividades, e garantir o alinhamento com os objetivos de segurança da Política Externa do Governo.

ocasião das definições e conceitos, finalidades e formas de emprego da diplomacia militar que serão expostos a seguir.

1.3.1 A literatura realista sobre a diplomacia militar – o uso do poder militar coercitivo e dissuasório em apoio à política externa

A corrente realista das relações internacionais traz em sua estrutura a tradição *hobbesiana*, ou seja, uma visão de mundo anárquica – não existência de hierarquia entre os Estados –, relações com foco no Estado (estadocentrismo), a guerra e o conflito como questões centrais, e regidas pela Teoria do Equilíbrio do Poder. Portanto, o poder militar é fundamental para os realistas.

A visão realista da diplomacia militar difere-se das outras perspectivas pelo fato dos autores considerarem a hipótese de coerção como central nas relações interestatais. Ou seja, a diplomacia militar é abordada como a participação do poder militar garantindo os interesses da Política Externa de maneira mais coercitiva ou dissuasória e menos cooperativa.

O Poder militar, nesse sentido, é um dos componentes do poder nacional e a conjugação dos meios disponíveis com a vontade dos cidadãos, usado para conquistar um objetivo comum. (BRASIL, 2011) Ou seja, “é um recurso de poder à disposição do Estado, o qual deve empregá-lo com finalidade de assegurar a conquista de objetivos políticos, notadamente em âmbito externo”. (SOARES E SILVA, 2012)

Karl Deutsch (1978, p.33) vai além, ao dizer que “o poder [militar], visto aqui de uma forma nua e crua, é a capacidade de prevalecer em caso de conflitos e de superar obstáculos”.

Assim, o uso do poder militar para coerção aproxima-se da proposta de Joseph Nye sobre “hard power”, o uso da força para influência corretiva. De acordo com o autor, o poder militar seria expresso por ameaças, permitindo a coerção e dissuasão. (NYE, 2004)

Thomas Schelling segue essa mesma linha de raciocínio no seu realismo estratégico, que tem como uma das principais características o uso internacional do poder militar, ou seja, o uso do poder militar de um Estado contra outro. Para o autor, “é a ameaça de danos...que pode forçar alguém a se submeter” (SCHELLING, 1996, p. 169-170). Além disso, Schelling adverte que a coerção como política efetiva

requer que os interesses entre dois Estados beligerantes não sejam completamente opostos, pois a coerção exige o estabelecimento de barganha. Ou seja, a coerção é a maneira mais prática e fácil de fazer com que outros façam o que queremos sem precisar obrigá-los por meio da força bruta, sempre mais difícil, dispendiosa e perigosa (SCHELLING, 1996, p. 168-182).

Assim, o uso político das Forças Armadas pelo emprego do poder militar de forma coercitiva ocorre quando as ações físicas são realizadas por um ou mais componentes do estamento militar como parte de uma tentativa deliberada de uma autoridade nacional para influenciar ou para ser preparado para influenciar comportamento específico de indivíduos em outros países, sem engajamento em uma disputa violenta contínua. (BARRY M; KAPLAN, 1987, p. 71-73)

Diplomacia militar, nesse contexto, é tida como o emprego ativo do poder militar a serviço do interesse nacional com a intenção de influenciar o pensamento e ações dos tomadores de decisões estrangeiros. Essa influência é conseguida basicamente pela coerção – quando forças militares são usadas para ameaçar, ou impor sanções violentas, sem engajamento em uma continuada disputa de violência – mas também não elimina a possibilidade de uso da cooperação benigna. (DITZLER, 1989)

Seguindo essa vertente de pensamento, SACHAR (2004, p. 404) também afirma que o papel da diplomacia militar manifesta-se em dois componentes básicos: diplomacia preventiva e diplomacia coercitiva.

A diplomacia militar preventiva é mais valorizada na literatura construtivista que ressalta a importância da cooperação militar para alcançar um clima de confiança, necessário para aumentar as relações entre dois países, conforme será abordado posteriormente. Para a literatura construtivista, isto também pode ser chamado de diplomacia militar em tempo de paz, a melhor abordagem para a prevenção de confrontação entre dois países e para identificar os interesses comuns e aumentar a cooperação entre eles em diversos campos, particularmente o militar. (SACHAR, 2004, p. 404)

O autor ainda afirma que a diplomacia militar coercitiva, por sua vez, pode ser trazida para o jogo quando todos os componentes da diplomacia preventiva foram esgotados e antes da situação de declaração direta de guerra. O sucesso desse modelo diplomático reside na maior exploração das capacidades bélicas do que

usualmente. O poder militar, assim, é a chave para esse modelo. Demonstração de força, pequenas intervenções militares, testes de mísseis são, dentre outros, exemplos dessa diplomacia coercitiva. (SACHAR, 2004, p. 405)

Segundo COOPER (1993), na nova ordem internacional, o uso tradicional da diplomacia militar – seja na forma cooperativa ou coercitiva – continuará tendo grande utilidade. A diplomacia militar continuará a ser ferramenta efetiva para eliminar, ou pelo menos mitigar, as consequências de eventos inesperados em um mundo já perigoso.

As atividades desenvolvidas sob esse enfoque de diplomacia exercida pelos militares, na sua função preventiva, assemelha-se às atividades desenvolvidas pela diplomacia militar sob as lentes construtivistas, incluindo, no nível tático, exercícios militares, programas de assistência à segurança, programas de intercâmbio educacional e profissional, conferências bilaterais e multilaterais, bem como outros esforços inclinados para a diplomacia. A meta desses programas é moldar o ambiente regional, influenciando nos efeitos condicionantes para a conquista dos objetivos estratégicos da Política Externa dos Estados. (WILLARD, 2006. p. 2)

Sintetizando, na visão realista, a diplomacia militar é importante instrumento de política externa, pois permite o emprego do poder militar para coagir outros a mudarem de opinião antes do emprego deliberado de forças em uma guerra ou conflito armado. A dissuasão é a principal característica da diplomacia militar sob o enfoque realista. Contudo, sob essa perspectiva, a diplomacia militar também desenvolve atividades em tempo de paz, em âmbito preventivo, principalmente aquelas que promovem a confiança mútua e a aproximação entre Estados por meio da cooperação, potencializando a interação internacional, consolidando a manutenção da paz e, conseqüentemente, auxiliando no fortalecimento da segurança internacional.

Dessa forma, a diplomacia militar na perspectiva realista é o componente “fardado” do Estado nas relações internacionais que contribui para a consolidação dos interesses nacionais, sejam de alcance global ou regional, principalmente de maneira coercitiva e dissuasória, se necessário for.

1.3.2 Diplomacia militar na literatura construtivista das relações internacionais – uso cooperativo das Forças Armadas

O construtivismo nas relações internacionais surgiu no início da década de 1990 para contrapor-se ao discurso neorrealista¹⁵, predominante à época. O fim da Guerra Fria não trouxe a paz definitiva e nem configurou-se como o “fim da história”¹⁶. Nesse contexto, tanto o realismo quanto o liberalismo foram incapazes de antecipar tais tendências. Assim, a corrente construtivista ganhou força.

A premissa construtivista de Wendt (1992) de que a “anarquia é o que os Estados fazem dela” advoga que as relações interestatais são moldadas por fatores intangíveis tais como cultura, história, identidades e discursos políticos. Ou seja, existe uma construção social por trás da política de poder dos diversos atores, com predominância dos fatores ideológicos sobre os materiais nesta formulação.

Outro importante autor construtivista, Katzenstein (1996) admite a complexidade dos problemas do mundo atual. Nem “a esterilidade do realismo”, nem a “ingenuidade do idealismo” são capazes de solucioná-los. Portanto, em que pese aceitar parcialmente a validade de alguns pressupostos de ambos, sugere a ampliação da perspectiva de análise. Dessa forma, advoga a inclusão tanto da cultura quanto da identidade como fatores responsáveis por moldar as inseguranças globais e as políticas de segurança para enfrentá-las.

Dessa forma, o uso da diplomacia militar na tipologia construtivista, dentro das relações internacionais, busca mitigar o comportamento realista do Estado, voltado sempre para o conflito e a guerra. A diplomacia militar aqui é racional, agindo de acordo com a assertiva de que “anarquia é o que os Estados fazem dela”, buscando sempre a cooperação em detrimento do conflito. Daí depreende-se que a principal diferença dessa perspectiva em relação à perspectiva anterior é o uso da cooperação, ou do poder militar cooperativo e não coercitivo. Ou seja, uma aproximação mais de influência e persuasão, por meio do “soft power”, de Joseph Nye.

¹⁵ Uma síntese da teoria realista das relações Internacionais pode ser obtida em: TOFT, Peter. **John J. Mearsheimer: an offensive realist between geopolitics & power**. Copenhagen: Institut for Statskundskab, 2003. Além disso, consultar: MEARSHEIMER, John J. **The tragedy of great power politics**. New York: Norton, 2001. E, do mesmo autor. **The false promise of international institutions**. *International Security*, Vol. 19, No. 3 (Winter), 1994.

¹⁶ O “fim da história” está descrito em FUKUYAMA, F. *The end of History?* In: *The National Interest*. Outubro de 1989, n.16, reproduzido em Tuathail, G. Dalby. S. e Routledge, P. *The geopolitics reader*. Op. Cit., pp. 114-24.

É nessa tipologia que o Brasil se enquadra. A diplomacia militar brasileira busca a cooperação como indutor de confiança e integração, conforme será estudado nos próximos capítulos dessa pesquisa.

Uma das definições clássicas para diplomacia militar é apontada por ANTON DU PLESSIS (2008), que a define como o uso de pessoal militar, incluindo os serviços de Adidos, em apoio a resolução e prevenção de conflitos.

Ainda seguindo nessa linha de definições mais clássicas, SINGH (2011) afirma que a diplomacia militar está destinada para ampliar e gerenciar a influência de determinado país em âmbito global. Ela está focada na criação de distritos favoráveis em países estrangeiros e ganhar amigos, ao mesmo tempo em que busca neutralizar influências negativas e reduzir chances de confrontações externas.

Diplomacia militar, assim, faz parte de um contexto diplomático mais amplo e algumas de suas características estão relacionadas à construção da imagem do próprio Exército e por vezes do próprio país, podendo ser considerada como uma extensão de sua diplomacia pública. Ela é essencialmente um conjunto de atividades e iniciativas que são entendidas pelo exército nacional em conjunto com a diplomacia regular, principalmente com referência aos exércitos estrangeiros em tempo de paz. (SINGH, 2011, p. 793)

Esse relacionamento entre militares de diversos países fica evidente na visão de MATSUDA (2006, p. 6) que define diplomacia militar como sendo intercâmbios militares normalmente referentes a atividades de organizações de defesa nacionais com outras organizações de defesa de vários países estrangeiros. O autor enfatiza a importância da diplomacia militar para as relações internacionais dos países, ao afirmar que a diplomacia militar pode fazer parte da estratégia de relações internacionais do Estado, corroborando a premissa de que a diplomacia militar é importante ferramenta da política externa do Estado.

De acordo com o autor, ela pode ser orientada como parte da política geral de relações exteriores relacionada com segurança militar. E no cálculo de benefícios geopolíticos, usa a melhoria do ambiente internacional para promover a evolução das Forças Armadas, diminuindo, assim, o hiato tecnológico porventura existente em relação às Forças Militares das grandes potências.

O uso da diplomacia militar para facilitar o desenvolvimento e a modernização das Forças Armadas fica evidente quando Matsuda atesta que as funções da

diplomacia militar servem para o interesse nacional pela manutenção de um ambiente favoravelmente seguro, pelo desenvolvimento de confiança mútua, para favorecer o processo de modernização e transformação das Forças Armadas, além de estabelecer influência sobre outros países. A influência a que se refere o autor não é aquela conseguida por meio de coerção ou ameaça, mas sim por meio de persuasão calcada na cooperação e confiança mútua. (MATSUDA, 2006, p. 6)

A modernização e transformação das Forças Armadas surgem como importantes produtos da diplomacia militar, alimentando um círculo virtuoso no qual as Forças Armadas ganham com as interações internacionais. Esse ganho, personificado no desenvolvimento, reverte em novas oportunidades de interações e influência sobre outras Forças Armadas e Estados.

Plessis já apresenta uma visão mais ampla sobre diplomacia militar, voltada para aprimorar o desenvolvimento de forças armadas democraticamente responsáveis e para o incremento do uso dessas forças armadas em operações de não guerra¹⁷, aproveitando suas capacidades e disciplina para alcançar objetivos nacionais e no exterior.

Para isso, a construção da capacidade de treinamento de pessoal militar estrangeiro é parte integrante da diplomacia militar e alcança o propósito da diplomacia do Estado para a paz, uma vez que completa a obrigação internacional dos países civilizados em contribuir para a criação de um mundo harmonioso. (SINGH, 2011, p. 795)

A participação dos países em missões de manutenção de paz da ONU configura-se, assim, como importante ferramenta da diplomacia militar, pois lhes permite atingir três objetivos simultaneamente: construção de uma imagem positiva perante a comunidade internacional sobre o discurso de paz; aumento da influência estratégica no âmbito regional; e construção de capacidades e aprendizado. (SINGH, 2011, p. 796)

O conceito de diplomacia militar sob o enfoque da promoção da paz mundial também é implementado por MUTHANA (2011), que aborda a existência de muitos exemplos do uso pacífico dos militares no mundo, aumentando as relações internacionais entre as Nações. Nesse entendimento ele afirma que a diplomacia

¹⁷ Operações de não guerra neste caso refere-se às operações voltadas para ações humanitárias e operações de paz.

militar seria o uso pacífico, ou em tempos de paz, dos militares na diplomacia como ferramenta da Política Externa Nacional.

Os objetivos da diplomacia militar sob a visão construtivista das relações internacionais, segundo o autor, seriam a concretização dos objetivos políticos de segurança e defesa externa. No contexto do engajamento estratégico global e regional, isso cria relações cooperativas sustentáveis, construindo confiança e facilitando a prevenção de conflitos; introduzindo transparência nas relações de defesa e reforçando percepções de interesse comum; mudando a mentalidade fixa de parceiros; e incluindo cooperação em outras áreas. (MUTHANA, 2011, p. 3)

Dessa forma, a diplomacia militar pode ir além dos objetivos específicos de política externa do país por gerenciar relações de defesa externa e apoiar outras iniciativas diplomáticas do governo (MUTHANA, 2011, p. 9).

A cooperação aparece, portanto, como importante vetor da diplomacia militar nesse enfoque construtivista, por promover a confiança mútua que sustentará o ambiente pacífico e seguro no concerto das nações.

Essa cooperação é buscada de várias formas, dentre as quais se destaca o uso dos programas de assistência militar. Esses programas trazem particular utilidade para os propósitos de engajamentos estratégicos, seja com antigos ou potenciais inimigos ou com países considerados importantes para assegurar os interesses nacionais – citados anteriormente. (JONES, 2010, p. 5)

Essa assistência militar pode ser usada em amplo sentido, como por exemplo para encorajar e desenvolver mecanismos de cooperação regional, desenvolvimento de capacidades para a manutenção da paz e estabelecimento de princípios para a efetiva governança. Os programas de assistência militar podem ser designados, assim, para mudar a mentalidade de militares dos Estados parceiros em apoio a assuntos militares específicos ou mais amplos objetivos nacionais. Exposição a valores, doutrina e modo de vida da nação apoiadora pode, frequentemente, ampliar significativamente as relações bilaterais. (JONES, 2010, p. 6)

Jones (2010, p. 7) elenca várias atividades que podem contribuir para alcançar os efeitos desejados pela diplomacia militar: educação militar; treinamento de técnicas militares; visitas de alto nível; visitas pelos navios, aeronaves e unidades militares; reuniões de Estado-Maiores; pequenas visitas de treinamento; assessoramento militar e assistência em treinamento por longos períodos;

intercâmbios; controle conjunto de armamentos; reforma da defesa e assistência governamental; treinamento de idiomas; exercícios militares; e treinamento para resposta e gerenciamento de desastres.

Pelo exposto acima, ficou evidente o importante papel da diplomacia militar na literatura construtivista das relações internacionais, principalmente em tempo de paz, onde são buscados procedimentos que fortaleçam a amizade e a confiança entre os Estados. A cooperação, principal ferramenta desse tipo de diplomacia militar, será estudada a seguir juntamente com o conflito, outro conceito também presente nas relações internacionais.

1.3.3 Cooperação e conflito: conceitos presentes nas relações internacionais

O Estado como principal ator nas relações internacionais detém a primazia de conduzir a política exterior, a segurança e a defesa. Assim, “cabe ao Estado a participação voluntária e a concordância com as medidas no campo da defesa e da segurança comuns.” (RABELLO, 2006, p. 46)

A cooperação entre Estados não exclui os interesses nacionais e nem altera as políticas de defesa nacional, “deve julgar o interesse mútuo como mais produtivo e gerador de maiores benefícios do que a política de aumento das capacidades.” (DIAMINT, 2001, p.130).

Além da cooperação, o conflito também está presente nas relações internacionais. A inexistência aberta da declaração de guerra entre dois Estados permite a possibilidade de cooperação entre eles. Por outro lado, as relações cooperativas entre dois Estados podem conter temas propensos ao desencadeamento de conflitos. (MORAES, 2010, p. 22)

Ademais, dois Estados que se consideram inimigos em um determinado momento, podem transformar-se em aliados posteriormente, ou vice-versa. Assim, de acordo com Moraes (2010, p. 22) “não há uma predominância ‘geral’ do conflito ou da cooperação nas relações interestatais.”

Para o autor, a predominância de relações conflituosas ou cooperativas parte de duas dimensões, a estática e a histórica.

A dimensão estática é aquela observada em uma relação entre Estados, em um determinado momento, no qual se percebe a existência tanto da cooperação como do conflito. Já a dimensão histórica observa-se que na relação entre dois

Estados existe a alternância entre períodos predominantemente de conflito e de cooperação. (MORAES, 2010, p. 23)

Assim, segundo Moraes (2010, p. 23) as relações entre determinados Estados poderão ser conflituosas ou cooperativas em função dos Estados em estudo e dos temas tratados nas suas relações. “As políticas por eles formuladas e adotadas serão, quase sempre, cooperativas em relação a alguns Estados e conflituosas em relação a outros e também mais cooperativas em alguns temas do que em outros.”

O autor afirma que “em uma relação bilateral na qual predomine a cooperação, também serão encontrados, geralmente, temas nos quais há uma maior propensão ao conflito (e vice-versa).” Dessa forma, pode-se resumir cooperação e conflito nas relações internacionais como se segue:

o inimigo de uns pode ser o aliado de outros (dimensão estática), o conflito em um tema não implica o conflito em todos os temas (dimensão estática) e o aliado de ontem pode ser o inimigo de amanhã (dimensão histórica). (MORAES, 2010. p. 24)

Algumas teorias das relações internacionais abordam de maneira distinta a cooperação e o conflito. Segundo os realistas clássicos, o conflito – principalmente o militar – ganha importância nas relações entre os Estados. Nesse enfoque, a cooperação interestatal é somente um desvio da tendência natural do conflito (KEOHANE, 1984, p. 7).

Contudo, de acordo com os teóricos realistas e os neorrealistas, a existência de relação entre o equilíbrio de poder e as alianças interestatais configuram uma espécie de cooperação. Assim, a cooperação para essas correntes teóricas “não possui uma existência autônoma, sendo apenas a consequência da tendência permanente ao equilíbrio de poder do sistema internacional.”(MORAES, 2010. p. 26)

Para Morgenthau (2003, p. 344) “[...] a mais importante manifestação do equilíbrio de poder deve ser vista não no equilíbrio de duas nações isoladas, mas nas relações entre uma nação, ou aliança de nações, com outra aliança.”

Por outro lado, a cooperação voltada para evitar conflitos foi alvo de estudos e propostas de determinadas atualizações na teoria realista, surgindo o realismo otimista representado por Edward Kolodziej.

Segundo esta teoria, a cooperação permanente entre os Estados traz mais benefícios, levando-se em consideração os elevados custos produzidos por conflitos militares.

[Realistas] Otimistas assumem que os Estados podem aprender a cooperar, paradoxalmente, em função dos seus objetivos egoístas. Em suas interações, os Estados podem limitar a confiança que depositam na força e nas ameaças coercitivas para alcançarem um benefício mútuo. Eles podem, teoricamente, transformar o círculo vicioso de violência e contra-violência, projetado pelos teóricos clássicos (e endossado pelos neorealistas), em um círculo virtuoso de progressiva cooperação, bem como de resistência ou relutância em usar a força como um instrumento viável para obter o que desejam. (KOLODZIEJ, 2005, p. 144)

Essa abordagem assemelha-se à abordagem de Keohane, como pode ser percebido nas passagens abaixo:

Cooperação é o oposto da discórdia; mas também é diferente de harmonia. Cooperação, quando comparada à harmonia, requer uma busca ativa pelo ajustamento das políticas para, assim, se atender às demandas dos outros. Ou seja, ela não depende apenas de interesses comuns; ela emerge de um padrão de discórdia ou de uma discórdia em potencial. Sem discórdia, não haveria cooperação, apenas harmonia. (KEOHANE, 1984, p. 7)

A cooperação [...] não implica uma ausência de conflito. Pelo contrário, ela é geralmente intercalada com o conflito e reflete, em parte, ações de sucesso para a superação dos conflitos, reais ou potenciais. (KEOHANE, 1984, p. 53-54)

Nesse contexto, Moraes atesta que “a cooperação requer políticas proativas por parte dos Estados para que eventuais pontos de conflito sejam solucionados em conjunto e não por meio de ações unilaterais.” (MORAES, 2010, p. 28)

Assim, como foi visto, a cooperação e o conflito estão sempre presente no sistema internacional como alternativas para os Estados.

A escolha da cooperação, entretanto, enseja o desenvolvimento de medidas de confiança mútua, essenciais para que a cooperação ocorra sem restrições e com maior interatividade entre os Estados, principalmente no âmbito da cooperação militar.

Na próxima seção serão abordadas as medidas de fomento à confiança mútua e segurança, especificamente aquelas que influenciam diretamente na cooperação militar.

1.3.4 Medidas de fomento à confiança mútua e segurança como indutor de cooperação militar

A definição de Medidas de Fomento à Confiança Mútua e Segurança (MFCS), ou Medidas de Confiança Mútua (MCM), ou simplesmente Fomento da Confiança se refere à promoção de relações de alta qualidade, onde seja possível o incremento

da segurança entre dois ou mais atores internacionais, ao mesmo tempo em que se afastem todas as possibilidades de conflitos armados, aumentando as relações interestatais e possibilidade de interação amistosa. (FIGUEROA, 1997, p. 511-522)

Figueroa aponta que há pouco consenso no mundo político e acadêmico acerca do conceito de MCM. Para alguns autores, as MCM só envolvem aspectos militares, para outros, no entanto, alcançam ademais, as esferas políticas, diplomáticas, econômicas e comunicacionais. Porém, parece existir consenso em alguns aspectos como, a necessidade das MCM na América do Sul, onde as questões fronteiriças são ainda latentes (Peru e Equador, em 2005); e que elas surgem da necessidade de reduzir os níveis de tensão que possam alterar a estabilidade regional. (FIGUEROA, 1997, p. 516)

Apesar disso, as MCM são diferentes de acordos para controle, limitação de armas e desarmamento. O controle de armas já está regulamentado em processos de aquisições e venda de material bélico geralmente conectados com normas internacionais. A limitação de armas segue os mesmos princípios. Já o desarmamento está definido por todas as medidas relacionadas com proibição à produção, aquisição, uso e transferência de armas, sejam convencionais ou não. (CARO, 1997, p. 37)

Caro (1997) afirma que as MCM também se diferem de outras perspectivas de solução de conflitos, como as missões de paz da Organização das Nações Unidas (ONU). Elas não podem por si só solucionar conflitos, mas sim diminuir a probabilidade de que ocorra uma confrontação, especialmente as que envolvem mal entendidos e erros de interpretação de intenções. (CARO, 1997, p. 38)

No âmbito sul-americano, as MCM são fundamentais para a manutenção do *status quo* regional. A América do Sul é considerada por muitos autores como uma das regiões mais pacíficas do mundo. Entretanto, ainda existem alguns focos de tensão e conflito latentes resultantes da herança colonial, que podem trazer consequências significativas para a estabilidade e paz regionais. Para Aravena, “cada crise produz um forte retrocesso na confiança, uma vez que se reforçam as percepções de ameaças tradicionais”. (ARAVENA, 1995, p. 4)

Pelo exposto acima, existe a necessidade do estabelecimento de medidas práticas que evitem erros de interpretação capazes de produzir situações de tensão, com a possibilidade da escalada da crise. Nesse contexto, as Medidas de Fomento

à Confiança Mútua e Segurança (MFCS) ou Medidas de Confiança Mútua (MCM) têm sua aplicação. (ARAVENA, 1995, p. 5) As MCM são o instrumento que pode gerar um novo padrão de relação cimentado na associação, na cooperação.

Outro aspecto importante a ser destacado é a reafirmação da diversidade regional sul-americana, que acaba influenciando nas tentativas de cooperação para a segurança e paz da região. Aravena destaca cinco pontos cruciais, que, em seu conjunto afetam as definições de segurança: os processos democráticos; o desenvolvimento econômico; a estabilidade política; os processos de integração regional; e o vínculo com os EUA. Além disso, as características e o desenvolvimento próprios, de cada Estado, da segurança e defesa também contribuem para a falta de consensos.

O desenvolvimento de MFCS possibilita, assim, o estabelecimento de processo cumulativo de transparência que traduz a geração de acordos de segurança com ênfase nos aspectos cooperativos. (ARAVENA, 2002, p. 31)

Ademais, o desenvolvimento efetivo das MFCS – como instrumento de cooperação e de maior interdependência – requer um clima geral de confiança radicado em todos os campos. Contudo, o uso das MFCS deve prevalecer no âmbito da defesa. A construção da confiança em outras áreas é responsabilidade da política, da diplomacia, da economia e de outras relações. (ARAVENA, 2002, p. 32)

A experiência de reaproximação nuclear entre Brasil e Argentina é universalmente aceita como um exemplo de sucesso da redução de tensões nucleares por meio de MCM. As inspeções bilaterais e o compromisso histórico de abandono dos programas nucleares voltados para fins não pacíficos nos dois países são consequências de passos iniciais do processo de desenvolvimento de MCM. Essas medidas permitiram maior aproximação entre os países no âmbito militar e da defesa, alicerçando as bases para a ampliação da cooperação em outras áreas, principalmente na econômica, com a criação do Mercado Comum do Sul (Mercosul). (HIGGINS, 1991, p. 114) Assim, fica comprovada a importância e prevalência das MCM no âmbito da defesa, pois uma vez superado esse óbice, a cooperação em outras áreas fica facilitada.

Isaac Caro (1997, p. 41) também compartilha da mesma ideia, mas com outro enfoque. O da transferência de recursos que seriam destinados em defesa para outras áreas, como a econômica e social. As MCM desenvolvidas no âmbito militar

possuem papel fundamental para o desenvolvimento econômico e social dos países latino-americanos. De acordo com o autor a redução de gastos militares, por exemplo, faz com que os Estados possam alocar seus recursos para outras áreas como saúde e educação, favorecendo, assim, o seu desenvolvimento.

Dessa forma, as MCM permitem o aumento dos níveis de cooperação militar, política e econômica, criando uma segurança compartilhada que favorece a distensão, o desenvolvimento e a integração dos Estados sul-americanos. (CARO, 1997, p. 46)

As MCM buscam agregar estabilidade às relações entre os Estados. Estabelecem processos pelos quais se evidenciam comprometimento com os compromissos que devem ser materializados no futuro. Elas visam à troca de desconfianças históricas, que implicam grandes riscos, por uma situação baseada em ações que promovam a estabilidade e distensão. Enfim, elas buscam romper as desconfianças históricas que caracterizam os vínculos entre os países sul-americanos.

As MFCS são ações bilaterais e multilaterais destinadas a prevenir situações de crise e de conflito. Elas geram garantias, contribuindo para a comunicação entre os atores, além de criar uma atmosfera propícia para estabelecer um marco de entendimento que objetive as percepções de ameaça imediata e evitam riscos e elementos surpresa. (ARAVENA, 2002, p. 32)

Ademais, segundo Aravena, as MFCS são ações vinculadas na reciprocidade necessária, não necessariamente equivalentes, mas paralelas no tempo. As MCM devem ser adotadas por todos os atores envolvidos ao mesmo tempo.

Para melhor entendimento, o autor destacou algumas características intrínsecas às MFCS, tais como: transparência e abertura; previsibilidade; reciprocidade e equivalência; melhoramento das comunicações; estabilidade e projeção das relações; factibilidade e realismo na execução; coerência com outras políticas; verificáveis; contar com suporte social; e diferenciação bilateral, sub-regional ou multilateral. (ARAVENA, 2002, p. 33-34)

Segundo Aravena, o processo de avaliação das MFCS pode-se distinguir em quatro etapas: erradicação da desconfiança; construção da confiança; aprofundamento da confiança; e planejamento da cooperação. Essas etapas serão melhores abordadas a seguir.

A erradicação da desconfiança está ligada à atuação sobre os elementos que ameaçam a relação. Procuram evidenciar que não existe comportamento ofensivo ou ameaçador. A construção de linhas de comunicação entre as partes e a melhoria no conhecimento mútuo são exemplos de medidas para a erradicação da desconfiança.

A construção da confiança está baseada no estabelecimento de ações sistemáticas que permitam a estruturação de novo padrão de relação. O desenho de marcos institucionais e a definição de arquiteturas de relacionamento mais permanente cumprem papel fundamental.

O aprofundamento da confiança ocorre quando existe um incremento nas diversas áreas de inter-relação. As vinculações econômicas, comerciais e financeiras se executam com grande normalidade entre os diversos atores. Os conflitos e diferenças que possam surgir neste terreno são resolvidos por outras áreas, em especial a política. O uso da força não aparece como opção frente a nenhum conflito. Nesta etapa a geração de ações associativas e cooperativa alcançam níveis importantes. O desenvolvimento de atividades conjuntas é um exemplo de medida desta fase das MCM.

O planejamento da cooperação refere-se ao estabelecimento de aliança político-estratégico na qual a conformação de estruturas, vínculos e redes de interdependência são característicos. É o momento do estabelecimento de políticas comuns entre os diferentes atores, incluídas aí as políticas externas e de segurança.

Do exposto, pode-se inferir que o atual arranjo de segurança sul-americano, baseado na criação do Conselho de Defesa Sul-americano (CDS), encontra-se inserido nesta última etapa de avaliação das MCM, uma vez que os Estados da região resolveram planejar conjuntamente a cooperação em segurança e defesa regional.

Atualmente, as MCM, além de traduzir-se em instrumentos internacionais, quando não obrigatórias, expressam-se também em outros tipos de medidas menos formais, mas igualmente eficientes, como por exemplo: avisar aos países fronteiriços a realização de manobras militares na faixa de fronteira, a fim de evitar qualquer suposição de enfrentamento; a manutenção de canais de comunicação com países limítrofes para facilitar a solução de qualquer controvérsia; e o intercâmbio de oficiais

em missões de estudo e aperfeiçoamento, além de ajuda em ações humanitárias em caso de catástrofes. (FIGUEROA, 1997, p. 516-517)

Em resumo, a importância das MCM é fundamental para o desenvolvimento da confiança, que por sua vez auxilia na ampliação da cooperação militar regional. As MCM são os principais indutores da cooperação. Além disso, elas reforçam a democracia representativa na América do Sul, ao delegar a todos os atores políticos, em especial os militares, a manutenção da estabilidade e paz regionais. (FIGUEROA, 1997, p. 516)

1.4 CONCLUSÃO PARCIAL

Buscamos nesse capítulo trazer os aspectos teóricos da diplomacia militar, um conceito novo em busca de afirmação e que vem ganhando espaço nas relações internacionais entre os países pela facilidade de interlocução dos militares. Além disso, as diferenças e semelhanças entre militares e diplomatas ficaram evidenciadas, demonstrando que, apesar da distinção da formação e da cultura organizacional, ambos se complementam para melhor desempenharem suas funções, mas que os militares em particular possuem características intrínsecas que facilitam o diálogo entre eles, favorecendo as interações no campo militar.

Outro aspecto importante do capítulo foi a identificação de duas tipologias da diplomacia militar: a realista e a construtivista.

A visão realista da diplomacia militar está baseada fundamentalmente na capacidade de coerção imposta pelo poder militar de um determinado país sobre outro, ao passo que o enfoque construtivista, que se aplica melhor aos militares brasileiros, baseia suas ações no poder militar cooperativo, ou seja, na cooperação e confiança mútua para selar as relações entre os países.

Contudo, para estudarmos a participação da diplomacia militar do Exército Brasileiro dentro do contexto sul-americano, faz-se necessário, primeiramente, identificar o ambiente de segurança e defesa da região e o papel do Brasil nesse contexto. Além disso, buscaremos destacar as principais decisões brasileiras, no âmbito de suas políticas de segurança e defesa, no período em estudo, que contribuíram para a ampliação da regionalização da segurança na América do Sul.

2 O BRASIL E A SEGURANÇA REGIONAL

Este capítulo visa trazer a relação entre a Política Externa Brasileira e a segurança sul-americana, especificamente as ações emanadas pelo Brasil que contribuíram para a ampliação da regionalização da segurança na América do Sul, durante os governos do Presidente FHC (1995-2002) e Lula (2003-2010). Contudo, antes de serem abordadas as Políticas de Segurança e Defesa do período em estudo, a primeira seção tratará, brevemente, alguns aspectos teóricos da regionalização da segurança, especialmente na América do Sul. Além disso, buscar-se-á caracterizar o Complexo Regional de Segurança Sul-americano e o papel geral do Brasil nesse cenário. Em seguida, na segunda seção, serão abordados os aspectos gerais da PEB do governo FHC, com destaque para a solução do conflito entre Peru e Equador, a criação da PDN (1996) e a criação do MD. Na terceira seção, já com relação à PEB do governo Lula, procurar-se-á analisar os obstáculos regionais para a defesa, a publicação da II PDN (2005), a primazia do Brasil na criação do CDS e sua utilização como solução inédita para a Segurança Regional.

2.1 A REGIONALIZAÇÃO DA SEGURANÇA NA AMÉRICA DO SUL

O debate sobre a regionalização da segurança, ou sobre o “novo papel dos mecanismos regionais de cooperação na produção de ordem no sistema internacional, na negociação de processos de paz, na criação de operações de paz, na produção de instituições e normas internacionais” iniciou-se com o fim da Guerra Fria.¹⁸

A evolução dos Estudos de Segurança Internacional de Buzan e Hansen também atesta “que uma das principais consequências do desaparecimento da bipolaridade era o fato de os problemas de segurança regionais e locais ganharem destaque”. (BUZAN; HANSEN, 2012, p. 273)

Os principais fatores para o aumento da importância da segurança regional no debate da literatura especializada de relações internacionais são: a agenda internacional no pós-Guerra Fria, a revisão do conceito de segurança e o

¹⁸ Retirado do artigo de Mônica Herz, **O Tratamento da Segurança Regional pela Disciplina de Relações Internacionais**. para a revista do Instituto de Relações Internacionais PUC – Rio. p 01.

desenvolvimento de novos instrumentos analíticos para a investigação da segurança regional.

A agenda de segurança no pós-Guerra Fria abarca novos fenômenos que já não podem mais ser explicados apenas pela teoria realista, bem como o uso da força perdeu a exclusividade na sua solução. Foram acrescentados à agenda de segurança novos atores e novas ameaças, complementando as já tradicionais. Surgiram discussões para a inclusão das questões econômicas, ambientais e sociais na agenda de segurança. A dimensão regional da fragilidade e/ou falência de Estados também impulsionou a agenda em foco. Além disso, os problemas decorrentes da falência das estruturas dos Estados ganham dimensões regionais quando ultrapassam as fronteiras nacionais. Daí a necessidade da contribuição de atores regionais como o Brasil nessa nova agenda de segurança.

Essas modificações ocasionaram, assim, uma revisão no conceito de segurança, que durante a Guerra Fria era centrado apenas no Estado e nos aspectos militar - estratégico. Tendo em vista essa restrição do conceito de segurança, passou-se a discutir a ampliação desse conceito. As principais escolas envolvidas nesse debate são: os tradicionalistas (*Traditional Security Studies – TSS*); a Escola de Copenhague, que defende um padrão de análise mais abrangente; e a perspectiva crítica (*Critical Security Studies – CSS*).

Dentro da ampliação do conceito de segurança, a internacionalização da segurança está baseada na segurança coletiva, novas formas de intervenção e na normatização internacional da segurança. Além disso, surge o questionamento sobre a segurança nacional, uma vez que o aumento da interdependência entre as sociedades e o aumento do fluxo de interação dificultam a solução das novas ameaças pela lógica da segurança nacional.

A extensão do conceito de segurança envolve mais que a força militar, envolve economia, política, social, meio ambiente e segurança humana. Dessa forma, a redefinição do conceito de segurança estimula o debate sobre segurança regional na medida em que autores se afastam do paradigma da segurança nacional.

Surgem mecanismos de cooperação para lidar com a multiplicidade de ameaças – destaque para as instituições regionais, e o desenvolvimento de aparato diversificado para lidar com essas ameaças.

Os novos instrumentos analíticos para a investigação da segurança regional, contudo, serão abordados mais detalhadamente a seguir, uma vez que se faz necessário para o estudo da segurança regional da América do Sul os conceitos de comunidade de segurança e complexos regionais de segurança.

2.1.1 A segurança sob o enfoque regional

A segurança internacional está inserida em quatro níveis distintos. O mais abrangente é o global, que abarca todo o sistema internacional; logo depois vem o regional, destacando as relações entre os Estados de uma mesma região; em seguida o nacional, no qual a segurança dos Estados possui importância crucial; e por fim o interno, cujo escopo está na relação entre a segurança doméstica e a segurança internacional. (MORAES, 2010, p. 43)

Dessa forma, a segurança internacional pode ser analisada sob quatro diferentes enfoques. Contudo, “o contexto geográfico no qual os Estados estão imersos para a análise dos seus temas de segurança e defesa” torna-se o principal argumento para que ela deva ser analisada sob o enfoque regional. O entorno territorial ganhou projeção pelo aumento dos fluxos entre territórios advindos da globalização. Assim, as fronteiras continuam sendo cruciais para a questão de segurança. (MEDEIROS FILHO, 2010, p. 47)

De acordo com Medeiros Filho, o uso do enfoque regional para análise de questões de segurança internacional foi ampliado com o fim da Guerra Fria.

Nesse período, a intensificação das relações entre países em nível regional expõe a necessidade de arranjos de governança para a gestão de fluxos que transpõem as fronteiras nacionais e aponta para a tendência de criação de blocos regionais. A importância do nível de análise regional para questões de defesa e segurança pode ser atestada pelo número crescente de arranjos regionais de segurança, tanto do ponto de vista empírico (ampliação de organismos regionais, cujo Unasul é um exemplo) como teórico (estudos de segurança internacional baseados em categorias regionais: complexos regionais, civilizações, comunidades de segurança etc.) (MEDEIROS FILHO, 2010, p. 50)

A Escola de Copenhague é a principal defensora dessa ideia e seus principais autores afirmam que a análise da segurança internacional com as lentes regionais é a mais adequada. Buzan, Waever e Wilde, seus principais representantes, ratificam tal assertiva ao afirmarem que “a maioria das ameaças políticas e militares viaja mais facilmente em distâncias curtas do que longas, insegurança é geralmente associada à proximidade. Muitos Estados temem mais seus vizinhos do que

poderosos distantes”. Para os autores, existe maior interdependência em segurança entre os Estados de uma mesma região. Para Buzan, “[...] a maior parte das ameaças viaja mais facilmente em distâncias curtas que em longas.” Nesse contexto, surgiu a Teoria dos Complexos Regionais de Segurança (TCRS), desenvolvida inicialmente por Barry Buzan. (BUZAN; WEAVER; WILDE, 1998, p. 11)

Ademais, a TCRS ressalta a importância do nível regional de segurança, que por vezes é dominante em muitos processos. Assim, os autores definem um Complexo Regional de Segurança como “um conjunto de unidades cujos principais processos de securitização, dessecuritização, ou ambos, são tão interligados que seus problemas de segurança não podem ser razoavelmente analisados ou resolvidos independentemente um do outro.” (BUZAN; WEAVER; WILDE, 1998, p. 201)

Por outro lado, de acordo com a teoria, podem haver duas situações nas quais o Complexo de Segurança seria inviável. A primeira delas é quando existe uma superpotência dominante que influencia tanto na região ao ponto de sobrepujar suas dinâmicas, é o chamado *overlay*. A segunda, por sua vez, é o oposto. É o caso de Estados que possuem parcela muito pequena de poder ao ponto de suas relações serem insuficientes para a formação do Complexo de Segurança.

A TCRS utiliza aspectos teóricos da Teoria Realista e aspectos da Escola Inglesa de Relações Internacionais, principalmente os da coexistência das três tradições doutrinárias na política internacional, que segundo Hedley Bull são: “a hobbesiana, ou realista, que considera a política internacional como um estado de guerra; a kantiana, ou universalista, que preconiza a atuação, na política internacional, de uma comunidade potencial; e a grociana, ou internacionalista, para a qual a política internacional ocorre dentro de uma sociedade de estados” (BULL, 2002, p. 32).

Medeiros Filho traduz o esquema original de Buzan para a coexistência das três tradições doutrinárias na política internacional em um “leque de opções” que vai do estado de guerra hobbesiano até o estado de paz kantiano, conforme figura abaixo.

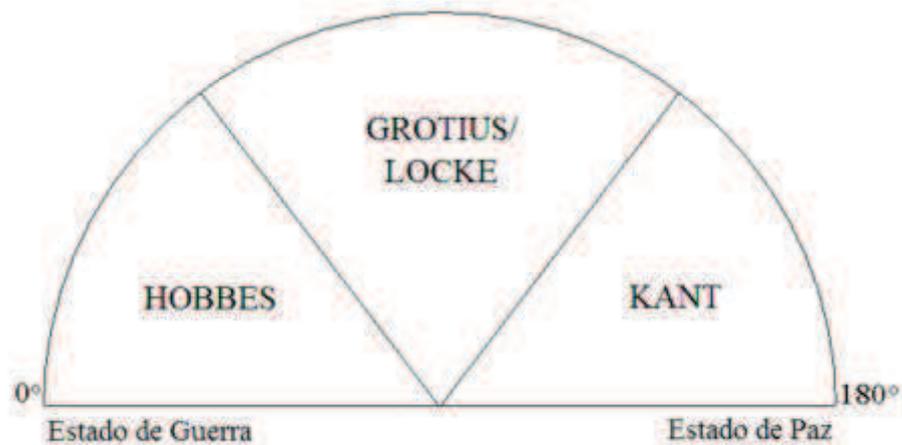


Figura 1 - O “leque” do padrão de relacionamento regional¹⁹

Alguns aspectos da Teoria Social das Relações Internacionais desenvolvida por Alexander Wendt (1999) também estão presentes na TCRS de Buzan. Para Wendt, a cultura hobbesiana marcaria a relação de rivalidade entre “inimigos”; a lockeana, a competição entre “rivais”; e a kantiana, as relações de cooperação entre “amigos” (WENDT, 1999).

Para Medeiros Filho, “diferentes padrões de relacionamentos podem ser identificados, o que sugere um espectro de possibilidades, variando entre dois extremos: o caos, de um lado, e a comunidade de segurança, do outro, conforme esquema abaixo:” (MEDEIROS FILHO, 2010, p. 55)



Figura 2 - O espectro do grau de amizade²⁰

Buzan ainda destaca que as relações de segurança podem variar de uma relação conflituosa até um padrão de maior amizade, tendo como pontos intermediários a coexistência e a cooperação.

¹⁹ MEDEIROS FILHO, Oscar. op cit, p. 55

²⁰ Ibidem, p. 56.

Dessa forma, as relações de segurança entre Estados vizinhos estariam subordinadas ao nível de medo e ameaça percebidos mutuamente.

Os padrões de amizade e inimizade nos Complexos de Segurança tornam-se muito importantes, na medida em que os alinhamentos serão estabelecidos segundo a distribuição de poder dentro desse complexo. Assim, os Complexos podem mudar seus padrões, como ocorreu no Cone Sul, mediante a resolução de disputas anteriores entre Brasil e Argentina, cujo padrão histórico era de rivalidade. (PAGLIARI, 2009, p. 37)

Medeiros Filho (2010, p. 57) buscou localizar os diferentes padrões de relacionamento propostos por Buzan, incorporando-os no seu “leque” do padrão de relacionamento regional, conforme figura abaixo:

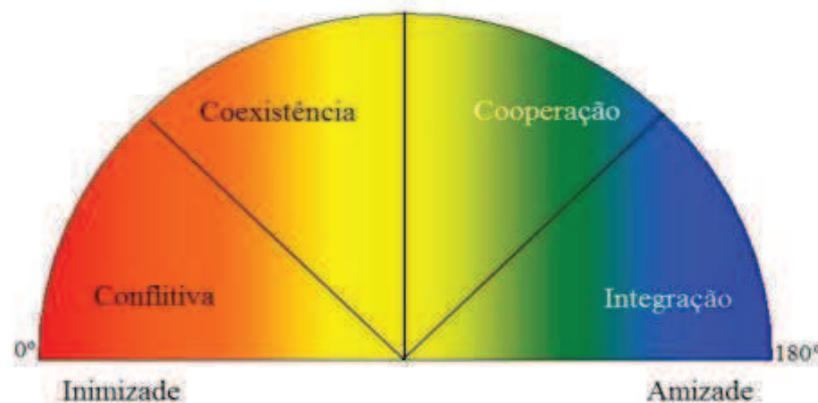


Figura 3 Padrões de Relacionamento²¹

A figura 3 sugere a identificação de diversos tipos de complexos regionais entre unidades de uma região, desde aqueles com ambientes conflituosos, sendo elevada a possibilidade de guerra, até aqueles ambientes de relativa paz.

Assim, de acordo com o padrão de relacionamento entre os países da região, Buzan classifica em três tipos distintos os complexos regionais de segurança: formações conflitivas, regimes de segurança, e comunidades de segurança.

Para Medeiros Filho,

Buzan não estabelece uma distinção rígida entre os tipos propostos. Chama apenas a atenção para o fato de que sua ideia de “formação conflitiva” parece mais ampla que a “cultura hobbesiana” sugerida por Wendt, ao mesmo tempo em que o “regime de segurança” seria mais restrito que o modelo “lockeano” do autor construtivista. (MEDEIROS FILHO, 2010. p. 58)

²¹ MEDEIROS FILHO, Oscar. op cit, p. 57

Do exposto acima, pode-se inferir que a total abertura do “leque” corresponde à consolidação de uma Comunidade de Segurança.

A ideia de Comunidade de Segurança desenvolvida por Karl Deutsch e atualizada por Adler e Barnett, é outra importante proposta adotada nos estudos de Segurança Internacional sob o enfoque regional.

“Uma comunidade de segurança é aquela na qual existe a convicção real de que os membros da comunidade não combateriam entre si [...] se todo o mundo estivesse integrado como uma comunidade de segurança, a guerra seria automaticamente eliminada.” (DEUTSCH, 1966, p. 25)

Sob a ótica da existência de uma comunidade de segurança considerando a realidade sul-americana, região com relativa estabilidade e a quase inexistência de conflitos armados interestados por longo período, os seus membros, teoricamente, não utilizariam a violência para resolver contenciosos entre si. (SOUZA FILHO, 2011, p. 56)

Deutsch classifica as Comunidades de Segurança em dois tipos, de acordo com os níveis de integração: comunidades pluralistas e amalgamadas.

As comunidades pluralistas de segurança são aquelas cujo principal objetivo é a paz, sendo mais facilmente alcançadas. Já as comunidades de segurança amalgamadas são aquelas cuja a principal meta vai além da preservação da paz entre as unidades políticas integradas, buscam a “obtenção de maior poder para fins gerais ou específicos, ou a obtenção de uma identidade funcional comum, ou uma combinação de tudo isso”. (DEUTSCH, 1982, p. 269)

Segundo Medeiros Filho (2010, p. 59), ao contrário da TCRS, a proposta construtivista de comunidade de segurança requer necessariamente que os países membros compartilhem identidades positivas. Segundo o autor “não há comunidade de segurança independente do interesse das unidades que a compõem.”

O autor complementa atestando

Uma comunidade de segurança só existe pela vontade deliberada de seus membros em construir um ambiente de paz.

É portanto a ideia de “vontade política” nas Relações Internacionais que imprime originalidade à proposta de Deutsch. Nela, os conceitos de “segurança” e de “comunidade” em ambiente internacional são aproximados por meio da identificação de valores. Dessa forma, a proposta de Deutsch sugere a possibilidade de que a ausência de guerra possa ser alcançada por outros meios que não a balança de poder – como pensam os realistas,

pelo do estabelecimento de uma comunidade política. (MEDEIROS FILHO, 2010. p. 59)

A análise do desenvolvimento de uma comunidade de segurança sob a perspectiva contrutivista leva em consideração a construção social do processo histórico em que ela ocorre. Assim, autores como Adler e Barnett apresentam três fases para a evolução de uma Comunidade de Segurança: nascente, com o aumento dos fluxos e instituições regionais; ascendente, quando já existe o fortalecimento da confiança mútua e das instituições regionais, com cooperação entre Forças Armadas; e madura, quando a possibilidade de guerra entre os parceiros é completamente descartada. (ADLER; BARNETT, 1998)

2.1.2 O espaço sul-americano em matéria de segurança e defesa e o papel do Brasil nesse cenário

A existência de instituições multilaterais e bilaterais no hemisfério americano não implica dizer que a região seja unificada em termos de segurança e defesa, pois existem estruturas bastante heterogêneas. O fim da Guerra Fria é um exemplo dessa diversidade estrutural, na qual os países tomaram distintas posições em relação à ideia de ameaça à segurança.

O começo dos anos 80 marcou o início de dois processos securitários distintos na América do Sul. Um processo de distensão das relações interestatais no Cone Sul entre Brasil e Argentina e entre Argentina e Chile. No Norte Andino, diferentemente, foram acrescentados os problemas com a produção e o tráfico de drogas aos conflitos territoriais pre-existentes. (MORAES, 2010, p. 64-65)

Essa heterogeneidade na América do sul é destacada por Buzan e Waever (2003), que colocam as relações entre os países da região em posição intermediária de amizade/inimizade, ou seja, em regime de segurança. Além disso, os autores assinalam diferenças entre os Andes e o Cone Sul, dividindo o complexo de segurança sul-americano em dois subcomplexos regionais, de acordo com a figura abaixo:

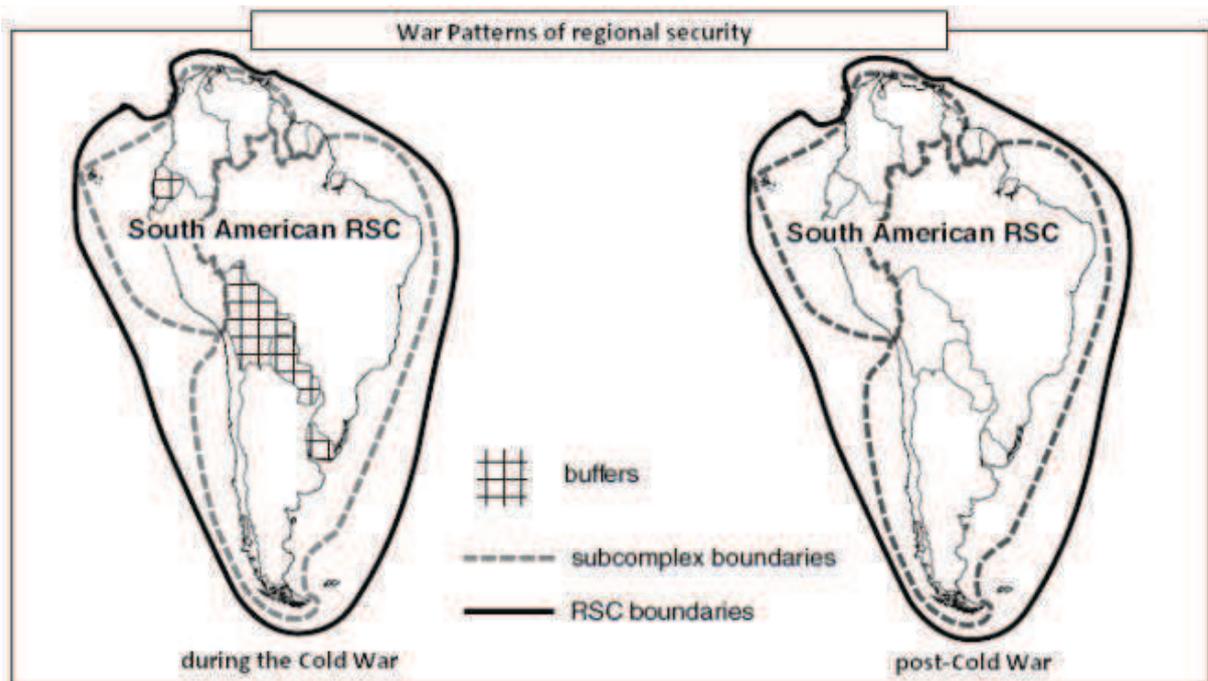


Figura 4: Sub-complexos regionais sul-americanos²²

A mudança do padrão de conflito (inimizade) para um padrão de cooperação (amizade), no Cone Sul, ocorreu basicamente em função de três processos a partir dos anos 1980: a) a reaproximação Brasil – Argentina, b) o surgimento do Mercosul e c) a resolução das principais questões fronteiriças, restando apenas a do acesso boliviano ao Pacífico. (BUZAN; WÆVER, 2003, p. 322-323)

Brasil e Argentina enxergavam-se como rivais até os anos 1970. A reaproximação Brasil – Argentina iniciou-se com a diminuição das tensões em virtude da resolução do conflito Itaipu-Corpus²³, modificando o relacionamento de segurança sub-regional. O arrefecimento da rivalidade permitiu, posteriormente, o estabelecimento do Acordo de Cooperação Nuclear, em 1980, início da construção das Medidas de Confiança Mútua citadas no capítulo 2 desse trabalho.

A cooperação bilateral possibilitou as condições para o início do processo de integração do Cone Sul iniciadas durante os governos militares e mantidas após a redemocratização. A superação das divergências territoriais entre Chile e Argentina,

²² Retirado de BUZAN, Barry; WÆVER, Ole (2003. p XXVI).

²³ O conflito Itaipu-Corpus iniciou-se em 1966, quando Brasil e Paraguai resolveram explorar conjuntamente o potencial hidrelétrico do rio Paraná e foi solucionado quando da assinatura, em 1979, do Acordo Tripartite Itaipu-Corpus.

ainda nos anos 1980, reforçou o processo em curso, resultando na pacificação do Cone Sul. Com isso, segundo Buzan e Waever (2003), Paraguai, Uruguai e Bolívia perderam sua função geopolítica de Estados-tampão e foram atraídos para a órbita do eixo Brasil-Argentina.

Superadas as desconfianças de outrora, Brasil e Argentina mantêm o processo de aproximação recíproca, enfatizando as relações comerciais. Assim, José Sarney e Raul Alfonsín, presidentes do Brasil e Argentina, respectivamente, assinaram, em 30 de novembro de 1985, a Declaração de Iguazu – importante passo político para a ampliação definitiva da integração regional.

O processo de aproximação entre Brasil e Argentina resultou, em maio de 1991, na criação do Mercado Comum do Sul (Mercosul), quando Uruguai e Paraguai uniram-se ao processo de integração em curso, por meio da assinatura do Tratado de Assunção. Dessa forma, o Mercosul agregou, em arranjo de integração, países que antes viviam em clima de rivalidade, com probabilidade de uso da força para a solução de controvérsias, pois “contribuiu para a manutenção de relações bilaterais pacíficas entre Brasil e Argentina e, indiretamente, pressionou alguns dos países vizinhos a reverem suas estratégias de inserção externa, visto que não mais poderiam agir como instrumentos para o balanço de poder entre aqueles países.” (MORAES, 2010, p. 66-67) “O Mercosul se impõe como uma realidade geopolítica e geoeconômica no contexto internacional” (AMORIM, 2007)

Nesse sentido, o Mercosul desempenha papel fundamental para a PEB, pois promove a estabilidade regional e permite aumento da cooperação entre vizinhos, uma vez que houve mudança no padrão de relacionamento, antes motivado pela rivalidade, para a atual relação de amizade. Além disso, o Mercosul também permitiu, em função do nível de amizade conquistado, a implementação de medidas de confiança mútua, inclusive no campo da energia nuclear – principal ponto de divergência e desconfiança entre Brasil e Argentina. (PAGLIARI, 2009, p. 39)

O Norte Andino, por sua vez, mesmo em detrimento da assinatura de tratados, como o Tratado de Cooperação Amazônico, de 1978, “a partir dos anos 1980 e, sobretudo a partir dos anos 1990, ocorria um fenômeno oposto: o aumento da conflituosidade.” (MORAES, 2010, p. 69)

Além das questões envolvendo as drogas e as guerrilhas, várias contendas territoriais não resolvidas ainda existem. “Colômbia e Venezuela possuem um litígio

envolvendo o Golfo da Venezuela/Golfo da Colômbia, onde as reivindicações do espaço marítimo por parte de cada país são sobrepostas.” (MORAES, 2010, p. 70)

Alguns autores construtivistas como Hurrell (1998) destacam o surgimento de uma possível comunidade de segurança entre os países do Mercosul, ao contrário de outras partes da América do Sul, demonstrando que concordam com a divisão da região em dois sub-complexos de segurança.

Medeiros Filho sintetiza a situação das subregiões estudadas em relação aos padrões de complexos regionais de segurança propostos por Buzan, na figura do “leque” abaixo:

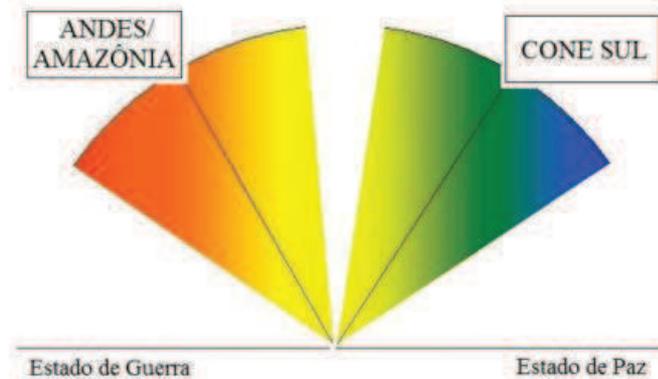


Figura 5: Os sub-complexos regionais na América do Sul²⁴

De acordo com a figura, Medeiros Filho afirma que, “enquanto a subregião Cone Sul pode ser situada em um padrão intermediário entre um ‘Regime de Segurança’ e uma ‘Comunidade de Segurança’, as subregiões Amazônia e Andes ainda mantêm traços de uma formação conflitiva.” (MEDEIROS FILHO, 2010, p. 67)

Contudo, em que pese existirem padrões securitários tão distintos entre as duas sub-regiões, não há separação entre elas, pois o Brasil é o elo que conecta os dois sub-complexos do Complexo Regional de Segurança Sul-Americano, desempenhando papel essencial tanto no Cone Sul como no Norte Andino. (BUZAN; WAEVER, 2003, p. 332)

Esse papel de relevância desempenhado pelo Brasil na América do sul demonstra que o país tem recurso de poder para liderar a região. Não possui poder

²⁴ MEDEIROS FILHO, 2010, p. 67.

para determinar o nível internacional, no entanto possui capacidade para “organizar” o espaço regional. (SENNES; ONUKI; OLIVEIRA, 2004)

A compreensão de como o Brasil organizou o espaço sul-americano sugere análise de sua Política Externa, principalmente suas políticas de segurança e defesa para a região, nos governos FHC e Lula, recorte temporal do trabalho.

2.2 POLÍTICAS DE SEGURANÇA E DEFESA DO GOVERNO FHC

Antes de abordarmos as políticas de segurança e defesa do Governo FHC é imperioso destacar os principais aspectos de sua Política Externa.

As diretrizes da política externa brasileira na administração de FHC respeitaram parâmetros tradicionais: pacifismo, respeito ao direito internacional, defesa dos princípios de auto-determinação e não-intervenção, pragmatismo como instrumento necessário e eficaz à defesa dos interesses do país. Contudo, foram identificadas algumas inflexões importantes, principalmente na interpretação dos interesses nacionais. (VIGEVANI; OLIVEIRA, 2003)

A assertiva pode ser comprovada pelas palavras do Embaixador Lampreia, de que a PEB durante o Governo FHC teve como objetivo básico “inserir o Brasil no *mainstream* internacional, afastando-o gradualmente das posturas terceiros-mundistas que haviam sido articuladas no passado e nas ambiguidades que tiveram origem no regime militar, sendo fundadas no conceito de Brasil potência”. (LAMPREIA, 2010, p. 144)

Outra característica da PEB no Governo FHC foi a sua própria disposição em atuar pessoalmente no cenário internacional, por meio da diplomacia presidencial. Segundo Lampreia, seu Ministro das Relações Exteriores,

Seu caso era único na história dos presidentes do Brasil. Vivera durante muito tempo no exterior [...], falava diversas línguas com muita fluência, tinha uma rede de amigos grande – políticos, acadêmicos, etc. Em suma, possuía uma credencial pessoal acoplada à sua legitimidade política de presidente da República eleito no primeiro turno, com uma maioria expressiva.

Por isso, reunia todas as condições para ser um protagonista internacional como nunca um presidente brasileiro havia sido antes. (LAMPREIA, 2010, p. 145)

Segundo Amado Cervo (2008), a PEB no governo de FHC ocorreu em meio a adaptação à ordem global nos anos 1990. Essa adaptação, diante de um cenário

internacional em transformação, conforme já descrito em outras partes do trabalho, foi marcado pela chamada “dança dos paradigmas”.

Tal assertiva também é compartilhada pelo próprio Lampreia, que declara ter convivido “com um quadro internacional muito conturbado, que por muitas vezes interferiu no rumo que o Presidente queria dar a seu governo”.

Cervo e Bueno identificam três linhas de força da ação externa, definindo-as com o auxílio do conceito de paradigmas. O paradigma do estado desenvolvimentista, presente nas relações internacionais brasileiras desde os anos 1930, perde impulso; adota-se o paradigma do estado normal, aceitando sem contestação as “orientações” do norte; e, por fim, implementa-se o paradigma do estado logístico, no qual o estado apóia e orienta a dinâmica social e econômica. (CERVO; BUENO, 2008, p. 488)

O autor assinala que “o pensamento político aplicado às relações internacionais do Brasil desde 1990 não foi homogêneo”. Além disso, o autor acrescenta que “o processo decisório em política exterior do Itamaraty perdeu força em função de divergências internas; da prevalência do pensamento externo à casa; e pelo deslocamento das decisões nas áreas da alfândega, das finanças externas e da abertura empresarial para as autoridades da área econômica.” (CERVO; BUENO, 2008, p. 488).

A PEB do Governo FHC, porém, esteve diante das estruturas e das regras da globalização. A diplomacia brasileira voltou-se para os grandes temas que compunham a agenda global. Liberalismo econômico, ecologia, direitos humanos, segurança, multilateralismo comercial e fluxos de capital estavam na pauta. (CERVO; BUENO, 2008, p. 495)

Dessa forma, a atuação da PEB durante o governo FHC tendeu a se multiplicar nos foros multilaterais. Segundo os formuladores da política exterior, o Brasil os considera “o melhor tabuleiro para gerar poder pela ação conjunta, permitindo ao país exercer a sua competência na defesa dos interesses nacionais. É neste tipo de tabuleiro que reside o melhor do nosso potencial para atuar na elaboração das normas e pautas de conduta da gestão do espaço da globalização no campo econômico, no qual reside o nosso maior desafio.” (LAFER, 2000, p. 265)

Nesse contexto de multilateralismo, a PEB, à esteira da democracia e da promoção dos direitos humanos, envolvidos na visão kantiana da paz e da justiça

global, foi contaminada, contrastando com o realismo político peculiar das grandes potências. (CERVO, 2008, p. 501) O Embaixador Celso Lafer, também Ministro das Relações Exteriores de FHC, deixou claro essa postura em suas palavras, “preferindo a resolução das diferenças por meio da Diplomacia e do Direito, reduzindo o ímpeto da política de poder e da guerra.” (LAFER, 2001, p. 47)

Tal fato pode ser também confirmado pela segurança multilateralizada, conceito novo para a diplomacia brasileira, que acabou sendo imposto no Governo FHC. Segundo a PEB, quaisquer tentativas de intervenção sem o amparo da ONU seriam ilegítimas, ou seja, o ordenamento da ONU daria segurança ao mundo, caso contrário deveriam ser mantidos os princípios de auto-determinação e não-intervenção. Até “o dever de ingerência e de boa vontade invocados pelas grandes potências em iniciativas unilaterais de segurança”, não seriam aceitos pelo Brasil. (CERVO, 2008)

A miopia da PEB com relação à ilusão kantiana de segurança multilateralizada, em detrimento do realismo tradicional das grandes potências “permeou a visão brasileira de segurança até o segundo mandato de Cardoso e provocou dois efeitos: a adesão do Brasil a todos os atos de desarmamentos exigidos pelas grandes potências e o início do desmonte, ao estilo argentino, da segurança nacional”. (CERVO, 2008, p. 142)

Segundo Cervo, “rompeu-se com a doutrina que fez da segurança variável dependente do desenvolvimento em voga desde a década de 1970 e criou-se o vazio político do lado nacional.”

O ponto alto nessa tendência de adesão a atos de desarmamentos ocorreu em 21 de junho de 1997, quando o Brasil, por intermédio de seu Chanceler Luis Felipe Lampreia, assinou a adesão ao Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP).

Segundo o próprio Chanceler, em apresentação feita na Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Creden) – órgão colegiado do governo, sob a presidência de FHC – a posição brasileira (de não aderir) já não trazia mais respeito nem benefícios; a assinatura não acrescentaria mais limitações ao país que já possuía as suas próprias impostas pela Constituição Federal; a companhia (o apoio à não adesão) era apenas de Estados quase nucleares ou em conflitos; e, que assinar o TNP completaria a inserção do Brasil no *mainstream* internacional,

capacitando o país para outros cenários, inclusive o de membro permanente no Conselho de Segurança da ONU. (LAMPREIA, 2010, p. 166)

No entanto, a adesão ao TNP não rendeu o prestígio internacional desejado pelo país. Em 1998, Índia e Paquistão explodiram suas bombas, frustrando as “expectativas históricas” da PEB, de não ter conseguido atingir os arsenais das potências nucleares e de não ter rendido “dividendos para a paz”.

Outro importante passo da PEB em direção ao incremento da integração regional foi a proposta brasileira de uma reunião com todos os 12 chefes de Estado sul-americanos, que foi denominada I Reunião de Presidentes da América do sul, ocorrida em Brasília, entre 31 de agosto e 1º de setembro de 2000. Na oportunidade, o conceito de América do Sul foi uma vez mais destacado, além de marcar a primeira oportunidade na qual todos os 12 presidentes sul-americanos estiveram reunidos para tratarem de assuntos exclusivos à região. No “Comunicado de Brasília”, produto final da reunião, foi adotada a cláusula democrática para a América do Sul, além da proposta de criação de uma Zona de Paz Sul-americana. A iniciativa brasileira de avançar com a cooperação regional seguiu para a II Reunião de Presidentes da América do Sul, em Guayaquil, 2002. Na ocasião, foram assinadas duas declarações, uma que tornava realidade a formação de uma Zona de Paz Sul-americana e outra referente ao avanço da integração física do sub-continente por meio da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional sul-americana (IIRSA).

A PEB do Governo FHC apresentou mudanças entre 1999 e 2002, quando foram percebidos “os limites da década bilateral”; a volta das atenções para “o eixo horizontal, e ao entorno sul-americano, em particular”. (PECEQUILO, 2008, p.136-156) Segundo Cervo, no entanto, “a recuperação do realismo da política brasileira de segurança na era Cardoso” ocorreu por ocasião da publicação, em 1996, do documento Política de Defesa Nacional (PDN), que equivaleu “a uma espécie de fusão” entre o pensamento kantiano do Itamaraty com o pensamento realista dos militares. Essa fusão, contudo, segundo o autor foi uma “obra-prima de ambiguidade política. (CERVO, 2008, p. 146) A PDN será vista com mais profundidade na próxima seção deste capítulo.

Na verdade isso já vinha sendo uma tendência da PEB desde o início dos anos 1990, quando os governos brasileiros passaram a valorizar mais os países sul-americanos na formulação de suas Políticas Externas.

A questão da segurança e defesa, no entanto, foi subestimada no início do Governo de FHC, não sendo mencionada na Mensagem ao Congresso Nacional de 1995²⁵, marco do seu primeiro mandato. Ou seja, para aquele ano o Governo não estabeleceu e nem planejou nenhuma política ou ação para a segurança e defesa do Estado. Após a eclosão do conflito entre Peru e Equador, um mês após o início do primeiro mandato de FHC, o país se viu obrigado em pensar uma Política de Defesa. Assim, a Mensagem ao Congresso Nacional de 1996 já contemplou a Defesa Nacional com uma seção, na qual foram colocadas todas as ações previstas para a Defesa Nacional daquele ano, inclusive com relação ao conflito entre Equador e Peru, como se vê abaixo.

“A assinatura, em Brasília, da "Declaração de Paz do Itamaraty entre Equador e Peru", também firmada pelos representantes da Argentina, Brasil, Chile e Estados Unidos da América, concluiu as negociações para cessar as hostilidades e evitar novos confrontos bélicos na fronteira entre aqueles países. Instituiu-se a "Missão de Observadores Militares dos Países Garantes no Equador e Peru" (MOMEPE), encarregada de supervisionar o cessar-fogo, proceder à desmobilização das forças em conflito e recomendar a adoção de uma área desmilitarizada. A MOMEPE continuará operando como fiadora da paz no Alto Cenepa, para que a solução definitiva do histórico problema de fronteira entre Equador e Peru seja alcançada no futuro mais próximo.”(MENSAGEM AO CONGRESSO NACIONAL – 1996, p 110)

A inspiração idealista com vies grotiano e kantiano fez com que o Itamaraty avocasse para si a doutrina de segurança e a política de defesa, diminuindo o papel das Forças Armadas nessa área. Segundo Cervo e Bueno, “ao separar os dois campos estratégicos, o que nunca fizeram as grandes potências, distanciou-se do realismo e embarcou na utopia”. (CERVO; BUENO, 2008, p. 501)

Além disso, as Forças Armadas também foram subordinadas à estratégia de relações exteriores do Itamaraty: “país pacifista, cooperativo, particularmente com os vizinhos, e defensor de soluções multilaterais para todos os temas globais.” E a política de segurança deveria atender ao processo de integração regional. (CERVO, 2008, p. 145)

²⁵ A Mensagem ao Congresso Nacional é uma espécie de “Cartilha” que o Governo apresenta para o Congresso Nacional, que traz no seu bojo tudo aquilo que se pretende fazer no referido ano.

Conseqüentemente, as Forças Armadas em geral, e o Exército em particular, readequaram-se às novas tendências, mantendo, contudo, certa autonomia em suas relações com os demais militares da região. Assim, a diplomacia militar brasileira, que já se configurava com o viés de cooperação com seus vizinhos, ganhou novo impulso, ampliando o leque de cooperação e intercâmbios na América do Sul.

Em 1998, a PEB conformou com os países limítrofes do norte a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). Mais um passo na tentativa de tornar a região livre de conflitos, com paz e prosperidade.

As iniciativas pacifistas da PEB conseguiram, dentro de sua Política de Segurança e Defesa para a América do Sul, influenciar para o desarmamento do Cone Sul e para a construção de uma zona de paz e cooperação na América do Sul. (CERVO; BUENO, 2008, p. 504)

Além disso, no âmbito da segurança e defesa regionais, o Brasil, durante o Governo de FHC, participou ativamente para a solução do conflito entre Equador e Peru; publicou a Política de Defesa Nacional, em 1996, mencionada anteriormente; e criou o Ministério da Defesa, em 1999, fatos que serão aprofundados em seguida, por julgarmos serem os principais aspectos da Política de Segurança e Defesa dos Governos de FHC com reflexos para a América do Sul.

2.2.1 A solução do conflito Peru – Equador

O conflito armado entre Peru e Equador, também conhecido como Guerra do Alto Cenepa, por questões fronteiriças, foi um evento importante para as transformações na segurança e defesa da América do Sul, e o Brasil teve papel fundamental nesse processo.

O então Chanceler de FHC, Luis Felipe Lampreia, descreveu exatamente o tamanho da responsabilidade brasileira no conflito entre Peru e Equador, no meio da selva amazônica.

Um fato dramático assinalou o primeiro mês do governo FHC: a eclosão de uma guerra entre Peru e Equador. Havia uma tensão histórica, desde o século XIX, que vinha se acentuando devido a alguns incidentes na fronteira. Mas não se esperava que ela fosse se transformar em um conflito armado. O Brasil tinha uma responsabilidade especial porque o Protocolo do Rio de Janeiro, assinado em 1942 para pôr fim a um confronto anterior, havia previsto a criação de um grupo de garantes, que era liderado por nós e integrado ainda por Estados Unidos, Chile e Argentina. (LAMPREIA, 2010. p. 148)

Em 26 de janeiro de 1995 iniciou-se o último capítulo de uma sequência de embates entre Peru e Equador. Na oportunidade, a diplomacia presidencial de FHC fez-se presente. O presidente atuou pessoalmente para a obtenção de um cessar-fogo, que culminou com a assinatura, em 17 de fevereiro de 1995, em Brasília, da “Declaração de Paz do Itamaraty”, sob coordenação dos países garantes do Protocolo do Rio de Janeiro, de 1942.

Após o cessar fogo, ficou acordado também o envio de equipes de observadores militares formadas pelos países garantes. Assim, foi estabelecida a Missão de Observadores Militares Equador-Peru (MOMEPE).

A principal atribuição da MOMEPE foi a fiscalização aérea da zona de conflito, por helicópteros brasileiros adquiridos dos Estados Unidos exclusivamente para a missão. O principal objetivo era a verificação da manutenção do cessar-fogo acordado entre as partes, enquanto prosseguiam as negociações diplomáticas. Além dos militares dos países garantes, militares peruanos e equatorianos também participavam da fiscalização aérea das zonas desmilitarizadas. A MOMEPE encerrou suas atividades, no processo de estabelecimento da paz, em 17 de junho de 1999 (Revista Verde-Oliva, 1999).

De acordo com Biato, a participação na MOMEPE permitiu ao Exército Brasileiro a experiência ímpar de atuação junto a outros exércitos do hemisfério americano em uma operação real, envolvendo interesses comuns regionais. Dentro da nova realidade mundial de blocos regionais, operações militares combinadas entre exércitos sul-americanos, especialmente os da região amazônica, apresenta-se mais adequada do que a preparação individual para a guerra contra supostos inimigos vizinhos, ainda mais se pensarmos nas “novas ameaças”, que trazem um novo paradigma militar na concepção de “inimigo”. (BIATO, 1999, p. 241-247)

Apesar da participação dos Estados Unidos nos planos diplomático e militar para a solução do conflito – fato esse que o MRE e o EB concordam –, a MOMEPE evidenciaria o protagonismo brasileiro nesses mesmos planos. (GALASTRI, 2005, p. 15)

Alguns autores destacam a necessidade de caráter estritamente regional para a solução de conflitos dessa natureza e consideram a MOMEPE exemplo de cooperação a ser seguido pelas forças militares da região. Missões dessa natureza

fortalecem a confiança mútua e estreitam os laços regionais, facilitando a resolução de conflitos e problemas locais.

Além disso, o funcionamento da MOMEF de maneira autônoma em relação aos órgãos multilaterais internacionais demonstraram a capacidade de cooperação regional sem a participação direta dos Estados Unidos. A experiência de ação combinada de três potências militares regionais – Argentina, Chile e Brasil –, em atividades relacionadas às questões de defesa e segurança foi o grande aprendizado para os países da região. (GALASTRI, 2005, p. 49)

A importância da MOMEF para manutenção de um ambiente de paz e cooperação junto aos países fronteiriços foi destacada pelo General Albuquerque, antigo Comandante do Exército e Coordenador Geral da MOMEF. A cooperação aqui inserida “demonstra a assimilação da ideia de interação entre Estados vizinhos, que se aplicaria, no horizonte, ao contexto da cooperação em questões específicas, como defesa e segurança.” Além disso, o General Albuquerque declarou que a escolha do Brasil para a coordenação da missão foi “natural”, uma vez que para ele o país tem grande influência na região. (GALASTRI, 2005, p. 78-79)

Por sua vez, o General Cláudio Barbosa de Figueiredo, último Coordenador-Geral da MOMEF e antigo Comandante Militar da Amazônia (CMA), declarou que a missão foi extremamente positiva e elencou quatro características fundamentais para o sucesso alcançado: primeiro, a vontade política das Forças Armadas de Equador e Peru, facilitando o cumprimento de todos os acordos e recomendações ao longo do processo de paz; segundo, a constituição da MOMEF, permitindo organização no campo operacional e administrativo; terceiro, a entrosada relação entre o nível militar e o político-diplomático, facilitando o acompanhamento político das atividades da MOMEF, principalmente pelas atas das reuniões do Comitê Consultivo Superior da Missão; e por fim, a participação dos militares na área de operações, que pelo profissionalismo e qualidade superaram as barreiras do idioma e costumes para o bom cumprimento de suas funções. (GALASTRI, 2005, p. 78-79)

Dessa forma, o Exército Brasileiro, como coordenador geral da missão, pôde desenvolver e implementar sua Diplomacia Militar no intuito de construir ambiente favorável no campo militar para as tratativas de paz no campo político-diplomático.

As palavras do Embaixador Lampreia corroboram a assertiva acima:

É necessário e justo registrar que um dos instrumentos fundamentais para fazer avançar o processo de paz foi a Missão de Observadores

Militares Equador-Peru (MOMEPE), composta de oficiais dos quatro países garantes sob chefia brasileira. Em casos semelhantes, a tarefa militar básica é a separação das forças em conflito. Isso foi conseguido, mas a MOMEPE também atuou eficientemente na verificação das forças militares na área de conflito, no apoio aos cartógrafos empenhados nas medições geográficas da região e, sobretudo, na construção de um ambiente de confiança e distensão entre os militares de todas as nações envolvidas. Seu papel auxiliar foi muito importante para o êxito das negociações diplomáticas. (LAMPREIA, 2010. p, 150)

Segundo Lampreia, “tivemos um êxito diplomático, que nos trouxe prestígio na região, logo no início do governo Fernando Henrique Cardoso.”²⁶

Além disso, o Embaixador Lampreia declarou que “ao Exército coube uma parte de diplomacia, principalmente no convencimento de se fazer a paz, além de importante participação técnica de demarcação de fronteira.”

Assim, “o Brasil exerceu a liderança no processo de paz entre o Equador e o Peru, e o Exército Brasileiro, na Missão de Observadores Militares Equador-Peru (MOMEPE), fiscalizou na região do rio Cenepa, fronteira entre os dois países, o cumprimento do acordo.” (BANDEIRA, 2006, p. 282)

Segundo Monica Herz e Nogueira,

o fato de que os Estados em litígio, bem como as terceiras partes envolvidas, negociaram a paz na estrutura legal e institucional do Protocolo do Rio, evitando a participação das organizações regionais de segurança coletiva, tal como a Organização dos Estados Americanos (OEA), ou outros organismos menos importantes, como o Grupo do Rio. [...] a Guerra de Cenepa e as negociações que seguiram devem ser entendidas no contexto de um ambiente de segurança regional que, durante os anos 1990, estava em processo de reconstruir a norma da resolução pacífica de conflitos, em termos de mudanças das políticas externas, reestruturando as instituições regionais e tratando a paz como um bem fundamental. Ao mesmo tempo, a norma da não-intervenção colocou em foco os limites e as características dos esforços multilaterais” (HERZ e NOGUEIRA, 2002, p.14 e p.71. Grifo nosso)

A escolha da solução do conflito entre Equador e Peru mostra-se, assim, como importante marco na política de segurança e defesa do Brasil com reflexos para toda a região sul-americana. O país confirmou sua “liderança” regional, ou pelo menos não se esquivou de suas responsabilidades como um dos atores de relevo no sub-continente, ao buscar alternativas diplomáticas, inclusive pela participação direta do Presidente FHC, na solução de um conflito regional sem intermediação de organismos internacionais externos ao continente. Ficou evidente para a América do Sul o esforço brasileiro para manter a região livre de conflitos, em paz, harmonia e

²⁶ Entrevista concedida ao autor, em 18 de Novembro de 2013

cooperação, principalmente no âmbito da defesa e segurança – comprovada pela atuação na MOMEF.

2.2.2 A publicação da Política de Defesa Nacional

A segurança e defesa nunca foram questões prioritárias dos governos brasileiros dada as relações pacíficas com seus vizinhos e pela inexistência de ameaças iminentes por parte de outros países.

Tal fato se explica tendo em vista que a escolha de instrumentos mais adequados para o enfrentamento dos problemas de segurança e defesa passa pela visão que os Estados possuem a respeito de ameaças e vulnerabilidades. É essa percepção induz ou não o planejamento da agenda e de políticas de segurança e defesa, além de estipular os recursos que serão destinados à esse fim. (ARAVENA, 2004, p. 145)

Além disso, a visão do Brasil sobre a segurança foi, até pouco tempo, quase que restrita aos militares, pois a agenda de segurança era um tema monopolizado pelas Forças Armadas. A defesa nacional é ainda vista sob a perspectiva realista de que a capacidade militar é a garantidora da segurança em um sistema anárquico global. No entanto, juntamente com essa abordagem, a política de defesa do Brasil tem aumentado gradualmente a preocupação quanto à segurança regional. (JEONG, 2011, p. 45)

Aguilar (2010) corrobora a assertiva sobre o monopólio dos militares sobre assuntos de segurança e defesa e aborda a importância desse aspecto para a elaboração de políticas nacionais sobre o tema ao afirmar que “a necessidade de desenvolver uma consciência nacional sobre questões que, por décadas, só foram transitadas por militares, contribuiu para a decisão dos governos em preparar essas políticas.” (AGUILAR, 2010, p. 226) Além disso, o autor também credita ao desenvolvimento de medidas de confiança mútua outro incentivo para a publicação dessas políticas de defesa pelos Estados do Cone Sul.

A sinalização inicial para a formulação de uma Política de Defesa Nacional pelo Governo FHC foi a criação da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Creden) no âmbito do Conselho de Governo – efetivada em 06 de maio de 1996 pelo Decreto nº 1895. A Creden tinha como objetivo “formular políticas, estabelecer diretrizes, aprovar e acompanhar os programas a serem implantados, no âmbito das

matérias correlacionadas, inclusive aquelas pertinentes: cooperação internacional em assuntos de segurança e defesa, integração fronteiriça, populações indígenas e direitos humanos, operações de paz, narcotráfico e outros delitos internacionais, imigração e atividades de inteligência.”²⁷

Além dos aspectos citados anteriormente, divergências entre as três Forças no tocante às questões de defesa e a ausência completa de direção política superior capaz de orientar o preparo militar brasileiro, foram também motivos que levaram o Presidente FHC determinar à Creden a elaboração da Política de Defesa Nacional (PDN). Viu-se, assim, a necessidade de se elaborar um documento público que proporcionasse um quadro de referências comum às forças singulares (Marinha, Exército e Aeronáutica). (ALSINA JÚNIOR, 2009, p. 66)

Assim, a busca por formulação de uma Política de Defesa, apoiando a integração regional da América do Sul, desde o fim da Guerra Fria, principalmente após a maior aproximação com a Argentina, por parte do Brasil, foi consolidada. Surgiu o documento intitulado “Política de Defesa Nacional” (PDN)²⁸, em 1996, no governo de Fernando Henrique Cardoso, mais precisamente em 13 de novembro, data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU).

A declaração política, na esfera da defesa nacional, publicada tanto para o campo doméstico quanto para o campo internacional, é o documento de mais alto nível no planejamento de defesa, no qual constam todos os objetivos do Estado para a defesa do país. (PAGLIARI, 2009, p. 191)

A Mensagem ao Congresso Nacional de 1997 destacou a criação da PDN como se segue:

“Concisa na forma e abrangente no conteúdo, a Política de Defesa Nacional proposta pelo Governo Federal representa importante avanço conceitual por refletir considerações de ordem militar e civil. Anuncia a necessidade de uma política de defesa sustentável, estabelecendo vínculo entre a segurança do Estado e o bem-estar da sociedade. Outro avanço importante foi ter sido a proposta submetida ao debate, sendo de destacar o seminário promovido pela Comissão de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados. De agora em diante, serão realizados estudos para aprofundamento do documento relativo à Política de Defesa Nacional, bem como para o aperfeiçoamento do conceito de estratégia nacional ali sustentado.” (MENSAGEM AO CONGRESSO NACIONAL – 1997, p 181)

²⁷ Ver BRASIL. Decreto nº 1895, de 06 de maio de 1996.

²⁸ Outros países sul-americanos também publicaram seus documentos de Defesa, uns por meio de Livros Brancos de Defesa e outros por meio de suas Políticas de Defesa, como Argentina, Chile, Equador, Peru e Uruguai.

A Política de Defesa Nacional de 1996 evidenciou uma postura estratégica dissuasória, de natureza defensiva, baseando-se nos seguintes princípios: fronteiras e limites perfeitamente definidos e reconhecidos internacionalmente; relações estreitas com os países vizinhos e da comunidade internacional, calcadas no respeito mútuo e na confiança; a rejeição das guerras de conquista; e a resolução pacífica de litígios, recorrendo apenas ao uso da força para autodefesa. (BRASIL, 1996)

Segundo Jeong (2011), a PDN também expressou o viés preventivo da defesa brasileira, estruturado nas ações diplomáticas, como primazia para solução de conflitos, sem descuidar de uma estrutura militar adequada, capaz de realizar ações dissuasórias.

Essa relação ficou clara quando foram listados: “a contribuição ativa para a construção de uma ordem internacional; a participação crescente nos processos internacionais relevantes de tomada de decisões; aprimoramento e aumento da capacidade de negociação do Brasil no cenário internacional; a participação nas operações de paz; e a intensificação do intercâmbio com as forças armadas de nações amigas.” (BRASIL, 1996)

Entretanto, Cervo observa o realce no papel da diplomacia sobre o uso do poder militar, na Política de Defesa Nacional. Assim, segundo o autor, “a segurança subordina-se às boas relações com os vizinhos e ao êxito material do processo de integração regional”. Ademais, “a PDN desvincula o conceito de poder elaborado à época do regime militar e vincula-o à sociedade.” (CERVO, 2008, p. 146)

Além disso, o documento também destaca a necessidade de modernização da capacidade para a “existência de uma defesa sistentável”, mas “não estabelece os parâmetros” para o preparo das Forças Armadas e nem orienta o seu emprego. (PAGLIARI, 2009, p. 192) Algo que foi corrigido pela elaboração da Estratégia Nacional de Defesa (END), no governo Lula, operacionalizando a II PDN, de 2005, alvos de destaque nas próximas seções do trabalho.

Retomando a ideia de Cervo, de que a Política de Defesa Nacional (PDN) foi uma “espécie de fusão” entre o pensamento kantiano do Itamaraty com o pensamento realista dos militares e com isso resultou em uma “obra-prima de ambiguidade política”, Alsina Júnior também demonstra o mesmo pensamento ao analisar a origem da PDN. Segundo o autor, houve imensa “dificuldade em produzir

consensos abrangentes dentro de burocracias complexas como as Forças Armadas e a Chancelaria” e que era necessário “admitir que diplomatas e militares possuíam visões discrepantes sobre política de defesa.”

Alsina prossegue sua análise afirmando que, em que pese não haver constatação de uma “consciência da importância de utilização da política de defesa como meio de alavancar a capacidade de projeção de poder do País (com exceção do caso das operações de paz da ONU),” é inegável que “a consolidação da democracia no subcontinente e a nova configuração do sistema internacional condicionavam a redação da PDN.” (ALSINA JÚNIOR, 2009, p. 69)

A PDN, assim, de uma só vez, afirmava “o foco externo da política de defesa, assegurava as intenções pacíficas perante os vizinhos e o mundo, demonstrava o engajamento nacional na construção de uma ordem mundial estável e salientava o papel primordial da diplomacia na resolução de diferendos.” (Ibidem, p. 69)

Ademais, Alsina Júnior destaca outro importante aspecto da PDN. Segundo o autor, a PDN foi o “passo lógico em direção ao Ministério da Defesa”, ainda que a mesma não faça nenhuma menção ao MD. Ele complementa com a ideia de que “ao propor a integração entre a política externa e a interoperabilidade das forças singulares, a PDN abriu espaço para a criação do Ministério da Defesa”. Dessa forma, a PDN contribuiu sobremaneira para as mudanças no rumo da Defesa Nacional propostas por FHC. (Ibidem, p. 78)

Percebe-se, assim, a importância da PDN para o Brasil e, conseqüentemente para a América do Sul, uma vez que o maior país sul-americano publicou uma política de defesa que enfatizava a cooperação e a solução diplomática para eventuais conflitos, deixando claro os seus objetivos nos campos da segurança e defesa. Além disso, mesmo que não esteja clara a conexão entre diplomacia e segurança no bojo da PDN, a mesma não pode ser descartada. Essa conexão “é inerente ao objetivo de construir a Zona de Paz da América do Sul com a finalidade de criar condições propícias ao desenvolvimento regional.” (CERVO, 2008, p. 146)

2.2.3 A modernização da Defesa Nacional: criação do Ministério da Defesa

“Quando o Brasil decidiu unir Exército, Marinha, Aeronáutica e Estado-Maior das Forças Armadas, o fez como o último país americano a unificá-las em um comando único. Essa foi uma medida modernizadora [...]” (PAGLIARI, 2009, p. 193)

A criação do Ministério da Defesa já estava nos planos do Presidente FHC desde a campanha eleitoral. (BRIGAGÃO; PROENÇA JR, 2002, p. 54)

No seu discurso de posse, Fernando Henrique declarou:

Como Comandante-em-Chefe das nossas Forças Armadas, estarei atento às suas necessidades de modernização, para que atinjam níveis de operacionalidade condizentes com a estatura estratégica e com os compromissos estratégicos do Brasil. Nesse sentido, atribuirei ao Estado Maior das Forças Armadas (EMFA) novos encargos, além dos já estabelecidos. E determinarei a apresentação de propostas, com base em estudos a serem realizados em conjunto com a Marinha, o Exército e a Aeronáutica, para conduzir a adaptação gradual das nossas Forças de Defesa às demandas do futuro (CARDOSO, 2005).

As iniciativas vistas anteriormente da criação da CREDEN e publicação da PDN, em 1996, deixaram claras as intenções do Comandante em Chefe das Forças Armadas. De acordo com Myamoto, a PDN “já dava mostras de que a transformação nas pastas militares era uma necessidade, além de uma questão de tempo”. (MYAMOTO, 2000, p. 461)

Alguns autores como Eliezér Rizzo sustentam a hipótese de que já por ocasião do convite dos militares para ocuparem os diversos Ministérios Militares da época, FHC deixou clara a intenção de unificar tais Ministérios em uma única pasta. (OLIVEIRA, 2002, p 3-4)

A Diretriz Presidencial emitida em 1997, com a decisão política tomada, foi a seguinte:

“1. Criar o Ministério da Defesa, que enquadrará as Forças Armadas Singulares, tendo em vista otimizar o sistema de defesa nacional.

2. Iniciar sua implantação entre Outubro e Dezembro de 98.

3. Extinguir os atuais Ministérios Militares”.

Contudo, o Comandante-em-Chefe das Forças Armadas não impôs o MD por meio de decisão unilateral. Espaços para negociações foram abertos, resultando em melhores percepções entre os militares ainda céticos com relação a tal iniciativa. O General Alberto Mendes Cardoso, Ministro Chefe da Casa Militar de FHC, confirma tal assertiva quando explica que “a ideia de criação do MD foi proposta pelo Presidente FHC aos ministros militares, ou seja, o presidente solicitou estudos e sugestões para melhor operacionalizar o Ministério da Defesa.”²⁹

²⁹ Entrevista com o General de Exército Alberto Mendes Cardoso, Ministro Chefe da Casa Militar e Chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) de FHC, concedida ao autor em 04 de Junho de 2013.

Janowitz (1971) já havia abordado que o êxito nesse processo, juntamente com o avanço civil sobre os militares, necessitaria da criação de canais adequados para a expressão dos interesses profissionais militares, além de infundir nas Forças Armadas a confiança de que seus interesses institucionais serão razoavelmente atendidos. O Ministério da Defesa, no Brasil, foi pensado para ser esse canal.

Assim, a reconfiguração dos aspectos de defesa no Brasil atendeu a dois objetivos distintos. Avançou na subordinação incontestada dos militares ao poder civil e dotou o país de mecanismos mais adequados para o tratamento das questões de segurança e defesa, padrão entre a maioria dos Estados democráticos. (HUNTER, 2000, p. 103) O General Gleuber expressa o mesmo ao falar que “[...] o MD foi o principal vetor de subordinação do poder militar ao poder civil. E o Brasil era um dos poucos países no mundo que ainda não possuíam Ministério da Defesa.”³⁰ O General Cardoso também deixa clara essa posição. Nas suas palavras “existia uma necessidade de adequação do Brasil às práticas internacionais e coordenação interna das FFAA” (Cardoso, 2013).

Na “Mensagem ao Congresso Nacional” de 1998 é feita menção à conclusão dos estudos com vistas à criação do Ministério da Defesa. Afirma o presidente Fernando Henrique Cardoso que tais mudanças fariam parte de um conjunto de providências para tornar a defesa nacional compatível com a “estatura político-estratégica do Brasil”.

Foram concluídos os estudos exploratórios que auxiliaram na decisão política do Governo de criar Ministério da Defesa. A estrutura a ser adotada no Brasil não será uma importação, pura e simples, de modelo de outros países, mas deverá preservar os avanços conquistados, suas tradições, seus usos e costumes, visando, entre outros objetivos, racionalizar o preparo e o emprego das Forças Armadas. Essas transformações e a evolução devem ser encaradas como longo processo que avançará em função das condicionantes conjunturais e de estudos que prosseguem para o detalhamento das ações a serem realizadas, coerente com uma capacidade de defesa nacional compatível com a estatura político-estratégica do Brasil, consolidadas no documento Estratégia Militar Brasileira, em fase final de elaboração. (MENSAGEM AO CONGRESSO NACIONAL, 1998. p. 193.)

Contudo, à semelhança de suas congêneres internacionais, a nova estrutura de defesa do Brasil acrescenta o Ministério da Defesa no seu organograma,

³⁰ Entrevista do General de Exército Gleuber Vieira, último Ministro do Exército e primeiro Comandante do Exército, encarregado da transição para a atual estrutura administrativa da Força Terrestre, concedida ao autor em 07 de Novembro de 2013.

colocando-o entre o presidente da República e as Forças Singulares (Marinha, Exército e Aeronáutica), conforme o organograma a seguir:



Figura 6: Organograma de Defesa do Brasil após a adoção do MD
(Fonte: Ministério da Defesa)

O Ministério da Defesa foi instituído oficialmente em 10 de junho de 1999, através dos seguintes diplomas legais: Medida Provisória nº 1799-6, de 10 de junho de 1999; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; e Decreto nº 3.080, de 10 de junho de 1999. Em seguida, esses instrumentos foram complementados pela Emenda Constitucional nº 23, de 2 de setembro de 1999 e pela Portaria nº 2144/MD, de 29 de outubro de 1999.

Assim, o Ministério da Defesa do Brasil foi criado com a seguinte estrutura organizacional:

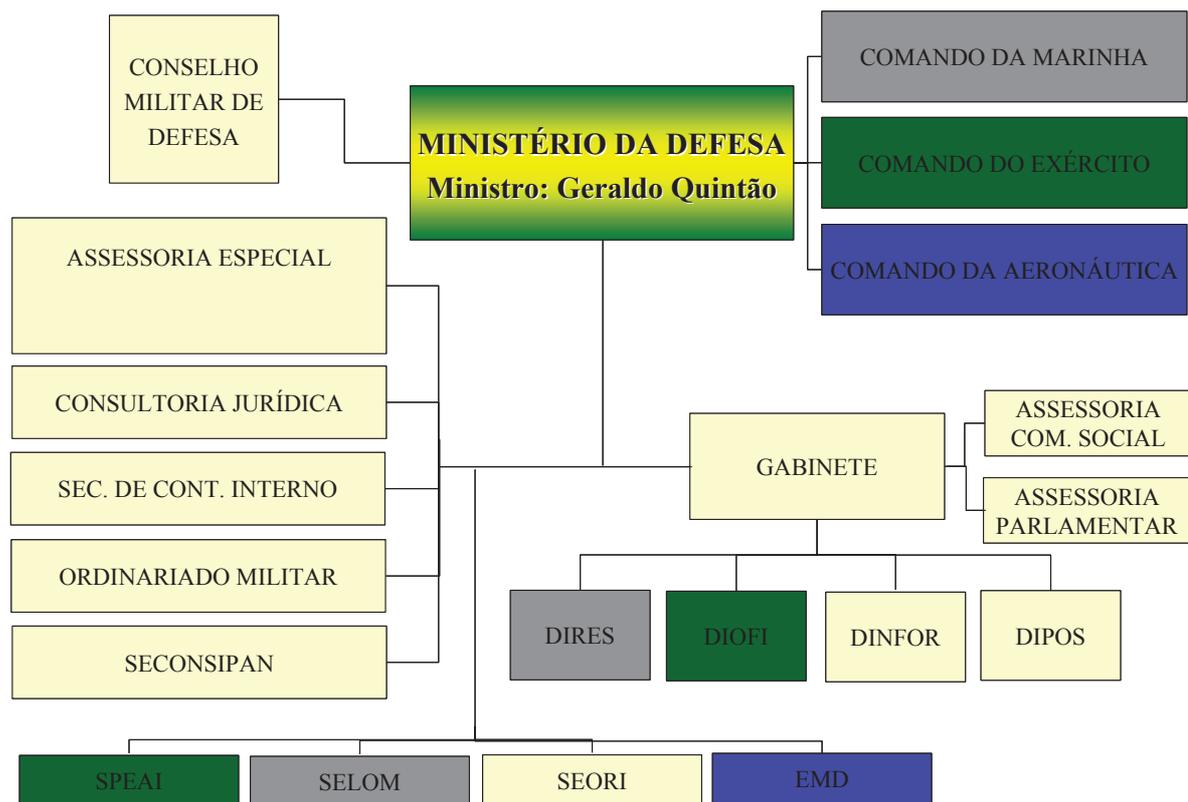


Figura 7: Estrutura Organizacional do MD, quando de sua criação
(Fonte: Ministério da Defesa)

Em que pese a nova configuração da Defesa no Brasil, a criação do MD à época não conseguiu, inicialmente, representar a criação de um órgão de planejamento estratégico e nem de um órgão de articulação entre as Forças Armadas e o Itamaraty. Para Alsina Júnior, seria realmente difícil isso ocorrer em curto espaço de tempo apenas pela publicação de alguns documentos ou criação de um novo ministério responsável pelo tratamento único das questões militares, pois “ao longo de quase todo o século XX, a diplomacia brasileira prescindiu do braço armado como elemento de respaldo da ação externa”. Por outro lado, as forças singulares também “atuaram durante muitas décadas com total autonomia em relação às políticas setoriais praticadas pelas demais forças e pelo Itamaraty, não seria em um par de anos que haveria uma modificação significativa desse quadro.” (ALSINA JÚNIOR, 2009, p. 80-81)

O General Gleuber Vieira, último Ministro do Exército e primeiro Comandante do Exército corrobora a assertiva acima, ao dizer que

“o Exército não perdeu sua autonomia, pois o MD precisava de tempo para se reestruturar e, ademais, os primeiros Ministros tinham a exata percepção de sua missão como pioneiros à frente do recém-criado

ministério. Além disso, os compromissos previamente assumidos pelo Exército foram mantidos. Por outro lado, o MD auxiliou bastante na interlocução com o meio político, aliviando o agora Comandante do Exército de encargos que o impossibilitava se voltar mais para dentro da Força (Vieira, 2013).”

Já o Gen Cardoso é mais enfático ao afirmar que “durante o governo de FHC não houve Ministro da Defesa que incorporasse as três Forças. Marinha, Exército e Aeronáutica ainda detinham muita autonomia para tomarem suas próprias decisões. (Cardoso, 2013)”.

Contudo, a criação do Ministério da Defesa, em 1999, trouxe importantes dividendos para o Brasil em relação à agenda de segurança e defesa sul-americana. A partir daquele momento, o país pôde adequar sua estrutura de defesa aos padrões já existentes na região, otimizando os diálogos e facilitando entendimentos comuns às três forças, pois eram agora representadas por uma única pessoa. Quanto a isso, o General Cardoso deixou claro o inconveniente pelo qual o Brasil passava em alguma reunião de Ministros da Defesa, pois “ninguém se entendia. Sequer sabiam quem seria melhor mandar para representar o país nas reuniões de Ministros da Defesa (Cardoso, 2013).”

A “Mensagem ao Congresso Nacional de 2000” aborda a importância do MD para o país ao publicar que

A criação do Ministério da Defesa, agregando organicamente as três Forças Singulares, é importante marco para o aperfeiçoamento do preparo e atualização do País para as modernas necessidades de defesa, responsabilidade de toda a Nação. A estrutura do Ministério da Defesa preserva os avanços conquistados, as tradições, usos e costumes, visando, entre outros objetivos, racionalizar o preparo e o emprego das Forças Armadas.

Como órgão central da política de defesa nacional, cabe-lhe, no âmbito interno, otimizar a capacidade de defesa do País, a modernização e a racionalização das Forças Armadas, além de promover o relacionamento ágil e harmônico com a sociedade nas áreas de sua atuação. (CARDOSO, 2000. p. 213)

A modernização da defesa nacional também ficou evidente na medida em que “a atuação do Ministério da Defesa, por meio das Forças Armadas, apoiou a política externa brasileira em seu objetivo de projetar o Brasil no concerto das nações e aumentar sua inserção no processo decisório mundial.” (CARDOSO, 2000, p. 213)

A criação do Ministério da Defesa, assim, constituiu-se em importante medida de Política de Segurança e Defesa adotada pelo governo FHC, pois contribuiu para a projeção da PEB, ao demonstrar “transparência na condução dos assuntos defesa,

segundo as normas do direito internacional e o respeito aos compromissos assumidos.” (BRASIL, 2000, p. 214)

Principalmente no âmbito regional, no qual o Brasil sempre foi visto com reticência pelos seus vizinhos, a criação do MD organizou as intenções do país em assuntos de defesa, facilitando os entendimentos bilaterais na região.

2.3 POLÍTICAS DE SEGURANÇA E DEFESA DO GOVERNO LULA

Assim como fizemos na seção anterior, antes de abordarmos as principais políticas de segurança e defesa do governo Lula, vamos procurar explicar as principais características da PEB em seus dois mandatos, sempre buscando ligações com os aspectos de segurança e defesa na América do Sul.

Aqui não nos cabe analisar toda PEB nesse período, pois o trabalho não tem esse objetivo, mas apenas destacar alguns importantes pontos que culminaram com decisões importantes na área de defesa.

A ordem internacional, de FHC a Lula, sofreu mudanças concretas. Assim, a PEB do governo Lula pôde “atenuar efeitos internos da ordem traçada pelos outros e, ao mesmo tempo, tornar-se parte ativa em sua confecção”. (CERVO; BUENO, 2008, p. 527)

Nesse curto período de tempo, os países em desenvolvimento, também chamados de emergentes buscam maior inserção na ordem da globalização, propondo maior democratização de tal ordem, ao invés de seguirem apenas os ditames norte-americanos de sua própria “democracia”. A PEB seguiu a tendência dos emergentes. (CERVO; BUENO, 2008, p. 527)

O documento do Ministério das Relações Exteriores denominado Resumo Executivo da Política Externa Brasileira de 2003-2010, corrobora a assertiva acima ao afirmar que a PEB nesse período “orientou-se pela concepção de que o Brasil deve assumir um papel crescente no cenário internacional, projetando uma imagem externa ativa e soberana.” (BRASIL, 2010, p. 18)

O programa de governo do Presidente Lula, “Um Brasil para todos”, lançado em 2002, durante a campanha presidencial já trazia direções gerais para a PEB:

Este Programa considerava a Política Externa indispensável para atingir a soberania do país. Ela era tida como um meio fundamental para que o governo implantasse um projeto de desenvolvimento nacional alternativo,

que ambicionava a redução da vulnerabilidade brasileira diante da instabilidade dos mercados financeiros globais. Outro objetivo desta política era o de contribuir positivamente na redução das tensões internacionais e, assim, atingir um equilíbrio econômico, social e político mundial que respeitasse as diferenças culturais, étnicas e religiosas. (LOPES, 2006. Grifo nosso)

Lopes (2006) ainda destaca que em face dessa nova realidade, prevista neste Programa, “surge a necessidade de o Brasil propor um pacto de integração regional na América do Sul, sem deixar, é claro, de se relacionar com todos os outros países da América Latina”.

Essa visão também é compartilhada por Barbosa (2008), ao afirmar que apesar de o Brasil estar se transformando num ator global não lhe permite esquecer seu entorno geográfico. A América do Sul, segundo o autor, representa o espaço territorial onde o peso específico do Brasil é preponderante sob qualquer critério, seja o território, a população, os recursos naturais, a indústria ou o avanço tecnológico.

O Resumo Executivo da PEB na era Lula também assegura a importância da América do Sul, atribuindo a essa região o eixo prioritário da política externa, “tendo o Mercado Comum do Sul (Mercosul) como núcleo central.” (BRASIL, 2010, p. 18)

Assim como na Era Cardoso, a PEB de Lula manteve valores, interesses e padrões de conduta impetrados historicamente pela “casa de Rio Branco”. Fez-se presente também nos diversos órgãos de negociação multilaterais, mas aumentou em mais de trinta por cento o número de países com representação diplomática. (CERVO; BUENO, 2008, p. 528)

Diante dessas percepções, o governo do Presidente Lula foi considerado outro importante marco para a PEB. A diplomacia nos seus governos, diferentemente da exercida no governo de Fernando Henrique Cardoso, “baseou-se num ativismo exemplar, representado por um intenso programa de diplomacia presidencial.” (ALMEIDA, 2004, p. 162-184)

Do ponto de vista do conteúdo, a diplomacia do governo Lula apresenta uma postura mais assertiva, mais enfática em torno da chamada defesa da soberania nacional e dos interesses nacionais, assim como de busca de alianças privilegiadas no Sul, com ênfase especial nos processos de integração da América do Sul e do Mercosul, com reforço conseqüente deste no plano político [...] No que se refere à agenda diplomática propriamente dita, pode ser ressaltada a postura essencialmente crítica assumida em relação à globalização e à abertura comercial, com um maior empenho na reafirmação das posições tradicionais do Brasil em matéria de negociações comerciais.[...] No plano político, é evidente o projeto de

reforçar a capacidade de “intervenção” do Brasil no mundo, a assunção declarada do desejo de ocupar uma cadeira permanente num Conselho de Segurança reformado e a oposição ao unilateralismo ou unipolaridade, com a defesa ativa do multilateralismo e de um maior equilíbrio nas relações internacionais. (ALMEIDA, 2004)

Para Oliveira, Onuki & Veiga (2006), o governo do Presidente Lula adotou uma política externa autônoma com relação aos grandes atores globais. Sua diplomacia presidencial foi mais assertiva que a de governos anteriores, obtendo sucesso na divulgação de uma imagem positiva dentro das lideranças de esquerda.

Os autores atestam que o governo Lula impulsionou o aprofundamento da integração sul-americana, pois houve maior convergência política com outros governos de esquerda da região, como Argentina, Bolívia, Chile e Venezuela.³¹

Dessa iniciativa surgiu o revigoramento do Mercosul como importante ferramenta integracional, transformando-o em uma zona de convergência de políticas estruturais, além de expandir o número de associados. (LOPES, 2006)

Segundo Vizentini (2006, p. 189), “(...) Lula começou a desenvolver uma agenda internacional intensa como porta voz de um projeto (...) uma política externa de desalinhamento em relação ao consenso do “Atlântico Norte” como forma de recuperar a capacidade de negociação.”

Associado a isso, Lula ressaltou a importância da integração sul-americana. Suas palavras para a turma de diplomatas recém-formados pelo Instituto Rio Branco, em 2007, destacava que

Não há outro caminho para a América do Sul que não seja o da construção de um espaço econômico, político e social integrado. Estamos construindo um projeto de longo prazo, que dependerá do empenho desta e das futuras gerações. Não podemos nos render aos interesses imediatistas ou às dificuldades conjunturais, mas a integração não pode ser assimétrica. Ela só será efetiva se tivermos a ousadia de buscar soluções que atendam aos objetivos de todos, especialmente para os menos favorecidos, afinal de contas, isso é o que estamos fazendo no nosso próprio País (Lula da Silva, 2007).

Pecequillo (2008, p. 148) destaca o alto grau de prioridade da PEB aos projetos de integração sul-americana, dentre eles a União de Nações Sul-americanas (Unasul), pois possuem uma “dimensão política e estratégica que visa estabelecer laços que ultrapassem a livre troca de mercadorias”. Segundo ela, essa dimensão política e estratégica concentra-se “na complementaridade das economias, sua identidade cultural e problemas sociais comuns, associando a somatória de

³¹ A Venezuela passou a fazer parte do Mercosul como país membro em 04 de julho de 2006.

vantagens estratégicas comparativas nos setores energético, de infra-estrutura e produção de bens”, dentre eles indústrias.

O Brasil, segundo Bandeira (2008), ao lançar a ideia da Unasul teve um “objetivo estratégico, visando a tornar não propriamente a si próprio, mas o conjunto dos países do subcontinente, uma potência mundial, não só econômica como também política.”

O autor ainda destaca que a assinatura do Tratado Constitutivo da Unasul³² foi de grande significado histórico.

A UNASUL passou a ter uma personalidade jurídica, com a forma de uma organização internacional, com um Conselho de Chefes de Estado e de Governo, um Conselho de Ministros de Relações Exteriores e um Conselho de Delegados.(BANDEIRA, 2008)

Dessa forma, ficou evidenciada a busca pela integração sul-americana capitaneada pelo Brasil com diversas ações que orquestraram maior proximidade entre as nações do subcontinente sul-americano, na qual a PEB teve papel fundamental para a concretização de um dos seus objetivos prioritários, a integração regional.

Sob a ótica da segurança e defesa, mesmo que de maneira contraditória, segundo Cervo e Bueno, a PEB prosseguiu no objetivo de ampliar sua importância na base da negociação de conflitos. Assim, associou-se ao Chile e a Argentina, e angariou a cooperação de Uruguai, Peru e Bolívia para assumir o comando das tropas da ONU no Haiti, a maior participação brasileira em missões de paz desde Suez, em 1946. (CERVO; BUENO, 2008, p. 540)

Outro aspecto importante na área de segurança e defesa foi a proposta apresentada pelo Brasil na Assembleia Geral da ONU, em 2005, para a reforma do Conselho de Segurança. Apesar da iniciativa não ter logrado êxito por diversos motivos, o Brasil deixou clara a necessidade de mudanças na ONU, aumentando a participação de mais Estados nas decisões sobre a segurança mundial.

Além disso, em 2008, por ocasião da assinatura do Tratado Constitutivo da Unasul, o governo brasileiro, especificamente o Ministério da Defesa, propôs a criação do Conselho de Defesa Sul-americano, com o objetivo de “blindar” a região

³² O tratado constitutivo da organização foi aprovado durante Reunião Extraordinária de Chefes de Estado e de Governo, realizada em Brasília, em 23 de maio de 2008. Dez países já depositaram seus instrumentos de ratificação (Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Equador, Guiana, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela), completando o número mínimo de ratificações necessárias para a entrada em vigor do Tratado no dia 11 de março de 2011.

de potências e organizações externas, nos assuntos de segurança e defesa da América do Sul, além de manter um canal de negociação para a solução de eventuais conflitos sul-americanos.

Assim, no âmbito da segurança e defesa, o governo Lula deu prosseguimento às mudanças iniciadas por FHC. Em seu governo o MD, já uma realidade, ganhou mais efetividade. A Política de Defesa Nacional foi atualizada, em 2005. Surgiu a Estratégia Nacional de Defesa, em 2008 e, por fim, a iniciativa da criação do CDS, também em 2008. Esses aspectos serão analisados em seguida com mais profundidade, por serem julgados os mais importantes da Política de Segurança e Defesa do governo Lula, que impactaram principalmente na América do Sul.

2.3.1 Os obstáculos regionais para a Defesa – a criação da II PDN

A II Política de Defesa Nacional foi publicada no Diário Oficial da União pelo Decreto Nr 5484, de 30 de junho de 2005, entrando em vigor no dia 1º de julho do mesmo ano.

A atualização dessa política reflete a importância dos esforços regionais de integração e cooperação em segurança, levando-se em consideração as novas ameaças e os principais desafios estratégicos. A herança histórica da diplomacia brasileira como mediadora de conflitos e indutora da paz rendeu ao país papel fundamental na mediação de conflitos regionais e promotor dos esforços de pacificação. O país sempre preferiu a mediação diplomática e a prevenção de conflitos à intervenções militares. (JEONG, 2011, p. 46-47)

A “Mensagem ao Congresso Nacional” de 2003 atribuiu ao Ministério da Defesa a responsabilidade da condução do trabalho de “revisão das grandes linhas do pensamento estratégico brasileiro para definir a arquitetura militar que o país requer a fim de atender às demandas de defesa” nas próximas décadas. Assim, coube ao MD a missão de revisão da PDN e a elaboração do Livro Branco de Defesa, que se concretizou algum tempo depois.

Assim como a I PDN, a II PDN manteve as características grocianas, afetas à PEB, tendendo, assim, mais à cooperação.

Outro aspecto relevante da II PDN foi a participação mais abrangente dos atores de securitização, além do MD e MRE. Jornalistas, acadêmicos e intelectuais

participaram dos debates que levaram à formulação do texto final da nova Política de Defesa. Dessa forma o trabalho ganhou mais consistência e abrangência.

O documento apresenta a evolução dos conceitos de segurança e defesa, destacando que as atuais ameaças vão além das possíveis confrontações entre Estados, ampliando, assim, esses conceitos para os campos político, militar, econômico, social, ambiental e outros. Dessa forma, as ações dos atores não estatais e das ameaças não tradicionais à segurança internacional são enfatizadas, bem como são evidenciados os vários enfoques da segurança, a partir do indivíduo, passando pela sociedade e chegando no Estado.

No âmbito da América do Sul, a II PDN aponta como áreas prioritárias para a defesa do Brasil a região Amazônica e o Atlântico Sul. Além disso, motiva a cooperação com os países sul-americanos, africanos e, principalmente aqueles de língua portuguesa, bem como condena o terrorismo. O conceito de “entorno estratégico” coloca, além da Amazônia e da ZEE, todos os Estados que compõem o subcontinente, bem como todo o Atlântico Sul. Assim, esse novo conceito ratifica a necessidade de “cooperação com os demais países do complexo regional sul-americano, em busca de uma estrutura de defesa que atenda à amplitude deste objeto de referência.” (COSTA; CALVET. 2008, p. 3)

Nesse contexto, a II PDN enfatiza a questão da assimetria de poder, ao atestar o perigo das “novas” ameaças à segurança dos Estados. Por considerar baixa probabilidade de um conflito generalizado, o documento enfoca os conflitos regionais, de baixa intensidade. Este fato pode ser entendido “a partir do conceito de paz estabelecido pelos países que constituem o complexo de segurança da América do Sul.” (SILVA, 2008, p. 62)

A Política de Defesa do Brasil, em sua revisão e atualização, mostrou “abordagens regionais para incentivar a cooperação em segurança da América do Sul com base nos interesses nacionais nas áreas de segurança.” (JEONG, 2011, p. 48)

“A segurança de um país é afetada pelo grau de instabilidade da região onde está inserido. Assim, é desejável que ocorram: o consenso; a harmonia política; e a convergência de ações entre os países vizinhos, visando lograr a redução da criminalidade transnacional, na busca de melhores condições para o desenvolvimento econômico e social que tornarão a região mais coesa e mais forte. [...] Assim, da avaliação dos ambientes descritos, emergem objetivos da Defesa Nacional: [...] IV - a promoção da estabilidade regional” (PDN, 2005).

Permanecendo nessa linha de cooperação e integração regionais, “o documento retoma a ideia da importância estratégica de uma indústria de defesa, a fim de dominar a tecnologia para alcançar o abastecimento seguro de materiais e serviços de defesa, minimizando, assim, a dependência em relação à tecnologia e capacidade de produção.” (PAGLIARI, 2009, p. 195)

Além disso, a II PDN abordou a importância do preparo das Forças Militares para o enfrentamento das atuais ameaças de natureza difusa e incerta, uma vez que a região é livre de potenciais conflitos bélicos, para atuarem de maneira combinada com outros países em diferentes tipos de missões.

Dessa forma, a atualização da Política de Defesa, conduzida pelo Ministério da Defesa já estruturado, ampliou a credibilidade brasileira perante seus vizinhos no tocante aos assuntos relativos à segurança e defesa da região, sendo, assim, importante ferramenta do governo Lula para a integração regional.

2.3.2 Operacionalização da PDN - A Estratégia Nacional de Defesa (END)

As mudanças ocorridas no mundo, principalmente após os atentados de 11 de setembro de 2001, nos EUA, impactaram as concepções estratégicas brasileiras. No governo Lula, o Ministério da Defesa sofreu forte mudança com a chegada do Ministro Nelson Jobim para o cargo de Ministro da Defesa. A partir desse momento, “o MD adquiriu dinamismo e foi efetivamente instaurado.” Com isso, foi criada a Estratégia Nacional de Defesa, em 2008, e o Ministro da Defesa assumiu papel de maior relevância, podendo, inclusive, realizar negociações internacionais. Fato esse importante para a concretização do CDS, que será visto posteriormente. (SILVA, 2012, p. 69)

Segundo a ESG, em seu Manual Básico, a política determina o que deve ser feito, ao passo que a estratégia mostra o caminho a ser percorrido para alcançar os objetivos delineados pela política. Assim, a Estratégia Nacional de Defesa (END) apresentou as ações a serem desencadeadas para atender ao previsto na II PDN.

“A Estratégia Nacional de Defesa é o vínculo entre o conceito e a política de independência nacional, de um lado, e as Forças Armadas para proteger sua independência, por outro lado. Ela lida com questões políticas e institucionais que são decisivas para a defesa do país, tais como os objetivos da sua “grande estratégia” e os meios para fazer com que a nação participe nas questões de defesa. Ela também aborda problemas militares típicos derivados da influência dessa “grande estratégia” na orientação e nas práticas operacionais dos três ramos de serviços. A Estratégia Nacional

de Defesa será complementada por planos para a paz e guerra, projetado para lidar com as diferentes hipóteses de emprego” (END, 2005. p,9).

Oliveira (2009, p. 5) atesta a END quando declara que o documento tem um “tom afirmativo e arrojado”, superando receios de documentos anteriores em abordar o tema Defesa Nacional. Segundo o autor, não existem “meias palavras, é a Segurança Nacional que volta ao palco após décadas de dificuldades de tratamento desse tema tão vinculado ao regime militar.”

Além disso, segundo o autor, a END tem o seguinte teorema: “a liderança brasileira é condição essencial para a integração da América do Sul, por razões que vão da Geografia à Política, à Economia e à Defesa Nacional.”

A indústria de defesa do Brasil foi extremamente enfatizada na redação da END, abrindo perspectivas para desenvolvimento do país em cooperação com os demais países da região. O documento coloca a integração da indústria de defesa entre o Brasil e os países da região uma das condições para a preservação da paz e articulação da integração sul-americana, por meio de cooperação militar regional coordenada pelo Conselho de Defesa Sul-americano.

Essa integração não somente contribuirá para a defesa do Brasil, como possibilitará fomentar a cooperação militar regional e a integração das bases industriais de defesa. Afastará a sombra de conflitos dentro da região. Com todos os países avança-se rumo à construção da unidade sul-americana. O Conselho de Defesa Sul-Americano, em debate na região, criará mecanismo consultivo que permitirá prevenir conflitos e fomentar a cooperação militar regional e a integração das bases industriais de defesa, sem que dele participe país alheio à região.” (END, 2008. p. 17)

Além da retomada da indústria de defesa, o documento elaborado dá atenção principalmente à reorganização das Forças Armadas. Ele justifica tal preocupação ao levantar a vastidão do território nacional e a capacidade de monitoramento e mobilidade das Forças para enfrentar esse desafio. Sublinha, ainda, a importância do uso de tecnologia, daí a necessidade de desenvolver uma indústria de defesa capaz de projetar esse aparato tecnológico, por vezes restrito.

De acordo com Villa, a END levou em conta “três grandes objetivos”: a revisão das estratégias de defesa, [incluindo aqui a reorganização das Forças Armadas]; a reativação da indústria nacional de armamentos; e assegurar a autonomia da política de defesa”. Assim, uma preocupação concreta “é como reativar a indústria nacional de armamento de acordo com a autonomia na defesa.” (VILLA, 2010, p. 98)

Ademais, a END prevê Forças Armadas modernas e com capacidade de interagirem mutuamente, a fim de agregar poder nas ações de defesa, principalmente na dissuasão de ameaças. Dessa forma, a articulação entre Marinha, Exército e Aeronáutica, com vistas à criação de uma doutrina de defesa e estratégia militar comum é imperativa pelo documento.

A END, assim, está estruturada em três grandes eixos: a reorganização das Forças Armadas; a rearticulação da indústria de defesa; e os efetivos das forças militares.

Dentro desses três grandes eixos, a END estabelece diretrizes a serem cumpridas em médio e longo prazos. Para facilitar a explanação, adotaremos o agrupamento das diretrizes feito por Oliveira, em função da proximidade conceitual. Assim, as diretrizes estão organizadas nos seguintes grupos:

- “Estruturar o potencial estratégico em torno de capacidades”;³³
- A dissuasão;
- A (re)organização das Forças Armadas;
- Distribuição territorial dos contingentes militares;
- Capacidades e habilidades dos militares;
- Missão no Brasil;
- Hipóteses de emprego das Forças Armadas; e
- Cooperação militar e integração da América do Sul

Em que pese a END não ter abordado dados institucionais e materiais das Forças Armadas, como outros países fizeram em seus Livros Brancos³⁴, “a Estratégia Nacional de Defesa é um documento afirmativo e audaz, que traduz o projeto de construção de um país dotado de novos papéis no plano regional e mundial.” (Oliveira, 2009, p. 13) Nesse contexto, a END já traz em seu bojo a ideia de um organismo regional de segurança capaz de conduzir os assuntos de segurança e defesa da América do Sul, o Conselho de Defesa Sul-americano, que estudaremos a seguir.

³³ Aqui o autor preferiu deixar a Diretriz isolada, sem colocá-la dentro de algum grupo, por perceber a sua importância dentro da END. Para o autor, nessa Diretriz se encontra o princípio central, a diretriz fundadora da Estratégia Nacional de Defesa.

³⁴ O Livro Branco de Defesa do Brasil foi lançado em 2012, para completar os documentos de defesa publicados pelo país.

2.3.3 Conselho de Defesa Sul-americano: solução inédita para a Defesa Regional

Ao chegarmos nessa parte do trabalho, cabe ressaltar que o Conselho de Defesa Sul-americano é um dos pontos mais importantes da pesquisa, na medida em que o seu estudo se confunde com o próprio objeto de investigação, que é a contribuição da diplomacia militar para a criação de um ambiente de segurança e defesa regional mais cooperativo.

Na visão deste autor, o CDS é produto final, ainda que não acabado, pois o processo está em curso, das percepções da construção da segurança cooperativa regional da América do Sul. Daí a importância que ele ganha dentro da PEB no governo Lula. Assim, nos deteremos um pouco mais nessa seção para entendermos o seu surgimento, a sua finalidade e as perspectivas futuras de seu papel na região.

Como citado no início do trabalho, o CDS foi uma iniciativa brasileira para introduzir na Unasul o debate sobre as questões de segurança e defesa da região. Contudo, o caminho percorrido até sua criação não foi fácil.

Em 22 de março de 2008, o Ministro Nelson Jobim apresentou à Junta Interamericana de Defesa (JID) a proposta de criação do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS). A ideia da iniciativa foi criar um espaço para discutir assuntos de defesa, sem caracterizar-se uma aliança militar similar à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Jobim viajou por todos os Estados sul-americanos para apresentar as propostas brasileiras, encontrando, por vezes, resistências de países como Colômbia e Venezuela.³⁵ Porém, após as negociações necessárias, os Estados da UNASUL resolveram aprovar a criação do Conselho, na reunião de cúpula ocorrida no Brasil, em 2008.

Nesse meio termo, a América do Sul testemunhou alguns episódios que foram bem conduzidos pelo Brasil, como na invasão do Equador por tropas colombianas, para atacar acampamentos das FARC, no qual houve envolvimento diplomático da Venezuela; e no conflito interno da Bolívia, quando as províncias do leste ameaçavam com a separação. Neste caso, o Brasil liderou a formação do Grupo de Países Amigos da Bolívia (Brasil, Argentina e Colômbia), aumentando a importância da reunião da Unasul que ocorreria em setembro de 2008. Acredita-se que esses

³⁵ Essa resistência pode ser comprovada nas Atas de reuniões produzidas por membros da Delegação Brasileira que compunham o GT responsável pelas discussões para a criação do CDS, existentes no Ministério da Defesa, às quais este autor teve acesso.

eventos aceleraram, de certa forma, a criação do CDS, anteriormente aventado pelo Brasil.

Segundo Souza Filho, a ideia de Jobim em afastar o CDS de um formato de coalizão foi a mais acertada, pois o “relacionamento militar existente entre os países sul-americanos inviabiliza qualquer tentativa de se criar aliança com caráter coletivo, visando à defesa do subcontinente.” Assim, permaneceu a ideia de conselho gestor para assuntos de defesa, assessorando os políticos na tomada de decisões. Após esse período em atividade, constata-se que a “opção por sua natureza menos ambiciosa foi correta, pois tem contribuído para gerar iniciativas de cooperação e crescimento da confiança mútua entre os países e entre suas Forças Armadas.” (SOUZA FILHO, 2011, p. 277)

O Conselho de Defesa Sul-americano é um dos doze conselhos setoriais da União das Nações Sul-americanas, constituindo-se em “instancia de consulta, cooperación y coordinación en materia de Defensa, en armonía con las disposiciones del Tratado Constitutivo de UNASUR.”³⁶ Oficialmente, foi criado em 16 de dezembro de 2008, em Salvador – BA,³⁷ apenas sete meses após a adoção do tratado constitutivo da Unasul.

O General Gleuber faz uma observação interessante com relação ao CDS e à Unasul, ao afirmar que, apesar desta ser um órgão eminentemente político, não prescindiu daquele em sua constituição. Segundo o General, essa iniciativa é uma tentativa de utilização dos militares para minorar possíveis choques que existirão em outras áreas. Assim, o estamento militar seria o alcece para a Unasul prosperar, pois não encontraria maiores resistências na área de defesa (Vieira, 2013).

Nessa mesma linha de raciocínio, o Embaixador Lampreia também concorda que a Unasul é eminentemente política, sem nenhum propósito econômico ou militar, mas imagina que o Ministro Nelson Jobim tenha alertado da importância e da oportunidade de se explorar a vertente militar (Lampreia, 2013).

A criação “precoce” de um conselho voltado para assuntos de segurança e defesa, no âmbito da Unasul, está ligada à preocupação desse órgão com o grande volume de compra de armas que vem ocorrendo na América do Sul. Ademais, a

³⁶ “instância de consulta, cooperación e coordenação em matéria de defesa, em harmonia com as disposições do Tratado Constitutivo da Unasul.” Tradução nossa.

³⁷ Para mais informações ver em: <http://www.unasursg.org/inicio/organizacion/consejos/cds>. Acesso em: 15 de setembro de 2014.

criação do CDS, no início do processo de afirmação da Unasul, infere a vontade política em cooperar nos temas de defesa e segurança, com o intuito de facilitar respostas às possíveis ameaças contra seus Estados membros, proporcionar a paz e a estabilidade na região. (ARIAS; MAANEN, 2013, p. 106-107) Contudo, a vontade política aqui expressa deve realmente existir, principalmente no sentido de melhorar as relações regionais, fugindo da retórica habitual que configuram as relações facilmente orquestradas como ações de governo e não como políticas de Estado. (PAGLIARI, 2009, p. 123)

A iniciativa brasileira também é vista por outras lentes, imputando ao CDS importante papel para o Brasil, na medida em que o Conselho se tornou veículo de difusão de seus planos militares. Isso pode ser comprovado pela aprovação de “plano de ações que prevê o inventário das capacidades militares, um sistema de informação sobre gastos do setor e a consolidação de uma doutrina militar comum.” Assim, o Estado brasileiro implementa uma agenda de segurança regional na América do Sul por meio da Unasul, aproveitando o afastamento dos EUA da região, baseada na busca de integração das políticas de defesa e no fortalecimento da indústria bélica, visando a possibilidade de exportações para outros continentes. (SEQUEIRA, 2009)

Outras iniciativas de maior interação na área de segurança e defesa sucederam a criação do CDS. Em 2009, os membros declararam a América do Sul uma zona de paz. Em 2010, durante reunião dos Ministros do CDS, em Guaiquil, foi aprovada a criação do Centro de Estudos Estratégicos e de Defesa, inaugurado em 2011, em Buenos Aires, Argentina. O Centro ganha importância por desenvolver o pensamento harmônico e comum entre os países membros, facilitando a coordenação das políticas de defesa sul-americanas.

Por ocasião de sua primeira reunião extraordinária, em novembro de 2011, os Ministros do CDS aprovaram a II Declaração de Lima, na qual reforçam a promessa de fortalecimento da América do Sul como zona de paz, por meio de diálogo e consenso nas áreas de cooperação, segurança e defesa.

O Conselho é composto por todos os Ministros da Defesa dos doze países da Unasul e tem como objetivos gerais:

- a) Consolidar Suramérica como una zona de paz, base para la estabilidad democrática y el desarrollo integral de nuestros pueblos, y como contribución a la paz mundial.

- b) Construir una identidad suramericana en materia de defensa, que tome en cuenta las características subregionales y nacionales y que contribuya al fortalecimiento de la unidad de América Latina y el Caribe.
- c) Generar consensos para fortalecer la cooperación regional en materia de defensa.

Além disso, o CDS ainda possui os seguintes objetivos específicos:

- a) Avanzar gradualmente en el análisis y discusión de los elementos comunes de una visión conjunta en materia de defensa.
- b) Promover el intercambio de información y análisis sobre la situación regional e internacional, con el propósito de identificar los factores de riesgo y amenaza que puedan afectar la paz regional y mundial.
- c) Contribuir a la articulación de posiciones conjuntas de la región en foros multilaterales sobre defensa, dentro del marco del artículo 14° del Tratado Constitutivo de UNASUR.
- d) Avanzar en la construcción de una visión compartida respecto de las tareas de defensa y promover el diálogo y la cooperación preferente con otros países de América Latina y el Caribe.
- e) Fortalecer la adopción de medidas de fomento de la confianza y difundir las lecciones aprendidas.
- f) Promover el intercambio y la cooperación en el ámbito de la industria de defensa.
- g) Fomentar el intercambio en materia de formación y capacitación militar, facilitar procesos de entrenamiento entre las Fuerzas Armadas y promover la cooperación académica de los centros de estudio de defensa.
- h) Compartir experiencias y apoyar acciones humanitarias tales como desminado, prevención, mitigación y asistencia a las víctimas de los desastres naturales.
- i) Compartir experiencias en operaciones de mantenimiento de la paz de Naciones Unidas.
- j) Intercambiar experiencias sobre los procesos de modernización de los Ministerios de Defensa y de las Fuerzas Armadas.
- k) Promover la incorporación de la perspectiva de género en el ámbito de la defensa. (Grifo nosso)

A estrutura do CDS está regulada pelos artigos 6° ao 11° e além dos Ministros de Defesa ou seus equivalentes, podem ser integrados por delegações nacionais que contam com membros dos Ministérios de Relações Exteriores e da Defesa e outros “assessores”. Existe ainda a previsão de uma instância executiva, integrada pelos vice-ministros das áreas já citadas ou por oficiais Gerais, investidos com essa prerrogativa, como é o caso do Brasil, que geralmente tem o Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA) ou o Chefe de Assuntos Estratégicos do MD a responsabilidade de representar o Ministro da Defesa nessa instância.

A presidência do Conselho cabe ao país que exerce a presidência pro tempore da Unasul.

O funcionamento do CDS também é regulado no seu estatuto, havendo previsão de reuniões ordinárias anuais e reuniões extraordinárias, “a pedido da

metade de seus Estados membros”. Contudo, o aspecto que mais chama a atenção no funcionamento do Conselho é a adoção dos acordos “por consenso” (Art. 13), reforçando a ideia de não haver imposições por parte de qualquer Estado.

Dessa forma, a criação do CDS, “instituição multilateral em âmbito sub-regional na área da Defesa” é de extrema importância para o país. O interesse em criar um organismo exclusivo para assuntos de defesa na América do Sul permite ao Brasil fortalecer relações com seus vizinhos, provocando o diálogo e aumentando a confiança mútua. A primazia brasileira em sugerir tal dispositivo projeta a liderança do país internacionalmente e aumenta seu “soft power”. (MAIOLLI; SAINT-PIERRE, 2008)

Assim, o CDS configura-se como marco importante nas ações de defesa implementadas pelo Brasil, durante o governo Lula, pois a iniciativa de sua criação resultou em solução inédita para a agenda de segurança e defesa da região, mantendo sob a tutela exclusiva dos países sul-americanos a responsabilidade sobre essas questões na região. Além disso, o CDS desempenha papel principal na “arquitetura regional de defesa e segurança”, defendida por Medeiros Filho, ora em desenvolvimento na América do Sul. (MEDEIROS FILHO, 2010)

2.4 CONCLUSÃO PARCIAL

Tratamos nesse capítulo sobre o ambiente de segurança e defesa sul-americano e o papel do Brasil nesse contexto. Atestamos que a América do Sul é um Complexo de Segurança com dois sub-complexos bem distintos, o Andino e o do Cone Sul, com o Brasil sendo o elo principal entre eles.

Percebemos que as relações entre os Estados sul-americanos vêm migrando da rivalidade, do conflito, para relações de cooperação e confiança.

Além disso, o capítulo também abordou os aspectos da PEB durante os governos de FHC e Lula, em um período que durou de 1995 até 2010 e seus desdobramentos para a segurança e defesa da região sul-americana. Procuramos elencar para fins de análise as principais medidas adotadas em cada gestão que, direta ou indiretamente, influenciaram a “arquitetura de segurança e defesa” da região.

Pudemos observar que a principal marca empreendida pelo governo FHC foi a iniciativa de reestruturação da Defesa Nacional, de maneira gradual e complementar, iniciando pela publicação da PDN, em 1995, e terminando com a criação do Ministério da Defesa. Ambas as iniciativas ganharam força após a participação brasileira na construção da paz entre Equador e Peru, quando o país avocou para si a responsabilidade de conduzir os contendores à paz e harmonia.

Já no governo Lula, em função das mudanças ocorridas no cenário internacional, principalmente com a reconfiguração da ordem mundial, as iniciativas na área de defesa tiveram maior projeção, uma vez que as bases já haviam sido lançadas no governo anterior. O Ministério da Defesa, em funcionamento, foi a “locomotiva” para as ações subsequentes. Assim, a atualização da PDN, mais adequada às realidades que se descortinaram, em 2005; a publicação da END, alinhada à II PDN, em 2008; e a iniciativa para a criação do CDS, tiveram maior alcance.

Pôde-se perceber que houve certa continuidade entre as políticas de FHC e Lula, no âmbito da segurança e defesa, o que facilitou o protagonismo brasileiro nessa área, na América do Sul. Mas, o mais importante foi a percepção da relevância do papel dos militares nesse processo de configuração da nova “arquitetura de segurança e defesa” regional, como veremos no próximo capítulo, particularmente o papel do Exército Brasileiro e de sua diplomacia militar.

3 A DIPLOMACIA MILITAR DO EXÉRCITO BRASILEIRO NA AMÉRICA DO SUL

O presente capítulo visa analisar as principais ações da diplomacia militar brasileira exercida pelo Exército, durante a administração FHC e Lula, que contribuíram para a criação de um ambiente mais cooperativo na região, culminando com a constituição do Conselho de Defesa Sul-americano. O mesmo encontra-se estruturado em três seções. Na primeira descreveremos a participação efetiva dos militares na política internacional, no âmbito regional, utilizando acontecimentos históricos que antecederam o recorte temporal do trabalho, mas que perduram no tempo em função da importância que tiveram para a estabilidade e paz da região, abrindo oportunidades de incremento da cooperação e integração entre os países sul-americanos nos dias de hoje. Na segunda seção, discutiremos as principais atividades internacionais desenvolvidas pelo Exército Brasileiro junto aos demais países da região, no período em estudo, que constituem ações de diplomacia militar responsável pela aproximação entre os exércitos sul-americanos para o entendimento e a cooperação em áreas de interesse da defesa. Por fim, na última seção, faremos uma breve consideração sobre as percepções dos adidos sul-americanos em missão no Brasil, acerca da diplomacia militar brasileira na região.

3.1 A PRESENÇA HISTÓRICA DOS MILITARES BRASILEIROS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS SUL-AMERICANAS

Os militares brasileiros tiveram papel de destaque na região, principalmente no que concerne à política externa e relações internacionais na América do Sul. Segundo Garcia (1997, p. 21), a ligação entre os militares e a política internacional foi mais profunda no período 1964-1984, contudo já havia antecedentes históricos ligados à presença dos militares na política.

O autor acredita que a solução das questões fronteiriças no início do século XX foi um dos principais fatores que desvirtuaram o profissionalismo clássico dos militares brasileiros, uma vez que a segurança da integridade nacional estava teoricamente resolvida, fazendo-os voltar para dentro do país, ou seja, passaram a se preocupar com a evolução interna do Brasil. O Exército em particular teve papel preponderante nesse intento. De maneira contraditória, a maior participação com os

assuntos domésticos aumentou o interesse pela Política Externa, uma vez que as decisões internas refletiam “nas opções de inserção internacional do país e vice-versa”.

Garcia (1997, p. 21) também afirma que

a presença dos militares na frente externa se verifica, ainda, em termos de atuação das Forças Armadas em áreas temáticas de interesse estratégico, como as de armamentos, pesquisa espacial, energia nuclear e informática, seja na formulação de políticas (influenciando ou orientando), seja no aspecto prático e operacional. Podem ser lembradas também as missões militares formais e informais, permanentes ou temporárias, o serviço de informações e o papel dos adidos militares no exterior, além da participação em Operações de Paz das Nações Unidas. (Grifo nosso)

Dessa forma, passaremos a estudar a seguir alguma das mais importantes participações dos militares brasileiros na política internacional, caracterizando o emprego da diplomacia militar brasileira no âmbito regional, com resultados expressivos para o processo de integração sul-americana até os dias atuais.

3.1.1 A cooperação militar brasileira no Paraguai

A cooperação militar entre brasileiros e paraguaios remonta ao ano de 1851, quando Don Carlos Solano López – então presidente do Paraguai – solicitou ao Império do Brasil assessoramento para melhor defender-se de ações bélicas. Na oportunidade, oficiais renomados como Villagran Cabrira e Hermenegildo Pôrto Carrero, ajudaram na construção de fortes e fortalezas como a de Humaitá (um dos bastiões paraguaios na Guerra da Tríplice Aliança) e na preparação da artilharia paraguaia. (VASCONCELOS, 2011, p. 26)

O final da Guerra da Tríplice Aliança, em 1870, foi um marco nas ações militares brasileiras junto ao Paraguai. A derrota paraguaia na guerra representou o final do Estado autoritário comandado pela família López, pesadas perdas demográficas e econômicas, além da falta de liderança para a possível reconstrução do país. (DORATIOTO, 2004, p. 209) Essa situação, na visão do governo brasileiro, poderia levar o Paraguai para o poder dos argentinos. Assim, a ocupação militar brasileira em Assunção, a partir de 1869 até 1876, após a assinatura do tratado de paz entre Argentina e Paraguai, serviu para garantir a independência paraguaia, auxiliando na estabilização política e evitando que o poder caísse nas mãos de partidários da Argentina. Nesse período, o Paraguai foi quase um protetorado brasileiro. (DORATIOTO, 2004, p. 210)

Após a letargia do período compreendido entre a retirada das tropas brasileiras de Assunção e o início da república, o governo brasileiro, consciente da perda de influência sobre o Paraguai para a Argentina, resolveu tomar algumas iniciativas para a reaproximação, conforme citadas na parte anterior do trabalho.

A visita de Estado do então presidente da república Getúlio Vargas ao presidente paraguaio Higinio Mirinigo, em julho de 1941, marcou as relações militares entre paraguaios e brasileiros. Na ocasião, foram estabelecidos os primeiros contatos para a criação de uma missão militar com o objetivo de reestruturar os cursos de cavalaria, equitação e educação física do Exército Paraguai. (VASCONCELOS, 2011, p. 28)

Em 15 de maio de 1942 chegou a primeira equipe de cinco oficiais instrutores brasileiros no Paraguai, com o nome de Missão Militar de ensino. (Ibidem, p. 28) Iniciou-se o emprego do poder militar na busca de atração, cooptação e persuasão do Governo paraguaio por meio da diplomacia militar, empregando missão de assistência técnica militar.

Ressalta-se que a diplomacia militar brasileira estava presente no Paraguai desde a instalação da Aditância do Exército à Embaixada do Brasil em Assunção, em 1934, representada pela atuação de seus Adidos Militares, que muito contribuíram para a criação da supracitada missão de ensino.

Em 1947, a missão foi subordinada ao Estado-Maior do Exército (EME), sendo denominada Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai (MMBIP). Entretanto, a regulamentação das atividades da missão só foram assinadas em 03 de agosto de 1948 e ratificadas em 21 de abril de 1949.

Os novos acordos firmados naturalmente deram outra dimensão às atividades desenvolvidas pela missão. As novas demandas conjunturais requereram ajustes na missão inicial, carecendo de reestruturação da MMBIP para atender às necessidades militares – exercícios no terreno, instrução nas escolas de formação, aperfeiçoamento e de altos estudos, de paraquedismo, além das tradicionais instruções das escolas de equitação e de educação física. (Ibidem, p. 29) Esses ajustes empreendidos na missão, tendo em vista o crescimento de sua importância para o Exército Paraguai, ficaram evidenciados pelo aumento do efetivo de militares que passou de cinco, inicialmente, para quinze militares brasileiros (13 oficiais e 02 praças auxiliares), em 1994.

Nesse mesmo ano, a MMBIP foi extinta por iniciativa do Paraguai, que, em nota do seu Ministério das Relações Exteriores, denunciou o Acordo em 02 de setembro. O Brasil acatou a decisão soberana do Paraguai e também por nota de sua Embaixada em Assunção, no dia 19 de setembro, disse compreender as razões e colocou-se à disposição do Paraguai para outras formas de cooperação de interesse comum. (VASCONCELOS, 2011, p. 29)

Assim sendo, após o final da MMIBP, as ligações entre os Exércitos dos dois países passaram a ser conduzidas apenas pela Aditância do Exército junto à Embaixada em Assunção.

Entretanto, o hiato de tempo sem a efetiva missão não perdurou muito e em 24 de julho de 1995 os governos brasileiro e paraguaio assinaram novo acordo no qual “concordaram em restabelecer e reestruturar o intercâmbio militar”. “Foi estabelecida uma cooperação militar com fins científicos, culturais, tecnológicos e de aperfeiçoamento profissional”.³⁸

A nova missão de cooperação militar entrou em vigor em 23 de outubro de 1996 por meio do Decreto Presidencial Nr 2,064, de 11 de novembro de 1996, promulgando o Acordo relativo à Cooperação Militar entre o Brasil e o Paraguai. Uma vez mais a eficácia política brasileira foi evidenciada ao buscar manter a Cooperação Militar com o Paraguai, importante parceiro do Cone Sul e integrante do Mercado Comum do Sul (Mercosul).

A importância da CMBP também é destacada na sua própria missão, a de “estreitar os laços de amizade e camaradagem que unem os Exércitos paraguaio e brasileiro, servindo, dentro de um contexto mais amplo, como instrumento da diplomacia para a aproximação dos dois países”.³⁹

O atual Acordo prevê diversas disposições, dentre elas destaca-se a coordenação geral da Cooperação Militar Brasileira no Paraguai (CMBP). As atividades da nova Cooperação Militar são coordenadas por autoridades designadas pelo Ministério da Defesa do Paraguai e pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil, por meio de sua Embaixada em Assunção (Aditância do Exército). Tal fato ampliou as atribuições dos militares da CMBP, bem como suas responsabilidades

³⁸ Retirado do Sítio oficial da Cooperação Militar Brasileira no Paraguai na Internet(www.cmbp.eb.mil.br)

³⁹ Ibidem.

que hoje permeiam as três forças singulares do país vizinho, aumentando o seu espectro de atuação. (VASCONCELOS, 2011, p. 33)

Os assessores militares brasileiros, dessa forma, prestam assessoramento a todos os Comandos, Direções e Departamentos do Exército do Paraguai, aproximando a cultura organizacional daquele Exército à cultura organizacional do Exército Brasileiro. A organização, a doutrina e o emprego similar ao Exército Brasileiro são exemplos do resultado da CMBP e suas antecessoras.

Dentre as diversas ações realizadas pelo Exército Brasileiro junto ao Exército do Paraguai destacam-se as atividades de instrução e ensino, nas quais são inseridos, além do conhecimento, o modo de pensar e agir do militar brasileiro, reforçando os vínculos de amizade entre os povos e Forças Terrestres irmãs.

Outra importante contribuição da CMBP para as relações bilaterais é o desencadeamento do Plano de Visitas aos quartéis paraguaios para realização de palestras e confraternizações, contribuindo para a ampliação do conhecimento mútuo e estreitamento de laços entre militares brasileiros e paraguaios. (Ibidem, p. 45)

Além disso, o Exército Brasileiro realiza a doação de animais, a manutenção e recuperação de oprônicos e a manutenção de todas as viaturas blindadas paraguaias. A inclusão de um Pelotão paraguaio às tropas brasileiras da Missão de Paz no Haiti também configura entre as importantes ações da diplomacia militar, por meio da CMBP, junto ao Paraguai.

Atualmente, o Adido Militar do Exército junto à Embaixada do Brasil em Assunção é o chefe da CMBP, corroborando o importante papel dos adidos na consecução das atividades de diplomacia militar, por constituírem-se em importante ferramenta no desenvolvimento e sustentação de relações (Jones, 2010). Eles, invariavelmente, serão os responsáveis pelas mudanças na natureza e no potencial das relações militares bilaterais.

A tradicional missão de cooperação militar entre os dois países, desde a década de 1940, amalgamou as relações diplomáticas entre brasileiros e paraguaios, principalmente no âmbito militar. A proximidade institucional, convivência profissional, relações sociais, respeito e admiração, conferem aos Adidos do Exército Brasileiro excelente tratamento.

Dessa forma, o Brasil, pelo uso inteligente do seu poder militar (cooperação militar), dá exemplo de uso da diplomacia militar como ferramenta política de integração e aproximação com seus vizinhos, reforçando as relações bilaterais entre países como o Paraguai.

A despeito de possíveis ressentimentos da Guerra da Tríplice Aliança, de reivindicações de políticos paraguaios acerca do Tratado de Itaipu, envolvendo a Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional, da grande presença de brasileiros na economia guarani, da assimetria econômica do Mercosul e outros problemas fronteiriços como o tráfico de drogas e o contrabando, a expressão militar brasileira detém papel importante no contexto das relações bilaterais com o Paraguai, conforme ficou atestado no exposto acima, garantindo suporte para a solução pacíficas de possíveis controvérsias e contribuindo para o aumento da cooperação regional.

3.1.2 Os militares e a questão nuclear entre Brasil e Argentina

Como foi abordado anteriormente nesse trabalho, a aproximação entre Brasil e Argentina, no final da década de 1970, foi um dos eventos mais relevantes para a estruturação das bases do atual estágio de integração regional. Contudo, não podemos esquecer que, à época, os países eram governados por militares, daí a importância das Forças Armadas nessa aproximação.

Assim sendo, merecem destaque as características do pensamento dos militares brasileiros à frente do Estado. Segundo Garcia, o pensamento dos militares brasileiros entre 1961 e 1989, trazia como marca registrada o paradigma realista. Dessa forma, a atuação dos governos militares no âmbito internacional esteve muito ligada ao projeto nacional-desenvolvimentista, norteando as grandes linhas da PEB até o fim da década de 1980. Assim, as características inerentes aos militares brasileiros como “nacionalismo, autonomia e pragmatismo, se confundiram com a própria diplomacia e se constituíram, na época, em fator de elevado consenso interno.” (GARCIA, 1997, p. 33)

Além disso, o autor ainda salienta que os militares estavam empenhados “na construção da potência como solução para aumentar o prestígio nacional, a qual adquiriu contornos triunfalistas em certos momentos.” Assim, essas ideias realistas induziam a uma projeção de poder, inclusive militar, que de certa forma preocupavam os países vizinhos. (GARCIA, 1997, p. 33)

Ademais, a PEB nos governos militares manteve-se independente em âmbito mundial, apoiada em recursos de poder nacional, como o poder militar. No entanto, mesmo com essa possibilidade, não houve emprego violento do poder militar, mas o mesmo respaldava o governo contra possíveis coerções externas, ou seja, utilizava a dissuasão e “permitia autonomia decisória.” (SOARES E SILVA, 2012, p. 165)

Essa postura “agressiva” da PEB, principalmente no governo de Geisel (1974-1979), conturbou as relações com a Argentina, por causa das divergências com relação à construção de Itaipu, deixando para o governo de Figueiredo (1979-1985) a missão de melhorá-la. (BARROS, 2007, p. 102)

Antes das questões nucleares virem à tona, o principal ponto de discórdia entre Brasil e Argentina, nos anos 1970, era a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. A maior aproximação do Paraguai com o Brasil viabilizou a intenção de construção de uma hidrelétrica binacional, registrada em ata, em 1966. A Ata de Iguazu, como ficou conhecida, especificava o trecho situado entre o Salto Grande de Sete Quedas e a foz do Rio Iguazu, a apenas alguns quilômetros da Tríplice Fronteira. Além disso, a assinatura do Tratado de Itaipu, de 1973, criando a empresa Itaipu Binacional, para a exploração do potencial hidroelétrico do rio, associado ao crescimento econômico brasileiro e à visível ligação entre o Paraguai e o Brasil com a construção de Itaipu, geraram preocupação no governo argentino de crescimento da influência brasileira na região. Assim, a Argentina foi contra a construção de Itaipu, alegando prejuízo no uso do rio em trechos mais abaixo. No entanto, após negociações e estudos técnicos da possibilidades do uso do rio mesmo com a construção de Itaipu, foi assinado o Acordo Tripartite Itaipu-Corpus, em 1979, entre Brasil, Argentina e Paraguai. Com esse acordo, as relações Brasil-Argentina começaram a migrar para o aumento da cooperação.

Em 1980, mais de vinte acordos bilaterais foram assinados entre os dois países e o presidente Figueiredo realizou uma visita oficial à Buenos Aires, depois de mais de quarenta anos da visita do último presidente brasileiro, Getúlio Vargas, em 1935. (HURRELL, 1998, p. 235)

Superada a questão hidrelétrica, outras questões ainda necessitavam ser resolvidas, principalmente as relacionadas com a área nuclear, pela importância estratégica. Entretanto, a questão nuclear não foi tão simples de ser resolvida, tendo

em vista as aspirações de ambos os países em possuir tecnologia suficiente para produzir seus próprios artefatos.

Em termos de recursos naturais, o Brasil possui a 6ª maior quantidade de urânio do mundo. Segundo Aguilar, em 1979 tanto Brasil como Argentina detinham urânio suficiente para o desenvolvimento da energia nuclear. (AGUILLAR, 2010, p. 111)

Além disso, com os militares no poder, o Brasil não aceitou a renúncia das atividades ligadas à energia nuclear e nem o direito de possuir armas atômicas. Assim, após a assinatura dos acordos com a Alemanha para a construção de usinas nucleares, em 1979, o país também implementou o seu programa nuclear paralelo ou autônomo, conduzido pelos militares e livre das ingerências internacionais. (Ibidem, p. 116)

A Argentina, por sua vez, não buscou tecnologia em outro país e tentou desenvolver sua própria tecnologia, de acordo com suas capacidades à época. Com o golpe de 1976, o programa nuclear argentino foi implementado, ampliando o número de centrais nucleares. Da mesma forma que o Brasil, o governo militar também desenvolveu seu programa nuclear paralelo baseado no enriquecimento de urânio, capaz de garantir o domínio da tecnologia para a construção de submarinos nucleares e artefatos bélicos. (Ibidem, p. 117-121)

Várias visitas das autoridades nucleares foram realizadas em ambos os países para verificarem a possibilidade de acordos. Dessa forma, após estudos de viabilidade da convergência entre os dois programas nucleares, Brasil e Argentina assinaram, em 17 de maio de 1980, o Acordo de Cooperação para o Desenvolvimento e Aplicações dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear. Contudo, a assinatura do acordo por governos militares levantou preocupações de uma possível corrida nuclear para a construção de uma bomba atômica por ambos. (Ibidem, p. 129)

Na verdade, com a assinatura do acordo entre Argentina e Brasil, os países buscaram aliviar a pressão das grandes potências acerca de uma possível corrida nuclear na região. Assim, brasileiros e argentinos encontraram na cooperação uma maneira de enfrentar a pressão exterior. (Ibidem, p. 131)

Em que pese o acordo não ter trazido medidas práticas, inicialmente, em termos de cooperação tecnológica, ele foi importante para a área militar,

contribuindo para o aumento da confiança mútua. Nesse sentido, Oliveira (1996) destaca que sob o enfoque das rivalidades estratégico-militares, o acordo representou um “passo adiante” na dissipação dos conflitos [...]. (OLIVEIRA, 1996, p. 135)

Apesar de tudo, a possibilidade de desenvolvimento de armas nucleares ainda era uma realidade tanto no Brasil como na Argentina, durante a primeira metade dos anos 1980, pelo fatos dos dois países temerem a consolidação da tecnologia por parte do outro para colocar o desejo em prática. Segundo relatório da CIA, de 1983, “a vontade do Brasil de manter aberta sua opção de desenvolver uma capacidade bélica nuclear advem tanto do seu desejo de ser grande potência, bem como da percepção de que a Argentina o ultrapassou em termos de desenvolvimento nuclear.” (CIA, 1983, p. 8)

Para a CIA, o Brasil só desenvolveria armas nucleares se houvesse uma ameaça de desequilíbrio de poder em favor da Argentina. “[...] do ponto de vista do Brasil, uma crescente capacidade argentina de projetar e construir explosivos nucleares poderia rapidamente tornar-se um incentivo ao Brasil de seguir por uma linha semelhante, especialmente se Brasília se convencesse de que Buenos Aires haveria tomado a decisão de desenvolver, testar ou instalar armas nucleares.” (CIA, 1983, p. 9)

As desconfianças seriam finalmente dissipadas após a assinatura da Declaração Conjunta sobre Política Nuclear, de 1985, surgindo então “projetos concretos de colaboração.” (OLIVEIRA, 1996, p. 136-138)

Assim, pelo exposto, os militares exerceram papel preponderante para o destino da questão militar entre Brasil e Argentina, na medida em que, quando no poder em seus respectivos países, mantiveram a postura firme de buscar desenvolver programas nucleares paralelos e autônomos com fins militares. A percepção da necessidade de cooperar para dissipar a desconfiança das grandes potências acerca de uma corrida nuclear na região foi fruto dessa real possibilidade. Mesmo que em meio às desconfianças normais do início, o Acordo de Cooperação foi o ponto de partida, após a solução das controvérsias envolvendo o aproveitamento hídrico dos rios da Bacia do Prata, para a consolidação da Política Nuclear entre os dois países, configurando-se em importante Medida de Confiança Mútua.

Ademais, não pode ser esquecida a postura do Brasil com relação à Guerra das Malvinas, em 1982. Os militares brasileiros, ainda no poder, na figura do presidente Figueiredo, resolveram, apesar da neutralidade oficial, ajudar a Argentina, cedendo material militar e franqueando os portos brasileiros para a exportação dos produtos argentinos, que sofriam embargos impostos pelos países europeus, outro gesto significativo para as relações com a Argentina e, conseqüentemente, para a solução da questão nuclear entre os países (ROCHA, 2006, p. 118).

3.2 AÇÕES DE DIPLOMACIA MILITAR E O AMBIENTE COOPERATIVO COM OS DEMAIS EXÉRCITOS SUL- AMERICANOS

Como foi visto no Capítulo 2 desse trabalho, a diplomacia militar busca afirmar-se como importante conceito nas relações internacionais e os militares, assim como os diplomatas, possuem papel fundamental na promoção da Política Externa de um Estado.

A diplomacia militar, dentro das tipologias anteriormente apresentadas, pode ser desenvolvida sob as lentes da literatura realista, pelo uso do poder militar coercitivo e dissuasório em apoio à política externa; bem como sob o prisma da literatura construtivista das relações internacionais, pelo uso cooperativo das Forças Armadas. Este último, é o que mais caracteriza a diplomacia militar brasileira desenvolvida pelo Exército junto aos países da região.

Diplomacia militar “é o conjunto de ações na área de defesa, levada a efeito entre países amigos, incluindo o estabelecimento de aditâncias militares, realização de conferências bilaterais, ações militares combinadas, intercâmbios entre estabelecimentos de ensino, entre outras”. Essa definição do Exército Brasileiro, em sua Diretriz para as Atividades do Exército Brasileiro na Área Internacional (DAEBAI)⁴⁰, servirá como ponto de partida para o estudo. Essa definição não é uma unanimidade, mas retrata o que o Brasil e, em especial o Exército, entende sobre o que vem a ser diplomacia militar, em qual forma de emprego o Brasil está posicionado e quais os objetivos que o país busca com esse expediente.

⁴⁰ A DAEBAI pode ser encontrada pelo link: <http://pt.calameo.com/read/00123820601e3ba92417c>. Acesso em 27 de agosto de 2013.

Além disso, a Diretriz nos dará uma linha mestra para trabalharmos o conceito de diplomacia do EB, pois define que “as atividades do EB na área internacional são tanto as desempenhadas por seus militares em missões no exterior [...] quanto às realizadas em território nacional envolvendo o relacionamento do Exército com órgãos civis e militares estrangeiros.”

Assim, elenca-se como atividades o seguinte:

- missões permanentes no exterior junto a representações diplomáticas, organizações militares de ensino ou instrução, organismos internacionais, comissões e outras;
- missões permanentes de militares estrangeiros no Brasil na área militar;
- conferências e reuniões, bilaterais ou multilaterais, com a participação de representantes do Exército no Brasil ou no Exterior;
- cursos, estágios e visitas, tanto de militares brasileiros no exterior quanto de autoridades e militares estrangeiros no Brasil, a fim de tratar de assuntos de interesse do EB;
- cooperação e intercâmbios militares de diversas naturezas;
- exercícios em conjunto com tropas estrangeiras no Brasil e no exterior;
- participações em missões de paz;
- participações em missões humanitárias no Brasil e no exterior;
- gestões para compra e venda de Produtos de Defesa (PRODE), seus componentes e matérias primas;
- assinatura de entendimentos, convênios, termos aditivos, arranjos técnicos, cartas de intenção e documentos afins; e
- outras missões eventuais. (DAEBAL, 2013. p. 13-14)

Sobre essa definição, o General Enzo⁴¹ afirmou que foi uma iniciativa para institucionalizar um termo que já vinha sendo usado desde muito tempo dentro do Exército e que consultou o alto escalão do Itamaraty para saber se havia algum inconveniente para a oficialização do termo em documento do Exército.⁴² Tal afirmação pôde ser comprovada pelas palavras do General Gleuber⁴³, que foi um dos precursores na utilização do termo diplomacia militar, para se referir às reuniões com diplomatas acerca de assuntos da diplomacia inerentes aos militares.⁴⁴

O General Enzo afirmou que o Exército pretendia realizar parte da diplomacia, resolvendo questões de forma mais fácil que os diplomatas, por ter a mesma formação dos militares vizinhos.

⁴¹ O General de Exército Enzo Martins Peri, Comandante do Exército no segundo Governo Lula e no primeiro Governo de Dilma.

⁴² Entrevista concedida ao autor em 08 de abril de 2014.

⁴³ O General de Exército Gleuber Vieira foi Ministro do Exército e primeiro Comandante do Exército, durante o Governo FHC.

⁴⁴ Entrevista concedida ao autor em 08 de novembro de 2013.

Para alguns dos mais importantes diplomatas brasileiros, o termo já está consolidado. O Embaixador Lampreia⁴⁵ afirmou que a diplomacia militar “é paralela à diplomacia do estado brasileiro, que tem uma dimensão política, econômica e militar. Há um papel para cada uma dessas vertentes. E o papel militar é importante para a Política Externa, sobretudo pelo aspecto da cooperação”.⁴⁶

Já para o Ministro Celso Amorim⁴⁷, diplomacia militar é o uso das Forças Armadas na cooperação da diplomacia, de forma mais ampla ou até mesmo por meio do contato direto entre militares.⁴⁸ Nesse contexto, a DAEBAI deixa claro qual a finalidade da diplomacia militar do Exército.

Convém ressaltar que são propósitos da Diplomacia Militar:

- manter um diálogo regular sobre questões bilaterais e multilaterais de interesse mútuo, no âmbito da Defesa, fomentando a cooperação, a integração e a confiança recíproca com os exércitos de outros países;
- contribuir para manter a ordem global estável, mediante a participação em ajuda humanitária e operações de paz sob a égide dos organismos internacionais e regionais;
- apoiar e contribuir com os esforços dos exércitos dos países amigos para consolidarem suas estruturas;
- facilitar a consecução de um marco jurídico que regule o desenvolvimento, no âmbito da Defesa, das relações bilaterais e multilaterais; e
- ampliar as oportunidades de fortalecimento da indústria nacional de produtos de defesa, para reduzir a dependência tecnológica e superar as restrições unilaterais de acesso a tecnologias sensíveis. (DAEBAI, p. 20-21. Grifo nosso)

Uma peculiaridade regional é o fato de a formação dos países sul-americanos ter contado com a participação dos exércitos como atores políticos essenciais, consolidando a percepção de “encarnação da pátria” (MEDEIROS FILHO, 2010, p. 120-121).

A interação entre militares sul-americanos é tão intensa, que Martin levanta a possibilidade da existência de uma “paz armada” na região, ou seja, a ausência de guerras na América do Sul seria consequência de acordos tácitos entre as Forças Armadas da região. (MARTIN, 2001, p. 73-92)

Outro aspecto importante a destacar é a autonomia que as estruturas militares da região ainda possuem, apesar da criação dos Ministérios de Defesa, “para a formulação de políticas setoriais de defesa”, fazendo do militar um ator importante

⁴⁵ O Embaixador Luis Felipe Lampreia foi Ministro das Relações Exteriores do Governo FHC.

⁴⁶ Entrevista concedida ao autor em 18 de novembro de 2013.

⁴⁷ O Embaixador Celso Amorim foi Chanceler do Brasil no Governo Lula e Ministro da Defesa do Brasil, no primeiro Governo de Dilma.

⁴⁸ Entrevista concedida ao autor em 18 de outubro de 2013.

“em fóruns de discussão e de elaboração de políticas de cooperação e integração regional” (MEDEIROS FILHO, 2010, p. 116).

Além disso, a identidade militar na região constitui mais fator de aproximação do que afastamento entre vizinhos, devido ao compartilhamento de caráter, a amizade e camaradagem, características intrínsecas da profissão militar. (MEDEIROS FILHO, 2010, p. 117).

A diplomacia militar, na América do Sul, “sob regimes democráticos” adotou mecanismos de transparência e de confiança mútua”, como visto anteriormente. (MEDEIROS FILHO, 2010, p. 119).

Nesse contexto, a DAEBAL institucionaliza o que habitualmente vinha sendo feito pelo Exército, ao afirmar que “no âmbito da Defesa, a Diplomacia Militar visa promover intercâmbios e cooperações, construindo relações de confiança mútua, com a finalidade de colaborar com a segurança, o desenvolvimento, a estabilidade regional e a paz mundial.”⁴⁹

Dessa forma, veremos a seguir as ações na área de defesa levadas a efeito entre países amigos pelo Exército no período em estudo, buscando identificar a importância de tais ações para o incremento do ambiente de segurança e defesa na América do Sul.

Levando-se em consideração o conceito de diplomacia militar já abordado anteriormente, analisaremos as atividades internacionais do Exército Brasileiro em categorias, conforme figura abaixo.



⁴⁹ DAEBAL, p. 19.

Figura 8: Categorias das atividades internacionais do EB dentro do contexto da diplomacia militar

Algumas observações precisam ser acrescentadas para melhor entendimento das categorias mostradas na Figura 8. Consideraremos intercâmbio qualquer troca de conhecimento ou experiência, abarcando tanto as atividades de ensino quanto às reuniões, conferências e simpósios bilaterais. Nesse sentido, as principais reuniões conferências e simpósios realizados pelo EB ou das quais ele faça parte são:

- Conferências Bilaterais de Estado-Maiores (CBEM), proposta do Exército Brasileiro, em 1989, buscando ampliar as conversações entre os Exércitos sul-americanos, em particular dos países limítrofes. Realizadas de dois em dois anos, alternando-se o exército anfitrião, procuram discutir temas de efetivo interesse de ambos os Exércitos, além de reforçar os laços de camaradagem entre os integrantes das Forças.

- Reuniões Regionais de Intercâmbio Militar (RRIM) - reuniões anuais entre o Exército Brasileiro e os Exércitos dos Países limítrofes, ambos representados por comitivas dos Comandos Militares das Áreas Fronteiriças contíguas, em localidades próximas à fronteira, alternando-se os comandos anfitriões. Os benefícios advindos dessas reuniões são inegáveis, principalmente na resolução ou minimização de problemas, envolvendo militares ou não, na faixa da fronteira; e

- Reuniões de Coordenação Militar (RCM), geralmente conduzida por Oficiais Gerais, junto aos países amigos, para tratarem de temas e assuntos específicos. Assim como ocorre com as RRIM, as RCM também são de caráter anual, contudo, podem ocorrer a qualquer momento, de acordo com o objeto a ser discutido.

Além disso, cabe aqui uma explicação sobre o que venham a ser operações de não guerra. As operações de não guerra para fins desse estudo serão todas as operações militares que não são utilizados o poder militar propriamente dito, como os meios bélicos. Assim, podem ser enquadrados nessa categoria as operações de ajuda humanitária e operações de paz. Os exercícios conjuntos também serão considerados todos aqueles que implicam planejamento militar, tendo se concretizado a sua realização ou não. Dessa forma, os exercícios de planejamento de Estado-Maior realizados em cartas topográfica e as atividades desenvolvidas em postos de observação (PO) compõem essa categoria. Por fim, na categoria

cooperação técnico-operacional procuraremos elencar aquelas mais específicas, como por exemplo a Missão de Cooperação Militar e o apoio técnico de manutenção de blindados e optrônicos prestado por uma equipe de militares de Material Bélico à Exércitos amigos.

3.2.1 Atividades internacionais do Exército Brasileiro para a América do Sul, no Governo FHC

As atividades internacionais inseridas no âmbito da diplomacia militar do Exército Brasileiro durante o governo de FHC serão apresentadas por país, levando-se em consideração os Acordos-Quadro celebrados entre os governos da República Federativa do Brasil e das nações amigas, seja no âmbito do Ministério da Defesa (MD), seja no âmbito do Ministério das Relações Exteriores (MRE) e o Relatório de Atividades Internacionais (RAI)⁵⁰.

Ademais, não podemos deixar de destacar a participação dos militares do Exército junto à MOMEF, como uma das mais importantes atividades realizadas na área internacional, durante o governo FHC. O Brasil se fez representar por 53 militares, sendo 36 militares do Exército: 01 General de Divisão – Coordenador Geral; 01 Oficial Chefe do Estado-Maior; 01 Oficial Superior Coordenador da Equipe de Apoio Multinacional; uma Seção de Logística composta por 14 militares; uma Seção de Aviação (quatro helicópteros Black Hawk) composta por 20 militares (pilotos, mecânicos de vôo, equipe de manutenção e militares de salvamento aéreo); e dois observadores militares. (GALASTRI, 2005, p. 50-52)

Os Acordos-Quadro, ou acordos bilaterais, são importantes por definirem as linhas gerais das atividades internacionais. A partir deles, as Forças Armadas podem planejar as suas atividades seguindo o interesse maior do Estado e de sua Política Externa. Os principais acordos bilaterais celebrados no governo FHC, no âmbito da segurança e defesa, com os países sul-americanos que implicaram na diplomacia militar do EB foram:

⁵⁰ O Relatório de Atividades Internacionais (RAI) é um documento elaborado no âmbito do EME, pela 5ª Sub-chefia. Sua principal finalidade é informar todas as atividades realizadas em âmbito internacional, seja fora ou dentro do Brasil. Além de elencar as atividades em si, o relatório também traz uma apreciação sobre o relacionamento dos Exércitos e o interesse geral do EB com relação ao Exército amigo.

| PAÍS | ACORDO BILATERAL |
|-----------|--|
| Argentina | <ul style="list-style-type: none"> - Memorando de Entendimento sobre Consulta e Coordenação entre o MD e MRE dos dois países, além do acompanhamento das questões de defesa de interesse mútuo (1997) - Acordo de Catalogação (1997) - Declaração de Criação do Grupo de Trabalho Bilateral de Defesa (2000) - Declaração Conjunta concordando em desenvolver Atividades de Cooperação e Apoio Mútuo nas Áreas de Recursos Humanos, Logística, Adestramento Operacional, Assistência Técnica e outras (2001) |
| Bolívia | - Declaração de Criação do Grupo de Trabalho Bilateral de Defesa (2000) |
| Colômbia | - Nenhum acordo na área de defesa foi assinado no período. |
| Chile | - Declaração de Criação do Grupo de Trabalho Bilateral de Defesa (2000) |
| Equador | <ul style="list-style-type: none"> - Declaração do Acordo de Paz entre Equador e Peru pelas Forças Armadas dos Países Garantes (1996) - Acordo sobre Provisão e Apoio à MOMEPE (1998) - Declaração Conjunta de Criação do Grupo de Trabalho Bilateral de Defesa (2002) |
| Guiana | - Nenhum acordo na área de defesa foi assinado no período. |
| Paraguai | - Acordo de Cooperação Militar (1995) |
| Peru | <ul style="list-style-type: none"> - Declaração Conjunta de Criação do Grupo de Trabalho Bilateral de Defesa (2002) - Plano de Provisão e Apoio à MOMEPE (1998) - Plano de Ação Brasil-Peru (1999) |
| Suriname | - Declaração de Interesse sobre Cooperação Militar (1995) |
| Uruguai | - Acordo de Cooperação em Matéria de Defesa (2010) |
| Venezuela | <ul style="list-style-type: none"> - Declaração Conjunta sobre Cooperação Militar (1998) - Declaração Conjunta Concordando em Desenvolver Atividades de Cooperação e Apoio Mútuo em Áreas de Interesse Comum (2000) |

Tabela 3: Tabela de Acordos Bilaterais celebrados no governo FHC
Elaborada pelo autor com base em documentos do MRE e MD

Após a visualização da tabela resumo dos Acordos Quadro acima, passaremos agora a estudar, especificamente, as atividades de diplomacia militar realizadas pelo Exército junto aos países sul-americanos.

3.2.1.1 Argentina

A diplomacia militar do EB junto a Argentina se apóia na necessidade de melhorar o conhecimento recíproco em todos os níveis, considerando-se, entre

outros fatores, a preocupação comum ligada à segurança e ao equilíbrio regionais e à manutenção da paz. Essa preocupação está comprovada pelo aumento das medidas de confiança mútua registradas nos relatórios da OEA e Junta Interamericana de Defesa (JID).

A cooperação em assuntos de defesa foi estabelecida em acordo assinado pelos dois países, conforme visto na tabela anterior.

Os intercâmbios militares entre Brasil e Argentina ocorrem desde longa data, particularmente na área de ensino e em visitas recíprocas. O EB mantém com o Exército Argentino Conferências Bilaterais de Estado-Maior (CBEM), Reuniões de Coordenação Militar (RCM), Simpósios de Estudos Estratégicos e Reuniões Regionais de Intercâmbio Militar (RRIM). Estas últimas com maior efetividade, pois realmente aproximam os militares que servem na faixa de fronteiras dos dois países.

Os Simpósios de Estudos Estratégicos foram iniciativas bilaterais entre Brasil e Argentina cuja primeira edição ocorreu em 1987, mas a partir de 1990 os participantes se multiplicaram, chegando em 1999 com quase todos os países sul-americanos participando das reuniões. (AGUILAR, 2010, p. 290)

No período em estudo, ocorreram três RRIM, a primeira delas aconteceu em Uruguiana, RS, em 2000. Em todas as edições sempre foram priorizadas as propostas para visitas e intercâmbios entre os militares de ambos os exércitos integrantes dos Comandos das Grandes Unidades situadas na faixa de fronteira do Brasil e da Brigada de Monte XII, da Argentina.

Outras atividades internacionais do EB junto à Argentina estão previstas nas Missões Permanentes, ou seja, aquelas que acontecem todos os anos. As Missões Permanentes do EB na Argentina são: Aditância Militar, com 01 Coronel e 01 Subtenente; Instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior, 01 Tenente Coronel; Aluno na Escola de Comando e Estado-Maior, 01 Major; e Instrutor do CAECOPAZ, também 01 Major. Seguindo o princípio da reciprocidade, a Argentina também tem a sua Aditância Militar no Brasil, 01 Oficial Aluno na Escola de Comando e Estado-Maior e outro como Instrutor.

Ademais, existem também as Missões eventuais, como os cursos e estágios realizados em ambos os países. Nesse contexto, entre 1995 e 2002, o Programa de Cursos e Estágios de Militares Estrangeiros no Exército Brasileiro (PCEMEEB)

ofereceu, em média, 05 vagas para cursos e estágios nas diversas Escolas e Centros de Instrução por ano.

Com relação ao Plano de Cursos e Estágios em Nações Amigas (PCENA), o Exército Brasileiro mandou para a Argentina, nesse mesmo período, cerca de vinte Oficiais e Sargentos para frequentarem diversos cursos e estágios nas Escolas e Centros de Instrução do Exército Argentino.

Quanto aos Exercícios Conjuntos, destaca-se a Operação Cruzeiro do Sul, iniciada em 1996 para adestramento de tropas e Estados-Maiores em Operações de Manutenção da Paz. Tal operação marcou a maturidade das relações entre os dois maiores países da América do Sul, materializando o aumento da cooperação militar entre os dois países. Em 2001, a Operação Cruzeiro do Sul foi substituída pela Operação Laço Forte, com a finalidade de “consolidar os laços de amizade, cooperação e confiança; compatibilização de conceitos, critérios doutrinários e metodologia empregada pelos dois exércitos; e a criação de condições para a interoperabilidade entre elementos dos dois exércitos.” (AGUILAR, 2010, p. 304-306) Foram empregados militares do Comando de Operações Terrestres (COTER) e da 2ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, por parte do Brasil e a Secretaria Geral do Estado-Maior do Exército Argentino e a 2ª Brigada Blindada da Argentina.

A experiência e o sucesso da Operação Cruzeiro do Sul permitiram aos exércitos de Brasil e Argentina, a partir de 1999, iniciarem exercícios de apoio à comunidades em estágio de emergência, configurando a preocupação com a participação em Operações de Não Guerra.

Dessa forma, o Exército Brasileiro empreendeu sua diplomacia militar junto ao Exército da Argentina, um de seus principais parceiros para a manutenção da paz e segurança regional, contribuindo para a cooperação ao invés do conflito.

3.2.1.2 Bolívia

Os militares bolivianos e brasileiros sempre buscaram um relacionamento fraterno e camarada, aspecto favorecido pelo intenso intercâmbio na área de ensino, principalmente na formação dos Oficiais bolivianos na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN).

Nesse contexto, as principais atividades internacionais do Exército Brasileiro junto à Bolívia estão baseadas nos diversos cursos e estágios oferecidos aos seus

militares. Entre 1995 e 2002, mais de 16 Oficiais bolivianos foram formados pela AMAN, recebendo as mesmas instruções e valores do Oficial brasileiro.

Além disso, muitos outros já formados anteriormente voltaram para o Brasil, a fim de cursarem a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e Escola de Comando e Estado Maior do Exército, praticamente tendo toda sua educação militar nos moldes do Exército Brasileiro, o que facilitará ainda mais as relações de amizade, fraternidade e confiança mútua no futuro.

Outro aspecto importante das atividades internacionais do EB junto à Bolívia são as Missões Permanentes. Aditância Militar, com 01 Coronel e 01 Subtenente; 02 Oficiais QEMA como instrutores de logística no Colégio Militar; 01 Oficial Superior instrutor do idioma Português no Colégio Militar do Exército; 01 Oficial como instrutor na Escola de Comando e Estado Maior (ECEM); 01 Oficial como instrutor na Escola Superior Tecnológica do Exército; e 01 Oficial Aluno na ECEM.

As Missões eventuais entre Brasil e Bolívia, entre os anos de 1995 e 2002, pertencentes ao Programa de Cursos e Estágios de Militares Estrangeiros no Exército Brasileiro (PCEMEEB) ofereceu dez vagas para cursos e estágios nas diversas Escolas e Centros de Instrução, por ano.

Com relação ao Plano de Cursos e Estágios em Nações Amigas (PCENA), o Exército Brasileiro mandou para a Bolívia, nesse mesmo período, cerca de dezoito Oficiais e Sargentos para frequentar diversos cursos e estágios nas Escolas e Centros de Instrução do Exército Boliviano.

O EB também realizou com o Exército Boliviano, no período em tela, seis RRIM entre os Comandos das 18ª Brigada de Infantaria de Fronteira e 5ª Divisão de Exército da Bolívia, duas Conferências Bilaterais de Estado-Maior (CBEM); e cerca de vinte visitas recíprocas de diversas delegações dos dois países.

Assim, o EB desenvolveu sua diplomacia militar com a Bolívia, durante o governo de FHC, por meio de intercâmbios na área de educação e ensino.

3.2.1.3 Chile

Em que pese não ser um país limítrofe do Brasil, o Chile sempre esteve muito próximo dos militares brasileiros, principalmente pela relevância das Forças Armadas do Chile no contexto regional.

As relações entre chilenos e brasileiros são tradicionalmente muito boas, principalmente entre as forças terrestres. Tal fato pode ser evidenciado pela existência de intercâmbios militares desde longa data, particularmente na área do ensino e na realização de visitas recíprocas.

Além disso, o Chile participa dos Simpósios de Estudos Estratégicos realizados no âmbito sul-americano desde 1994. Outra atividade internacional do EB junto ao Chile foram as três Conferências Bilaterais de Estados-Maiores ocorridas no período em estudo, que produziram importantes entendimentos nas áreas de segurança e defesa.

Ainda no âmbito dos intercâmbios, o EB mantém com o Exército Chileno Reuniões de Coordenação Militar (RCM).

As missões permanentes do EB no Chile são, a Aditância Militar, com 01 Coronel e 01 Subtenente; 01 Major ou Tenente Coronel Aluno do Curso Regular de Comando e Estado-Maior na Academia de Guerra; e 01 Major ou Tenente Coronel instrutor do Curso Regular de Comando e Estado-Maior na Academia de Guerra.

Por outro lado, o Chile mantém no Brasil 01 Adido Militar e seu Auxiliar; 01 Adjunto do Adido também Instrutor do Curso de Comando e Estado-Maior na ECEME; e 01 Oficial aluno do Curso de Comando e Estado-Maior na ECEME.

Ainda na área do ensino, os dois países mantêm visitas de intercâmbio entre os cadetes das suas Escolas de Formação, proporcionando a ampliação da amizade entre os dois exércitos para o futuro.

Ademais, entre 1995 e 2002, o Programa de Cursos e Estágios de Militares Estrangeiros no Exército Brasileiro (PCEMEEB) ofereceu 05 vagas para cursos e estágios nas diversas Escolas e Centros de Instrução, por ano.

Com relação ao Plano de Cursos e Estágios em Nações Amigas (PCENA), o Exército Brasileiro mandou para o Chile, nesse mesmo período, cerca de dezesseis Oficiais e Sargentos para frequentar diversos cursos e estágios nas Escolas e Centros de Instrução do Exército Chileno.

Dessa forma, o EB manteve suas atividades de diplomacia militar no Chile, durante o governo de FHC.

3.2.1.4 Colômbia

Em que pese o Brasil não ter assinado nenhum acordo com a Colômbia no período em pauta, o EB foi ativo em suas relações com o Exército Colombiano.

A Colômbia é um vizinho que requer grande atenção na área de segurança e defesa, tendo em vista os problemas decorrentes da luta interna contra as Forças Armadas Colômbianas (FARC). Nesse contexto, o EB e o Exército Colombiano sempre mantiveram estreitas ligações.

O episódio do Traíra⁵¹, em 1991, e suas consequências imediatas por parte dos dois exércitos evidenciam tal relacionamento.

A Colômbia participa dos Simpósios de Estudos Estratégicos realizados no âmbito sul-americano desde 1999. O EB realizou junto à Colômbia, em 2002, uma Conferência Bilateral de Estados-Maiores, resultando em importantes memorandos para as áreas de segurança e defesa.

Ademais, no período considerado, o EB e o Exército Colombiano realizaram oito Reuniões Regionais de Intercâmbio Militar (RRIM), assinando acordos e propostas para o aprimoramento do relacionamento das tropas na faixa de fronteira entre os países. O ambiente de amizade e camaradagem entre os dois exércitos, construído ao longo desses encontros, pode ser notado na região de Tabatinga-Letícia, local onde as tropas realizam as maiores interações.

O EB manteve na Colômbia, durante esse período, 01 Coronel Adido Militar; 01 Subtenente Auxiliar do Adido, 02 Oficiais e 06 Subtenentes para a missão de Segurança da Embaixada, 01 Oficial instrutor da Escola Superior de Guerra e 01 Oficial Aluno (Maj) da mesma Escola, 01 Capitão instrutor e 01 Subtenente monitor de Pentatlo Militar; 01 Capitão professor de português no Instituto de Idiomas; 02 Sargentos Monitores desportivos, 01 Capitão Instrutor/Assessor da Escola de Guerra na Selva, 01 Capitão e 01 Sargento instrutores no Departamento de Educação Física do Centro de Alto Rendimento da Escola Militar de Cadetes “General José Maria Córdova”, 01 Subtenente instrutor de Veículo Blindado de

⁵¹ As FARC invadiram o território brasileiro, em 26 de fevereiro de 1991, e atacaram uma base militar do EB às margens do Rio Traíra. Na ocasião, três militares brasileiros foram mortos e muitas armas e munições foram roubadas. Imediatamente após o incidente, os dois países e os dois exércitos acordaram as ações que seriam desencadeadas para a recuperação do armamento e munição. Ações militares brasileiras foram desencadeadas em território colombiano, com autorização da Colômbia, e ajuda do seu exército.

Reconhecimento EE-9 e EE-11 na Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos do Exército, e 03 Capitães monitores da Missão de desminagem.

A Colômbia, por sua vez, manteve no Brasil apenas seu Adido Militar e seu Auxiliar do Adido Militar, devido o envolvimento seus quadros na luta contra as FARC.

O Programa de Cursos e Estágios de Militares Estrangeiros no Exército Brasileiro (PCEMEEB) ofereceu, em média, 10 vagas para cursos e estágios nas diversas Escolas e Centros de Instrução por ano, perfazendo um total aproximado de 80 militares colombianos em atividades de ensino no Brasil.

Já no Plano de Cursos e Estágios em Nações Amigas (PCENA), o Exército Brasileiro mandou para a Colômbia, nesse mesmo período, cerca de dez Oficiais e Sargentos para frequentarem diversos cursos e estágios nas Escolas e Centros de Instrução do Exército Colombiano.

Assim, o EB manteve suas atividades internacionais junto ao Exército Colombiano, buscando aproximar seus militares para a facilitação de um ambiente de paz e cooperação na região.

3.2.1.5 Equador

Assim como o Chile, o Equador também não possui fronteira com o Brasil. Contudo, a relação entre os seus exércitos não é menos importante ou menos intensa do que com os demais países fronteiriços.

As relações entre brasileiros e equatorianos são consideradas muito boas, principalmente entre seus exércitos. O EB é bastante admirado e respeitado no Equador, principalmente pelas atividades desenvolvidas por militares brasileiros na MOMEF, conforme visto anteriormente.

As principais atividades de diplomacia militar do EB foram, além da sua participação junto aos equatorianos na MOMEF, na área do ensino e na realização de visitas recíprocas e reuniões.

No período, foram realizadas duas Conferências Bilaterais de Estados-Maiores, visando maior aproximação e conhecimento entre as forças.

As missões permanentes do EB no Equador são, a Aditância Militar, com 01 Coronel e 01 Subtenente; 01 Oficial Superior assessor e instrutor da Academia de Guerra do Exército; 01 Oficial Superior assessor e instrutor da Escola Politécnica do

Exército; 01 Equipe de Desminagem na Missão para Remoção de Minas na América do sul (MARMINAS), composta por 01 Coronel, 02 Capitães e 01 Tenente.

O Equador mantém no Brasil 01 Adido Militar e seu Auxiliar; 01 Instrutor do Curso de Comando e Estado-Maior na ECEME; e 01 Oficial aluno do Curso de Comando e Estado Maior na ECEME.

Ainda na área de ensino, os dois países também mantiveram visitas de intercâmbio entre os cadetes das suas Escolas de Formação, estreitando os laços de amizade entre os dois exércitos.

O Programa de Cursos e Estágios de Militares Estrangeiros no Exército Brasileiro (PCEMEEB) contemplou o Exército do Equador com mais de 60 vagas para os diversos cursos e estágios em suas Escolas e Centros de Instrução.

Com relação ao Plano de Cursos e Estágios em Nações Amigas (PCENA), o Exército Brasileiro mandou para o Equador oito Oficiais e Sargentos para frequentarem diversos cursos e estágios nas Escolas e Centros de Instrução de seu exército.

3.2.1.6 Guiana

Durante os dois mandatos de FHC, o Brasil não assinou nenhum acordo com a Guiana na área de Defesa. Contudo, o EB procurou manter suas atividades internacionais junto à Força de Defesa da Guiana (GDF).

As principais atividades estiveram relacionadas aos intercâmbios na área de Ensino. Assim, entre 1995 e 2002, o EB recebeu cerca de 80 militares guianenses em suas Escolas e Centros de Instrução. Dentre eles destacam-se os oito militares que vieram cursar a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) e outros oito que cursaram a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, realizando o Curso de Comando e Estado-Maior para Oficiais de Nações Amigas.

Além disso, o EB também manteve junto à Embaixada Brasileira em Georgetown sua Aditância, com 01 Coronel Adido Militar e 01 Subtenente Auxiliar de Adido.

3.2.1.7 Paraguai

O Paraguai é um dos países com o qual o Brasil tem mais atuado no âmbito de sua diplomacia militar.

As relações entre os dois exércitos remonta o período pós-Guerra da Tríplice Aliança, em 1870. Contudo, após anos de Cooperação Militar, em 1994 a MMBIP foi extinta por iniciativa do Paraguai, sendo a decisão imediatamente aceita pelo Brasil.

O acordo assinado em 24 de julho de 1995 entre os governos brasileiro e paraguaio remodelou a Missão de Cooperação Brasileira no Paraguai (MBCP), como já foi abordado anteriormente. Em 1996, o acordo entrou em vigor e o EB retomou suas atividades internacionais junto ao país vizinho. Assim, a nova missão de cooperação passou a contar com 09 militares assim distribuídos:

- 01 Coronel QEMA , Ch da MBCP (também Adido de Defesa e do Exército)
- 06 Oficiais Superiores QEMA, Assessores de Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia, Comunicações e Logística; e
- 02 Subtenentes Auxiliares.

As principais atividades realizadas pelo EB junto ao Exército paraguaio estão concentradas na área do ensino. Para se ter uma ideia da influência do ensino militar brasileiro no Paraguai, entre 1995 e 2002, cerca de seis Cadetes paraguaios adentraram os portões da AMAN todos os anos, perfazendo um total de 48 oficiais paraguaios formados pelo EB, aprendendo os mesmos valores e as mesmas tradições que os oficiais brasileiros. Nesse mesmo período foram matriculados mais de dez Capitães paraguaios na EsAO, muitos deles já oriundos da própria AMAN. A ECEME também recebeu a mesma quantidade de Oficiais Superiores, alguns dos quais já velhos conhecidos dos militares brasileiros, pois cursaram as duas escolas anteriores também no Brasil. Dessa forma, muitos oficiais paraguaios possuem a mesma formação militar dos oficiais brasileiros, o que facilita entendimentos e amplia a confiança mútua entre os dois exércitos. No campo afetivo, há uma grande identificação entre o militar paraguaio e o brasileiro, o que reforçando a percepção de uma relação de irmandade entre os dois Exércitos.

Concernente às conferências e reuniões, no período considerado, foram realizadas oito RRIM e duas Conferências Bilaterais de Estado Maior (CBEM), além de inúmeras visitas mútuas e intercâmbios das Escolas Militares.

As Reuniões Regionais de Intercâmbio Militar (RRIM) entre as tropas brasileiras e paraguaias ocorrem tanto por parte da 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, como da 15ª Brigada de Infantaria Mecanizada, localizadas em Dourados-MS e Cascavel-PR, respectivamente. Além das reuniões formais, ainda

ocorrem visitas informais entre as tropas da fronteira, bem como a participação em cerimoniais comemorativos em ambos os países.

O Programa de Cursos e Estágios de Militares Estrangeiros no Exército Brasileiro (PCEMEEB) contemplou o Exército do Paraguai, ao longo dos oito anos dos governos de FHC, com mais de 160 vagas para os diversos cursos e estágios em suas Escolas e Centros de Instrução.

Com relação ao Plano de Cursos e Estágios em Nações Amigas (PCENA), o Exército Brasileiro mandou para o Paraguai, no mesmo período, doze Oficiais e Sargentos para frequentarem diversos cursos e estágios nas Escolas e Centros de Instrução do Exército Paraguaio.

Assim, pelos dados apresentados, pode-se perceber a grande influência militar do Exército Brasileiro junto ao Exército Paraguaio, sendo o país sul-americano no qual o EB mais realizou atividades de diplomacia militar.

3.2.1.8 Peru

O Exército Brasileiro estreitou os laços com o Exército Peruano durante as missões conjuntas na MOMEF. O elevado grau de profissionalismo do militar brasileiro para a solução do impasse entre Peru e Equador fortaleceu a imagem do EB junto aos militares peruanos.

Segundo apreciação do Relatório de Atividades Internacionais (RAI), o Exército Peruano (EP) considera o EB um aliado importante no processo de integração regional e uma alternativa relevante para sua reestruturação e modernização, particularmente no tocante ao ensino, ciência e tecnologia, inteligência, comando e controle e doutrina militar.

Assim sendo, as principais atividades internacionais conduzidas pelo EB junto ao EP, além das ações da MOMEF, foram baseadas em intercâmbios de ensino, reuniões e conferências.

Entre 1995 e 2002, cerca de dez cadetes peruanos foram matriculados na AMAN, mesma quantidade de militares também frequentou a EsAO e a ECEME, no mesmo período. Além destes, mais 48 militares peruanos frequentaram as outras Escolas e Centros de Instrução do EB, realizando diversos cursos e estágios com os militares brasileiros. Por outro lado, o EB mandou cerca de oito militares para realizarem cursos de altos estudos na Escola de Guerra peruana.

Além disso, o EB ainda manteve as seguintes missões e cargo de caráter permanente no Peru: Aditância Militar, com 01 Coronel e 01 Subtenente; 01 Major como Instrutor junto à Escola de Guerra; 05 Capitães como Instrutores de Guerra Eletrônica junto à Escola de Comunicações; e 01 capitão como Instrutor na Escola de Selva. Já o Peru manteve sua Aditância Militar no Brasil com 01 Coronel e 01 Subtenente.

As Reuniões Regionais de Intercâmbio Militar (RRIM) com o Peru iniciaram-se em 1995, chegando ao total de oito encontros em 2002. Já com relação às Conferências Bilaterais de Estado Maior (CBEM), foram realizadas duas, uma em 1999 e outra em 2001.

As RRIM com o Peru são conduzidas pela 17ª Brigada de Infantaria de Selva, sediada em Porto Velho-RO, com a participação da 16ª Brigada de Infantaria de Selva, de Tefé-AM, pois também possui em sua área de responsabilidade fronteira com o Peru.

3.2.1.9 Suriname

As relações entre os Exércitos do Brasil e Suriname ganharam impulso após a assinatura da declaração de intenção de cooperação na área de defesa, em 1995. O acordo visou “a cooperação e intercâmbio militar nas áreas de treinamento, saúde, cultura, desportos, e assistência material e técnica.”⁵²

Contudo, poucas atividades foram realizadas pelo EB entre 1995 e 2002, além dos intercâmbios na área de ensino. No período considerado, oito militares do Exército do Suriname frequentaram a EsAO e outros oito frequentaram a ECEME. Além destes outros 32 militares realizaram cursos nas demais Escolas e Centros de Instrução do EB, no mesmo período.

Com relação às reuniões e conferências, apenas uma Reunião Regional de Intercâmbio Militar (RRIM) foi realizada em 2002.

O EB manteve como missões permanentes 01 Coronel, Adido Militar, e 01 Subtenente, Auxiliar do Adido Militar.

⁵² Declaração de Cooperação na Área de Defesa entre Brasil e Suriname, em 1995.

3.2.1.10 Uruguai

As relações do Exército Brasileiro junto ao Exército Uruguaio existem desde muito tempo, tendo se consolidado ao longo dos anos.

Nos governos de FHC, o EB priorizou o aprofundamento das relações com o Uruguai, bem como com os demais exércitos dos demais integrantes do Mercosul, devido à importância que o país deu ao processo de integração regional.

Assim, entre 1995 e 2002, o EB realizou várias atividades internacionais junto ao Exército do Uruguai, principalmente nos intercâmbios na área de ensino. No período considerado, mais de 56 militares uruguaios frequentaram os bancos escolares do Exército Brasileiro, sejam na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, ou em qualquer outro Centro de Instrução. Da mesma forma, o EB enviou, no mesmo período, cerca de dez oficiais para realizarem cursos no Uruguai. A grande maioria para o Curso de Comando e Estado-Maior.

Além disso, o EB ainda teve como missões permanentes, a presença de um Coronel, Adido Militar; e um Subtendente, Auxiliar do Adido Militar.

Com relação às reuniões, simpósios e conferências, foram realizados dois Simpósios de Estudos Estratégicos, um em Montevideu, em 1997; e outro em Brasília, em 1999. (AGUILAR, 2010, p. 291) Ocorreram, ainda, duas Conferências Bilaterais de Estado Maiores, em 1999 e 2001; e oito Reuniões Regionais de Intercâmbio Militar, conduzidas particularmente pela 2ª Briгада de Cavalaria Mecanizada.

3.2.1.11 Venezuela

As relações do EB com o Exército Venezuelano também é de longa data e sempre foram próximas.

Assim como ocorreu com os demais exércitos sul-americanos, as atividades de diplomacia militar do EB junto aos militares venezuelanos também é maior na área de ensino, onde o intercâmbio é intenso. Tal assertiva é corroborada pelos dados levantados junto à 5ª Subchefia do Estado Maior do Exército, que entre 1995 e 2002, cerca de vinte militares venezuelanos frequentaram, anualmente, as Escolas e Centros de Instrução do EB, perfazendo um total de cento e sessenta militares em

oito anos. Nesse mesmo período, o EB mandou dezesseis militares para frequentarem cursos no Exército Venezuelano.

Ademais, foram realizadas oito Reuniões Regionais de Intercâmbio Militar (RRIM) resultando em entendimentos práticos para as ações junto à faixa de fronteira dos dois países.

A tabela abaixo consolida os dados das atividades realizadas pelo EB, junto a todos os países sul-americanos nos governos de FHC.

| PAÍS | Cursos Estágios Intercâmbios | Reuniões Conferências | **Visitas | Operações Exércicios Manobras | *Missões Permanentes |
|------------------|-------------------------------------|------------------------------|------------------|--------------------------------------|-----------------------------|
| Argentina | 60 | 3 | 15 | 8 | 5 |
| Bolívia | 111 | 8 | 20 | 0 | 8 |
| Colômbia | 90 | 9 | 32 | 0 | 24 |
| Chile | 56 | 3 | 18 | 0 | 4 |
| Equador | 68 | 2 | 23 | 0 | 9 |
| Guiana | 80 | 0 | 16 | 0 | 2 |
| Paraguai | 172 | 10 | 43 | 0 | 12 |
| Peru | 66 | 10 | 27 | 0 | 10 |
| Suriname | 48 | 0 | 15 | 0 | 10 |
| Uruguai | 56 | 10 | 35 | 0 | 4 |
| Venezuela | 176 | 8 | 18 | 0 | 3 |

* As Missões Permanentes não mostram a sua totalidade dentro do período, mas sim a quantidade de cargos permanentes que o Brasil possui em determinado país.

**As visitas aqui estão sendo consideradas todas, independentemente de serem individuais, ou em comitivas ou delegações.

Tabela 4: Resumo das Atividades Internacionais do EB junto aos Países sul-americanos entre 1995 e 2002⁵³

O gráfico abaixo representa os dados da tabela acima, facilitando a percepção visual das atividades realizadas pelo EB junto à região, no período de 1995-2002.

⁵³ Preparada pelo Autor com base nos dados constantes nos RAI e Tabelas da 1ª Subchefia do Estado Maior do Exército.

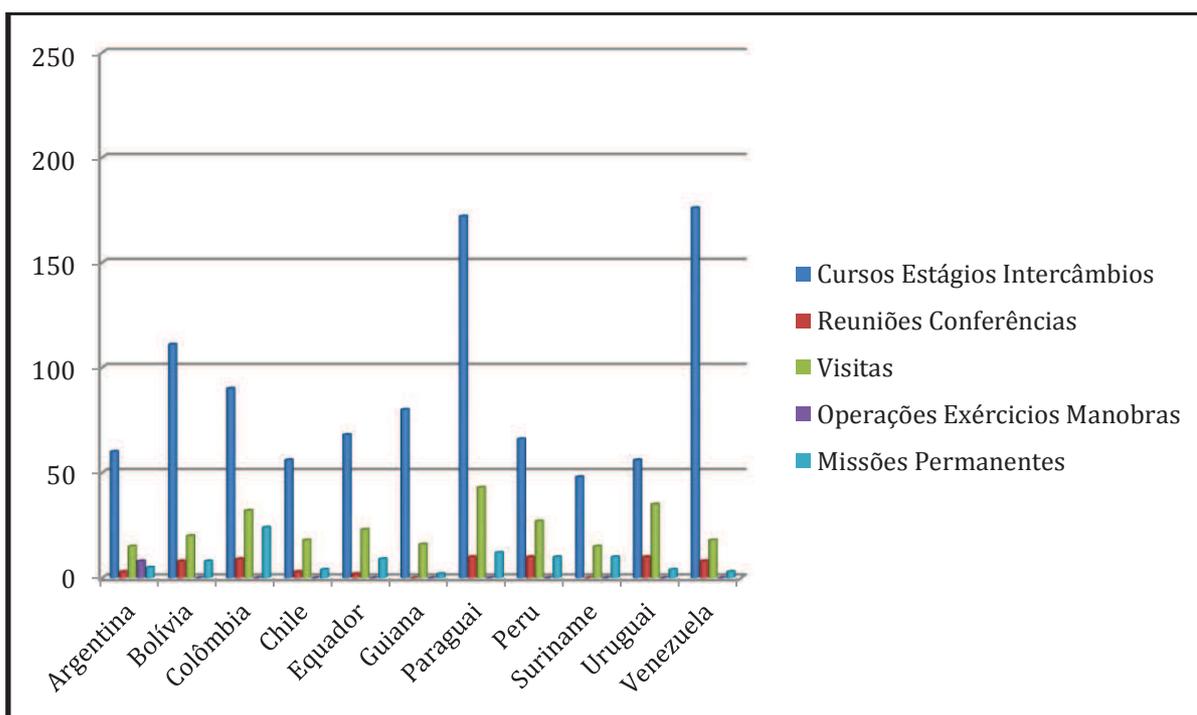


Gráfico 1: Representação dos dados da Tabela 4

3.2.2 Atividades internacionais do Exército Brasileiro para a América do Sul, no governo Lula

Da mesma forma que apresentamos as atividades internacionais do EB, inseridas no âmbito da diplomacia militar, durante o governo de FHC, também faremos aqui, no período do governo Lula, utilizando os Acordos-Quadro celebrados pelo Brasil e o Relatório de Atividades Internacionais (RAI), para fins de comparação entre os dois governos.

Com relação aos Acordos-Quadro, ou acordos bilaterais, celebrados no governo Lula, no âmbito da segurança e defesa, com os países sul-americanos, que implicaram na diplomacia militar do EB destacam-se:

| PAÍS | ACORDO BILATERAL |
|-----------|---|
| Argentina | <ul style="list-style-type: none"> - Acordo Quadro de Cooperação em Matéria de Defesa (2005) - Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica na Área de Tecnologia Militar - Veículo GAÚCHO (2005) - Declaração Conjunta Brasil-Argentina (2008) - Protocolo Complementar ao Acordo de Cooperação (2008) |

| | |
|-----------|--|
| Bolívia | - Acordo sobre Cooperação no Domínio da Defesa (2007) |
| Colômbia | - Acordo sobre Cooperação em Matéria da Defesa (2008) - Memorando de Entendimento para a Cooperação no Combate a Fabricação e Tráfico Ilícito de Armas de Fogo, Munições, Acessórios, Explosivos e outros materiais afins (2008) |
| Chile | - Acordo sobre Cooperação no Domínio da Defesa (2007) |
| Equador | - Acordo sobre Cooperação no Domínio da Defesa (2007) |
| Guiana | - Acordo de Cooperação relativos à área de Defesa (2009) |
| Paraguai | - Memorando de Entendimento para Envio de Pel Fuz junto com as Forças Brasileiras (2006) - Acordo sobre Cooperação no Domínio da Defesa (2007) - Arranjo Técnico entre o Exército Brasileiro e o Exército Paraguai Relativo à Cooperação na Manutenção de Viaturas Blindadas Militares (2007) - Declaração Conjunta criando do Mecanismo 2+2 de Consulta e Avaliação Estratégica envolvendo o MD e MRE dos dois Países (2007) |
| Peru | - Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Matéria de Proteção e Vigilância da Amazônia (2003) - Acordo de Cooperação em Matéria de Defesa (2006) - Declaração criando Mecanismo de Consulta MRE + MD dos dois países (2006) - Declaração de Cooperação em Matéria de Proteção e Vigilância da Amazônia (2006) |
| Suriname | - Acordo de Cooperação em Matéria de Defesa (2008) |
| Uruguai | - Acordo de Cooperação em Matéria de Defesa (2010) |
| Venezuela | - Nenhum acordo na área de defesa foi assinado no período. |

Tabela 5: Tabela de Acordos Bilaterais celebrados no governo Lula
Elaborada pelo autor com base em documentos do MRE e MD

Percebe-se, pelo quadro acima, um incremento nos acordos celebrados entre o Brasil e os demais países da América do Sul, ratificando a evolução do processo de integração regional, inclusive no campo da segurança e defesa.

Dessa forma, passaremos a verificar especificamente as atividades de diplomacia militar realizadas pelo Exército com cada país sul-americano

3.2.2.1 Argentina

As relações do EB com o Exército da Argentina mantiveram em uma crescente, entre os anos de 2003 e 2010.

Além dos acordos já assinados entre os dois países anteriormente, no governo Lula houve uma ampliação nesses acordos, conforme visto na tabela anterior.

Merece destaque o ajuste complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica na Área de Tecnologia Militar, de 2005, para a fabricação conjunta de um veículo militar leve denominado GAÚCHO.

Com relação às reuniões e conferências, o período foi muito proveitoso para o EB. Foram realizadas quatro Conferências Bilaterais de Estado-Maiores (CBEM) e oito Reuniões Regionais de Intercâmbio Militar (RRIM). Além disso, em 2009 iniciaram-se as Reuniões de Coordenação Militar (RCM), para tratarem de assuntos mais específicos de interesse mútuo, como assuntos de inteligência.

Assim como no período anterior, as RRIM priorizaram as propostas para visitas e intercâmbios entre os militares de ambos os exércitos integrantes dos Comandos das Grandes Unidades situadas na faixa de fronteira do Brasil e da Brigada de Monte XII, da Argentina.

Ademais, foram mantidos os mesmos cargos previstos nas missões permanentes, ou seja: Aditância Militar, com 01 Coronel e 01 Subtenente; Instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior, 01 Tenente Coronel; Aluno na Escola de Comando e Estado-Maior, 01 Major; e Instrutor do CAECOPAZ, também 01 Major. De maneira análoga, a Argentina também manteve sua Aditância Militar no Brasil, 01 Oficial Aluno na Escola de Comando e Estado-Maior e outro como Instrutor.

O Programa de Cursos e Estágios de Militares Estrangeiros no Exército Brasileiro (PCEMEEB) entre 2003 e 2010 ofereceu as seguintes quantidades de vagas para os diversos cursos e estágios nas Escolas e Centros de Instrução:

| ANO | VAGAS |
|--------------|--------------|
| 2003 | 6 |
| 2004 | 8 |
| 2005 | 4 |
| 2006 | 11 |
| 2007 | 17 |
| 2008 | 20 |
| 2009 | 21 |
| 2010 | 27 |
| TOTAL | 114 |

Tabela 6: Quantidade de Vagas para a Argentina⁵⁴

Com relação ao Plano de Cursos e Estágios em Nações Amigas (PCENA), o Exército Brasileiro mandou para a Argentina, nesse mesmo período, 47 militares, entre Oficiais e Sargentos, para frequentarem diversos cursos e estágios nas Escolas e Centros de Instrução do Exército Argentino.

Ademais, foram realizadas cerca de 80 visitas mútuas entre os dois exércitos, ampliando ainda mais as relações bilaterais. Assim, as atividades internacionais do Exército Brasileiro junto ao Exército da Argentina foram ampliadas no governo Lula.

3.2.2.2 Bolívia

Da mesma forma que ocorreu no governo FHC, as principais atividades internacionais do Exército Brasileiro junto à Bolívia foram baseadas na cooperação na área de educação, oferecendo diversos cursos e estágios aos seus militares. O Exército Boliviano enviou nove Cadetes para cursarem a AMAN entre 2003 e 2010.

Soma-se a isso a quantidade de militares que vieram ao Brasil realizar algum curso ou estágio pelo PCEMEEB. Segundo dados da 1ª Subchefia do Estado Maior do Exército, o Exército Boliviano mandou para as Escolas e Centros de Instrução do EB mais 75 militares. Destacam-se aqui os militares que cursaram a EsAO e a ECEME, pela importância dessas Escolas para o aperfeiçoamento e qualificação dos oficiais que nelas estudam.

| ANO | VAGAS |
|------------|--------------|
| 2003 | 05 |
| 2004 | 07 |
| 2005 | 08 |
| 2006 | 02 |
| 2007 | 25 |
| 2008 | 13 |
| 2009 | 06 |
| 2010 | 09 |

⁵⁴ Elaborada pelo Autor com base nos dados das Tabelas do PCEMEEB da 1ª Subchefia do Estado Maior do Exército.

| | |
|--------------|-----------|
| TOTAL | 75 |
|--------------|-----------|

Tabela 7: Quantidade de Vagas para a Bolívia⁵⁵

Com relação ao Plano de Cursos e Estágios em Nações Amigas (PCENA), o Exército Brasileiro mandou para a Bolívia, nesse mesmo período, cinco Oficiais para frequentarem o Curso de Comando e Estado-Maior na ECEM.

Já no tocante às missões permanentes permaneceram as mesmas da época dos governos de FHC: Aditância Militar, com 01 Coronel e 01 Subtenente; 02 Oficiais QEMA como instrutores de logística no Colégio Militar; 01 Oficial Superior instrutor do idioma Português no Colégio Militar do Exército; 01 Oficial como instrutor na ECEM; 01 Oficial como instrutor na Escola Superior Tecnológica do Exército; e 01 Oficial Aluno na ECEM.

O número de visitas mútuas foi em média sete por ano, totalizando cerca de cinquenta visitas de delegações de ambos os exércitos no período considerado. O EB também realizou com o Exército Boliviano oito RRIM entre os Comandos das 17ª Brigada de Infantaria de Selva e 5ª Divisão de Exército da Bolívia, quatro Conferências Bilaterais de Estado-Maiors (CBEM) e duas Reuniões de Coordenação Militar (RCM).

3.2.2.3 Chile

Assim como ocorreu no período estudado anteriormente, as atividades de diplomacia militar do EB junto ao Exército Chileno foram dominadas pelos intercâmbios na área do ensino, nas visitas mútuas e nas conferências e reuniões.

A inexistência das RRIM, tendo em vista a não existência de fronteiras entre os dois países, não comprometeu as relações dos exércitos. Foram realizadas quatro Conferências Bilaterais de Estados-Maiors e três Reuniões de Coordenação Militar (RCM) no período em estudo.

Foram mantidas as mesmas missões permanentes do EB no Chile: a Aditância Militar, com 01 Coronel e 01 Subtenente; 01 Major ou Tenente Coronel Aluno do Curso Regular de Comando e Estado-Maior na Academia de Guerra; e 01 Major ou Tenente Coronel instrutor do Curso Regular de Comando e Estado-Maior na Academia de Guerra.

⁵⁵ Elaborada pelo Autor com base nos dados das Tabelas do PCEMEEB da 1ª Subchefia do Estado Maior do Exército.

Da mesma forma, o Chile também manteve no Brasil 01 Adido Militar e seu Auxiliar; 01 Adjunto do Adido também Instrutor do Curso de Comando e Estado Maior na ECEME; e 01 Oficial aluno do Curso de Comando e Estado Maior na ECEME.

O Programa de Cursos e Estágios de Militares Estrangeiros no Exército Brasileiro (PCEMEEB) concedeu 61 vagas para cursos e estágios nas diversas Escolas e Centros de Instrução do EB.

| ANO | VAGAS |
|--------------|--------------|
| 2003 | 05 |
| 2004 | 02 |
| 2005 | 10 |
| 2006 | 07 |
| 2007 | 08 |
| 2008 | 08 |
| 2009 | 10 |
| 2010 | 08 |
| TOTAL | 58 |

Tabela 8: Quantidade de Vagas para o Chile⁵⁶

Por outro lado, o Plano de Cursos e Estágios em Nações Amigas (PCENA) permitiu o envio de 43 militares do Exército Brasileiro para frequentarem cursos e estágios nas Escolas e Centros de Instrução do Exército Chileno.

As visitas de intercâmbio entre os cadetes das suas Escolas de Formação também foram mantidas, possibilitando a permanência do maior entrosamento entre a juventude militar brasileira e chilena.

3.2.2.4 Colômbia

Ao contrário do que aconteceu na gestão de FHC, quando não foi assinado qualquer acordo na área de defesa, nos governos Lula foram assinados o Acordo sobre Cooperação em Matéria da Defesa (2008) e o Memorando de Entendimento

⁵⁶ Elaborada pelo Autor com base nos dados das Tabelas do PCEMEEB da 1ª Subchefia do Estado Maior do Exército.

para a Cooperação no Combate a Fabricação e Tráfico Ilícito de Armas de Fogo, Munições, Acessórios, Explosivos e outros materiais afins (2008).

No âmbito das conferências e reuniões, o EB realizou quatro Conferências Bilaterais de Estado-Maior, ratificando importantes memorandos nas áreas de segurança e defesa; oito RRIM; e oito Reuniões de Coordenação Militar (RCM).

Assim como no período anterior, o EB manteve na Colômbia 01 Coronel Adido Militar; 01 Subtenente Auxiliar do Adido, 02 Oficiais e 06 Subtenentes para a missão de Segurança da Embaixada, 01 Oficial instrutor da Escola Superior de Guerra e 01 Oficial Aluno (Maj) da mesma Escola, 01 Capitão instrutor e 01 Subtenente monitor de Pentatlo Militar; 01 Capitão professor de português no Instituto de Idiomas; 02 Sargentos Monitores desportivos, 01 Capitão Instrutor/Assessor da Escola de Guerra na Selva, 01 Capitão e 01 Sargento instrutor no Departamento de Educação Física do Centro de Alto Rendimento da Escola Militar de Cadetes “General José Maria Córdova”, 01 Subtenente instrutor de Veículo Blindado de Reconhecimento EE-9 e EE-11 na Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos do Exército, e 03 Capitães monitores da Missão de desminagem.

O Programa de Cursos e Estágios de Militares Estrangeiros no Exército Brasileiro (PCEMEEB) ofereceu 58 vagas para cursos e estágios nas diversas Escolas e Centros de Instrução do EB.

| ANO | VAGAS |
|--------------|--------------|
| 2003 | 04 |
| 2004 | - |
| 2005 | 09 |
| 2006 | 08 |
| 2007 | 05 |
| 2008 | 04 |
| 2009 | 03 |
| 2010 | 25 |
| TOTAL | 58 |

Tabela 9: Quantidade de Vagas para a Colômbia⁵⁷

⁵⁷ Elaborada pelo Autor com base nos dados das Tabelas do PCEMEEB da 1ª Subchefia do Estado Maior do Exército.

Já no Plano de Cursos e Estágios em Nações Amigas (PCENA), o Exército Brasileiro mandou para a Colômbia 68 militares, entre Oficiais e Sargentos, para frequentarem diversos cursos e estágios nas Escolas e Centros de Instrução do Exército Colombiano. Percebe-se que o EB mandou mais militares para a Colômbia do que recebeu, demonstrando a importância de se fazer presente junto ao Exército Colombiano, pela sua capacidade operacional e sua importância no contexto regional, em função de sua atuação contra as FARC e pela existência do Plano Colômbia⁵⁸.

Além disso, foram realizadas entre 2003 e 2010 cerca de vinte visitas mútuas e seminários em ambos os países, anualmente, perfazendo mais de cem atividades internacionais envolvendo o EB e o Exército colombiano.

As operações de não guerra também estiveram presentes na diplomacia militar do EB junto ao governo colombiano. O acordo assinado entre o governo brasileiro e o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) – Delegação da Colômbia, previu a “cessão temporária de helicópteros tripulados para transporte de pessoas e/ou carga, em território colombiano, no quadro de atividades humanitárias do CICV”.⁵⁹ Dessa forma, foram empregadas aeronaves de asas rotativas da Aviação do Exército para o resgate de dois reféns que estavam em poder das FARC, 2009.

Ademais, o EB também participou ativamente na operacionalização da Operação BRACOLPER (Brasil-Colômbia-Peru), motivada por demandas dos três países para “participação combinada e desenvolvimento de estratégias comuns para o combate aos delitos transnacionais e transfronteiriços”.⁶⁰ De acordo com a síntese, a Operação começou a ser delineada em reunião tripartite, tendo por base a “Coordenação de Ações nas Áreas de nossas Fronteira”. Na ocasião, o Brasil foi convidado a participar da Operação, o que ocorreu por meio do estabelecimento de Postos de Controle (P Contr) em Yabari e Ipiranga, além da participação de um

⁵⁸ O Plano Colômbia foi criado pelos EUA, em 2001, para auxiliar a Colômbia no combate à produção e o tráfico internacional de cocaína. A ajuda consiste em recursos financeiros e material de emprego militar para as Forças Armadas Colombianas.

⁵⁹ Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Comitê Internacional da Cruz Vermelha – Delegação da Colômbia sobre Apoio Logístico para Fins de Ajuda Humanitária.

⁶⁰ Síntese sobre a Op BRACOLPER elaborada pelo COTER (Comando de Operações Terrestres), em 2013.

oficial de Estado-Maior do Comando Militar da Amazônia, nas reuniões preparatórias.

3.2.2.5 Equador

Os resultados obtidos pela MOMEF, no período anterior, deixou importante legado para as relações entre os militares brasileiros e equatorianos.

Segundo o RAI (2010), a cooperação militar com o Equador apóia-se na necessidade de aprimorar o conhecimento recíproco em todos os níveis, levando-se em consideração vários fatores, particularmente a segurança regional.⁶¹

As relações entre o EB e o Exército do Equador foram fortalecidas no período em estudo. A diplomacia militar continuou sendo realizada com enfoque na área do ensino e na realização de visitas recíprocas e reuniões.

A assinatura do Acordo de Cooperação na Área de Defesa, em 2007, ampliou consideravelmente as atividades internacionais do EB com o Exército do Equador, como pode ser atestado pelo aumento das quantidades de vagas ofertadas para militares equatorianos realizarem cursos e estágios no Brasil, a partir de 2008.

O Programa de Cursos e Estágios de Militares Estrangeiros no Exército Brasileiro (PCEMEEB) contemplou o Exército do Equador com 126 vagas para os diversos cursos e estágios em suas Escolas e Centros de Instrução, conforme tabela abaixo.

| ANO | VAGAS |
|--------------|--------------|
| 2003 | 10 |
| 2004 | 13 |
| 2005 | 15 |
| 2006 | 11 |
| 2007 | 11 |
| 2008 | 29 |
| 2009 | 23 |
| 2010 | 24 |
| TOTAL | 136 |

Tabela 10: Quantidade de Vagas para o Equador⁶²

⁶¹ Relatório de Atividades Internacionais de 2010. p. 49.

Por outro lado, o Plano de Cursos e Estágios em Nações Amigas (PCENA) permitiu ao Exército Brasileiro mandar para o Equador doze Oficiais e Sargentos para frequentarem diversos cursos e estágios nas Escolas e Centros de Instrução de seu exército.

Ainda na área de ensino, os dois países também mantiveram as visitas de intercâmbio entre os cadetes das suas Escolas de Formação, visando à manutenção dos laços de amizade nas gerações futuras de oficiais.

Ainda em função do acordo de cooperação mencionado acima, os Exércitos iniciaram em 2008 as Reuniões de Coordenação Militar, totalizando três no período até 2010. Além disso, foram realizadas quatro Conferências Bilaterais de Estados-Maiores, para aprimorar o conhecimento mútuo entre as forças.

As missões permanentes do EB no Equador mantiveram-se as mesmas do período anterior: a Aditância Militar, com 01 Coronel e 01 Subtenente; 01 Oficial Superior assessor e instrutor da Academia de Guerra do Exército; 01 Oficial Superior assessor e instrutor da Escola Politécnica do Exército; 01 Equipe de Desminagem na Missão para Remoção de Minas na América do sul (MARMINAS), composta por 01 Coronel, 02 Capitães e 01 Tenente.

O Equador também manteve no Brasil as mesmas missões existentes anteriormente: 01 Adido Militar e seu Auxiliar; 01 Instrutor do Curso de Comando e Estado Maior na ECEME; e 01 Oficial aluno do Curso de Comando e Estado Maior na ECEME.

3.2.2.6 Guiana

Diferentemente do período anterior, o Brasil assinou com a Guiana, em 2009, Acordo de Cooperação relativo à área de Defesa. Entretanto, como ocorreu também anteriormente, o EB procurou manter suas atividades internacionais junto à Força de Defesa da Guiana (GDF) mesmo antes da entrada em vigor do acordo. Assim, para o EB o acordo apenas reforçou o que de fato já acontecia na prática da diplomacia militar do EB junto à Guiana. Isso é confirmado pela análise do número de vagas

⁶² Elaborada pelo Autor com base nos dados das Tabelas do PCMEEB, da 1ª Subchefia do Estado Maior do Exército.

disponibilizadas para a GDF, ao longo dos anos de 2003 a 2010, não tendo sido ampliadas após a assinatura do acordo, em 2009.

As atividades também estiveram relacionadas aos intercâmbios na área de ensino. Dessa forma, de 2003 a 2010, o EB recebeu 55 militares guianenses em suas Escolas e Centros de Instrução.

| ANO | VAGAS |
|--------------|--------------|
| 2003 | 11 |
| 2004 | 6 |
| 2005 | 6 |
| 2006 | 2 |
| 2007 | 4 |
| 2008 | 16 |
| 2009 | 8 |
| 2010 | 2 |
| TOTAL | 55 |

Tabela 11: Quantidade de Vagas para a Guiana⁶³

Ademais, o EB também manteve junto à Embaixada Brasileira em Georgetown sua Aditância, com 01 Coronel Adido Militar e 01 Subtenente Auxiliar de Adido.

No tocante às reuniões e conferências, foram realizadas quatro Conferências Bilaterais de Estados-Maiores e oito RRIM conduzidas pela 1ª Brigada de Infantaria de Selva, sediada em Boa Vista-RR.

Outro importante aspecto da diplomacia militar do EB junto a GDF visa a aumentar a relação entre os militares brasileiros e guianenses para diminuir a presença de tropas de outros países realizando exercícios militares na região, em território guianense, algumas vezes empregando grandes efetivos e por longo período de tempo. “A Inglaterra realizou, em 2008, ações em ambiente de selva e os EUA, em 2009, empregaram 650 homens durante dois meses e meio. A Guiana

⁶³ Elaborada pelo Autor com base nos dados das Tabelas do PCEMEEB, da 1ª Subchefia do Estado Maior do Exército.

buscou maior a aproximação com o Brasil, a partir de 2009 e vem negando a outros países a realização de exercícios militares em seu território.”⁶⁴

3.2.2.7 Paraguai

As ações de diplomacia militar do EB com o Exército do Paraguai continuaram muito efetivas nos governos de Lula.

Além do acordo de cooperação militar assinado em 1995, com a presença da Missão de Cooperação Militar Brasileira em Assunção, os dois países celebraram outros acordos que influenciaram diretamente as atividades internacionais do EB, como o Memorando de Entendimento para Envio de Pelotão de Fuzileiro junto com as Forças Brasileiras para o Haiti, em 2006; o Acordo sobre Cooperação no Domínio da Defesa, em 2007; e o Arranjo Relativo à Cooperação na Manutenção de Viaturas Blindadas Militares, também em 2007.

O EB, assim, em função dos novos acordos pôde implementar sua diplomacia militar com o Exército do Paraguai, incorporando um pelotão às suas tropas para a United Nations Stabilization Mission in Haiti (MINUSTAH) e realizando a manutenção das viaturas blindadas nos seus Parques de Manutenção, finalizando a manutenção de 40 veículos blindados do Exército do Paraguai, em 2010.

Ademais, a cooperação na área do ensino foram mantidas e, por vezes incrementadas, como pode ser percebido pelos dados do PCEMEEB, para o período em estudo. O EB recebeu 199 militares paraguaios em suas Escolas e Centros de Instrução, destacando-se, nesse efetivo, 21 cadetes matriculados na AMAN, que realizaram o Curso de Formação de Oficiais, mantendo ativa a influência do ensino militar brasileiro no Paraguai, como pode ser visto na tabela abaixo. O mesmo ocorreu com os demais Estabelecimentos de Ensino, como EsAO, ECEME, e Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos das Armas (EASA), que também receberam militares paraguaios em seus cursos.

| ANO | VAGAS |
|------------|--------------|
| 2003 | 16 |
| 2004 | 10 |

⁶⁴ Relatório de Atividades Internacionais de 2010. p.65.

| | |
|--------------|------------|
| 2005 | 17 |
| 2006 | 27 |
| 2007 | 36 |
| 2008 | 42 |
| 2009 | 26 |
| 2010 | 25 |
| TOTAL | 199 |

Tabela 12: Quantidade de Vagas para o Paraguai⁶⁵

No período considerado, foram realizadas oito RRIM e quatro CBEM, além de inúmeras visitas mútuas e intercâmbios entre as Escolas Militares, principalmente Cadetes e Alunos do Curso de Comando e Estado-Maior.

Assim, pelos dados apresentados, pode-se perceber que a influência militar do Exército Brasileiro junto ao Exército Paraguai foi mantida e até ampliada nos governos Lula, continuando a ser o país sul-americano no qual o EB mais realizou atividades de diplomacia militar.

3.2.2.8 Peru

Assim como aconteceu com relação ao Equador, os resultados obtidos pela MOMEPE, no período anterior, fortaleceram as relações entre os militares brasileiros e peruanos.

Mantendo a tradição de suas atividades no cenário internacional, o EB continuou seu relacionamento com o Exército do Peru baseado na cooperação militar por meio de intercâmbios de ensino, reuniões e conferências.

O PCMEEB para os anos de 2003 a 2010 previu 132 vagas para militares peruanos frequentarem cursos e estágios nas Escolas e Centros de Instrução do EB, distribuídas conforme tabela abaixo. Todas as vagas foram preenchidas, destacando-se a matrícula de 13 Cadetes peruanos na AMAN. Por outro lado, o EB mandou 22 militares para realizarem cursos e estágios no Exército Peruano.

⁶⁵ Elaborada pelo Autor com base nos dados das Tabelas do PCMEEB, da 1ª Subchefia do Estado Maior do Exército.

| ANO | VAGAS |
|--------------|--------------|
| 2003 | 4 |
| 2004 | 17 |
| 2005 | 9 |
| 2006 | 14 |
| 2007 | 19 |
| 2008 | 21 |
| 2009 | 21 |
| 2010 | 27 |
| TOTAL | 132 |

Tabela 13: Quantidade de Vagas para o Peru⁶⁶

As missões permanentes foram mantidas iguais às existentes no período anteriormente estudado: Aditância Militar, com 01 Coronel e 01 Subtenente; 01 Major como Instrutor junto à Escola de Guerra; 05 Capitães como Instrutores de Guerra Eletrônica junto à Escola de Comunicações; e 01 capitão como Instrutor na Escola de Selva. Já o Peru manteve sua Aditância Militar no Brasil com 01 Coronel e 01 Subtenente.

Em 2007, iniciaram-se as Reuniões de Coordenação Militar (RCM) entre os dois Exércitos, totalizando quatro até 2010. Além disso, foram realizadas oito RRIM e quatro CBEM.

No tocante a operações, o Exército peruano também integrou os esforços da BRACOLPER, em 2010, já abordada anteriormente, quando foi falado sobre a Colômbia. Oportunidade a mais para a ampliação do relacionamento entre brasileiros e peruanos, na faixa de fronteira.

3.2.2.9 Suriname

A declaração de intenção de cooperação na área de defesa, assinada em 1995, foi reforçada pela assinatura do Acordo de Cooperação em Defesa, em 2008. Tal assertiva pode ser verificada pelo incremento da quantidade de militares surinameses que realizaram cursos e estágios no EB, a partir de 2008.

⁶⁶ Elaborada pelo Autor com base nos dados das Tabelas do PCMEEB, da 1ª Subchefia do Estado Maior do Exército.

| ANO | VAGAS |
|--------------|--------------|
| 2003 | 5 |
| 2004 | 4 |
| 2005 | 5 |
| 2006 | 5 |
| 2007 | 7 |
| 2008 | 10 |
| 2009 | 14 |
| 2010 | 12 |
| TOTAL | 62 |

Tabela 14: Quantidade de Vagas para o Suriname⁶⁷

Com relação às reuniões e conferências, foram realizadas oito RRIM e quatro CBEM, entre 2003 e 2010. Além disso, foram realizadas várias visitas mútuas nesses oito anos, totalizando cerca de trinta visitas em ambos os países.

O EB permaneceu com os mesmos cargos permanentes no Suriname: 01 Coronel, Adido Militar, e 01 Subtenente, Auxiliar do Adido Militar.

3.2.2.10 Uruguai

Assim como ocorreu nos governos FHC, as relações do Exército Brasileiro com o Exército uruguaio também foram priorizadas, em função da maior atenção dispensada à América do Sul por parte da PEB de Lula. Além do fortalecimento do Mercosul, foi criada a Unasul nesse período.

Assim, entre 2003 e 2010, o EB realizou várias atividades internacionais junto ao Exército do Uruguai, mantendo prioridade nos intercâmbios na área de ensino. Foram 81 vagas preenchidas por militares do Exército do Uruguai nos diversos Estabelecimentos de Ensino do EB. Vinte e um Capitães uruguaios cursaram a EsAO e 8 Majores cursaram a ECEME e permaneceram na escola como instrutores. Por outro lado, o EB enviou, no mesmo período, dezessete oficiais para realizarem cursos no Uruguai.

⁶⁷ Elaborada pelo Autor com base nos dados das Tabelas do PCEMEEB, da 1ª Subchefia do Estado Maior do Exército.

| ANO | VAGAS |
|--------------|--------------|
| 2003 | 7 |
| 2004 | 5 |
| 2005 | 13 |
| 2006 | 13 |
| 2007 | 6 |
| 2008 | 16 |
| 2009 | 14 |
| 2010 | 7 |
| TOTAL | 81 |

Tabela 15: Quantidade de Vagas para o Uruguai⁶⁸

O EB também manteve como missões permanentes, a presença de um Coronel, Adido Militar; e um Subtendente, Auxiliar do Adido Militar.

Com relação às reuniões e conferências, foram realizadas quatro Conferências Bilaterais de Estados-Maiores e oito Reuniões Regionais de Intercâmbio Militar, conduzidas pela 2ª Brigada de Cavalaria Mecanizada.

3.2.2.11 Venezuela

Durante o governo Lula, nenhum acordo foi assinado para a área de segurança e defesa com a Venezuela. Contudo, o EB buscou manter as atividades internacionais com o Exército Venezuelano em bom patamar.

As atividades prioritárias também são na área de ensino, com realização de cursos e visitas de ambas as partes. Segundo o PCEMEEB, no período de 2003 a 2010, a Venezuela mandou 116 militares para realizarem cursos e estágios nas Escolas e Centros de Instrução do EB. Desses militares, 34 Capitães realizaram os cursos da EsAO, oito Majores/Tenentes Coronéis realizaram o Curso de Comando e Estado-Maior da ECEME e 01 Cadete foi matriculado na AMAN, em 2003.

⁶⁸ Elaborada pelo Autor com base nos dados das Tabelas do PCEMEEB, da 1ª Subchefia do Estado Maior do Exército.

| ANO | VAGAS |
|--------------|--------------|
| 2003 | 22 |
| 2004 | 1 |
| 2005 | 14 |
| 2006 | 9 |
| 2007 | 14 |
| 2008 | 17 |
| 2009 | 16 |
| 2010 | 23 |
| TOTAL | 116 |

Tabela 16: Quantidade de Vagas para a Venezuela⁶⁹

Ademais, foram realizadas oito RRIIM e três Reuniões de Coordenação Militar entre os dois Exércitos.

A tabela abaixo consolida os dados das atividades realizadas pelo EB, junto a todos os países sul-americanos nos governos de Lula.

| PAÍS | Cursos Estágios Intercâmbios | Reuniões Conferências | **Visitas | Operações Exércicios Manobras | *Missões Permanentes |
|------------------|-------------------------------------|------------------------------|------------------|--------------------------------------|-----------------------------|
| Argentina | 114 | 14 | 96 | 0 | 5 |
| Bolívia | 75 | 14 | 56 | 0 | 8 |
| Colômbia | 58 | 20 | 80 | 3 | 24 |
| Chile | 58 | 7 | 80 | 0 | 4 |
| Equador | 136 | 7 | 32 | 1 | 9 |
| Guiana | 55 | 12 | 70 | 0 | 2 |
| Paraguai | 199 | 12 | 120 | 0 | 12 |
| Peru | 132 | 12 | 54 | 1 | 10 |
| Suriname | 62 | 12 | 30 | 0 | 10 |
| Uruguai | 81 | 12 | 64 | 0 | 4 |
| Venezuela | 116 | 11 | 20 | 0 | 3 |

* As Missões Permanentes não mostram a sua totalidade dentro do período, mas sim a quantidade de cargos permanentes que o Brasil possui em determinado país.

⁶⁹ Elaborada pelo Autor com base nos dados das Tabelas do PCMEEB, da 1ª Subchefia do Estado Maior do Exército.

**As visitas aqui estão sendo consideradas todas, independentemente de serem individuais, ou em comitivas ou delegações.

Tabela 17: Resumo das Atividades Internacionais do EB junto aos Países sul-americanos entre 2003 e 2010⁷⁰

O gráfico abaixo representa os dados da tabela acima, para facilitar a visualização da interação do EB com cada país sul-americano.

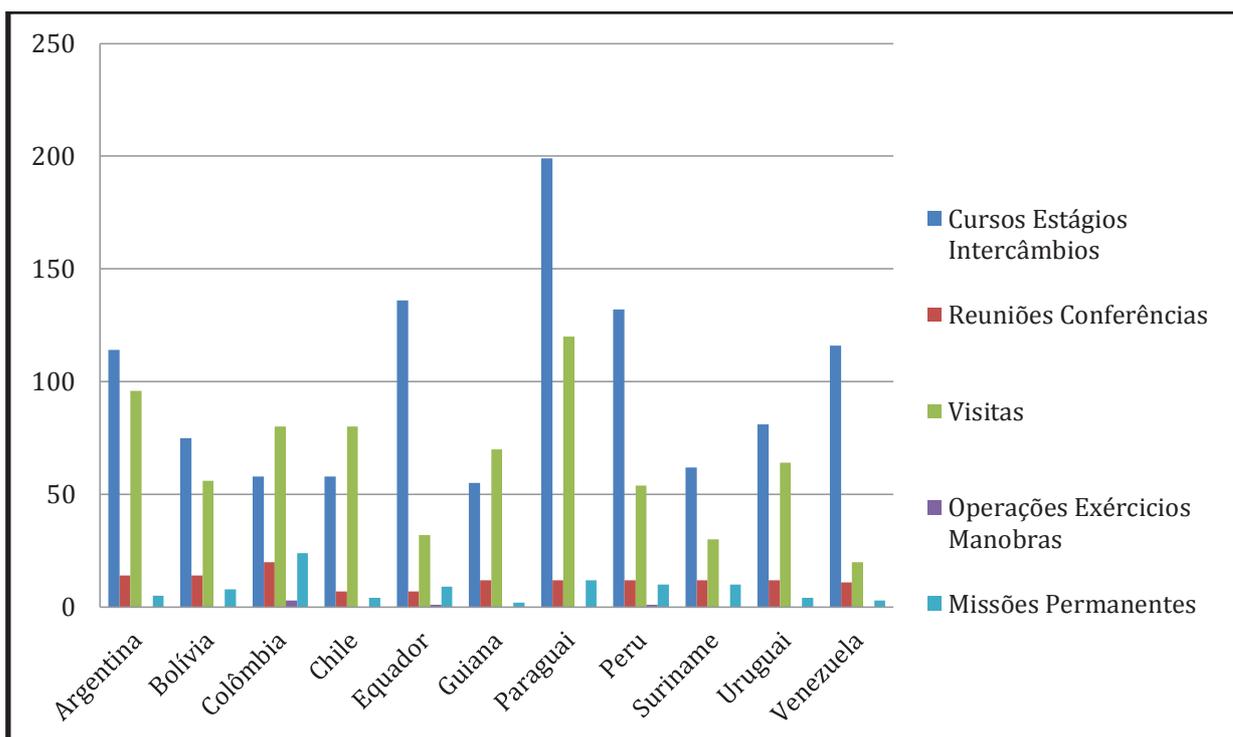


Gráfico 2: Representação Gráfica da Tabela 17

3.2.3 Análise das atividades de diplomacia militar do Exército Brasileiro, nos dois governos em estudo.

Em função dos dados obtidos na pesquisa, percebe-se que o governo brasileiro, por meio de sua diplomacia tradicional, realizou a assinatura de diversos memorandos, declarações e acordos com os países da América do Sul, dentro da área de segurança e defesa.

No governo FHC, a assinatura desses acordos ocorreu com todos os países sul-americanos, exceto com a Colômbia e a Guiana. Contudo, mesmo sem a existência de acordos firmados entre os governos desses países e o Brasil, o

⁷⁰ Preparada pelo Autor com base nos dados constantes nos RAI e Tabelas da 1ª Subchefia do Estado Maior do Exército.

Exército Brasileiro manteve suas atividades internacionais com ambos, realizando diversas atividades de diplomacia militar, corroborando a ideia de “autonomia” para atuar no âmbito internacional. Vale ressaltar que, no período do governo FHC o Ministério da Defesa ainda era embrionário e as Forças Singulares ainda geriam suas “próprias prioridades”, inclusive nos assuntos afetos à área internacional. Obviamente, as iniciativas das Forças Armadas, em especial as do Exército, não seguiam na contramão da PEB, apenas eram mais direcionadas para atender aos interesses e necessidades da Força.

De maneira similar, o governo brasileiro, sob a presidência de Lula, também celebrou acordos na área de segurança e defesa com todos os países do subcontinente sul-americano, exceto com a Venezuela de Hugo Chaves. O Exército, no entanto, independentemente de acordos assinados no nível governamental, manteve suas atividades de diplomacia com todos os exércitos sul-americanos, inclusive com o venezuelano, que em números absolutos de realização intercâmbios e vagas para cursos e estágios nas organizações militares do EB só ficou atrás do Paraguai, Peru e Equador. Dessa forma, para um observador pouco atento, parece que o Exército ainda manteve certa “autonomia” para atuar na cena internacional, como ocorrera no governo anterior. Entretanto, no governo Lula, o Ministério da Defesa ganhou musculatura e passou a conduzir conjuntamente os desígnios das três Forças Singulares. Assim, o que depreende-se é que o Ministério da Defesa também gozava de liberdade e autonomia no governo Lula para conduzir relações internacionais na área de segurança e defesa. Tal assertiva é validada pela iniciativa e ingerência do Ministério da Defesa brasileiro, por intermédio do Ministro Nelson Jobim, em criar o Conselho de Defesa Sul-americano da Unasul.

Partindo para uma análise mais restrita aos números de atividades internacionais do exército brasileiro em ambos os períodos, podemos atestar que houve aumento significativo das interações internacionais com os demais exércitos sul-americanos, durante o governo Lula. As únicas exceções foram a diminuição dos intercâmbios militares, pela redução de alunos bolivianos, colombianos e guianenses em cursos e estágios oferecidos no Brasil. Essa redução, no entanto, não foi em função de corte de vagas pelo EB e sim por decisão política dos próprios países. Mesmo assim, houve aumento significativo de visitas oficiais dos militares do EB aos militares dos exércitos da Bolívia, Colômbia e Guiana. Não foi possível verificar quais

os motivos que levaram Bolívia, Colômbia e Guiana a tomarem essa decisão, mas podemos inferir que a Bolívia agiu baseada no nacionalismo pregado por seu governo, sendo o Brasil um país “sub-imperialista”. A Colômbia, por sua vez, pela reticência nas políticas dos governos considerados de esquerda, incluindo aí o Brasil. Além disso, existe diferença considerável nas prioridades de segurança e defesa para a Colômbia e Brasil. Com relação à Guiana não identificamos o que poderia motivar a redução do envio de militares para cursar as diversas escolas do EB, a não ser possíveis problemas econômicos internos, forçando o corte do orçamento.

Verificando os dados levantados, buscamos identificar se a criação do CDS favoreceu ou não à diplomacia militar do Exército. Assim, ao tomarmos por base o número absoluto de atividades internacionais realizadas pelo EB, no contexto de curso e estágios junto aos demais exércitos sul-americanos, nos anos de 2008 – ano de criação do Conselho –, 2009 e 2010, notamos que houve aumento significativo das interações com quase todos os países da região, excetuando-se a Bolívia que em 2009 e 2010 diminuiu o número de militares enviados para estudarem no Brasil. Dessa forma, pode-se dizer que o CDS está potencializando a diplomacia militar do EB junto aos países sul-americanos.

Pelo exposto, percebe-se que o EB desempenhou papel importante nas relações internacionais do Brasil, mesmo quando a PEB não havia celebrado acordos com algum país da região, viabilizando, assim, a arquitetura de um ambiente mais cooperativo, o que favoreceu para a criação do CDS, em 2008. Além disso, ficou comprovada que as relações entre os militares independe de vertentes políticas, o que também favorece a uma maior interação entre eles.

Até aqui fizemos as nossas inferências e análises sobre o papel dos militares brasileiros, em especial do Exército, na América do Sul. Contudo, buscamos também ouvir as opiniões dos militares sul-americanos sobre o tema em estudo.

A seguir, a análise das percepções dos Adidos Militares sul-americanos, de Defesa ou do Exército acreditados no Brasil sobre o papel da diplomacia militar do Exército brasileiro para a região.

3.3 PERCEPÇÕES DOS ADIDOS MILITARES SUL-AMERICANOS ACERCA DA DIPLOMACIA MILITAR BRASILEIRA

Foram entrevistados todos os Adidos Militares sul-americanos, exceto os da Bolívia, Guiana e Venezuela, pois na ocasião os mesmos estavam em seus respectivos países.

A opinião desses militares estrangeiros, muitos deles com mais de uma experiência internacional, é importante, pois acrescenta ao estudo uma visão não exclusivamente brasileira. Assim, todos os Adidos Militares, após ambientação acerca da pesquisa e do entendimento do conceito de diplomacia militar, foram convidados a responder à seguinte questão geral, em entrevista: “Quais as percepções de V. Sa. acerca da diplomacia militar do Exército Brasileiro junto a seu país e quais os impactos desse relacionamento para o fortalecimento de um ambiente de segurança e defesa sul-americano mais cooperativo?”

3.3.1 As percepções do Adido Militar Argentino

O Adido do Exército da Argentina relatou que sua primeira experiência com o Exército Brasileiro foi durante um exercício combinado realizado junto à fronteira de Uruguaiana-RS, quando ainda era Capitão. Após isso, realizou o Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE) da Escola Superior de Guerra (ESG), em 2005. Em 2013, retornou à ESG para realizar o Curso Avançado de Defesa Sul-americano (CADSUL), também na ESG.

A experiência acumulada nas oportunidades em que esteve em contato com militares brasileiros lhe permitiu afirmar que a relação entre o Exército Argentino e o Exército Brasileiro é ágil e dinâmica, facilitando os entendimentos e, conseqüentemente, a diplomacia militar dos exércitos. Contudo, quando os acordos são tratados no âmbito Ministerial, tendem a ficar mais complicados, pois o Ministério da Defesa argentino ainda não possui pessoal capacitado o suficiente para entender as dinâmicas militares, uma vez que é composto em sua maioria por civis, diferentemente do que ocorre no MD do Brasil, que possui militares em seus quadros.

Ademais, enfatizou que fez amigos quando em atividades com os militares do EB. Amizade além da camaradagem existente no ambiente de trabalho ou em sala de aula, inclusive com envolvimento de toda a família.

No aspecto da integração regional e do ambiente mais cooperativo, a percepção é de que o Brasil tem papel fundamental e que a Argentina também tem sua importância, podendo auxiliar o Brasil nessa iniciativa. Assim, o relacionamento entre os Exércitos do Brasil e da Argentina tem que ser cada vez mais forte, para “juntos” lograrem no processo de integração no âmbito militar.

Por ser filho e neto de militares argentinos, o adido confessou que nunca imaginou o relacionamento entre militares brasileiros e argentinos no atual nível de amizade e cooperação, pois sempre ouvia em sua casa que o inimigo da Argentina era o Brasil.

Acrescentou ainda que o CDS tem sido muito importante para o incremento da integração militar regional, exemplificando o próprio CADSUL como exemplo desse incremento.

Por fim, deixou claro que o Brasil é o único país que tem condições de liderar a América do Sul, mas que ainda não avocou para si essa posição, e que os militares brasileiros, especialmente o Exército, são muito importantes nesse processo de liderança, pois são importantes e valorizados pelo Estado.

3.3.2 As percepções do Adido Militar Chileno

O Adido do Exército chileno afirmou que, em que pese seu pouco tempo no cargo de Adido, percebe que as relações de amizade e cooperação entre o Exército Brasileiro e Exército chileno permitem uma diplomacia militar mais aberta e franca.

Enfatizou a posição brasileira de apoio ao Chile junto aos organismos internacionais e que um dos motivos pela especial afinidade entre os dois exércitos é a similaridade dos papéis que os militares possuem em seus países, previstos nas Constituições. Assim, de acordo com o Adido, os entendimentos ficam facilitados pois os princípios, os valores e as missões são semelhantes.

Contudo, esse relacionamento de amizade entre os Exércitos com predisposição à maior integração e cooperação por vezes não é seguido nos foros de debate regionais pela vertente política dos Estados.

Acrescentou que a importância da maior cooperação entre os Exércitos auxilia a arrefecer qualquer crise política que porventura ocorra, principalmente pelo desenvolvimento de medidas de confiança mútua, mantendo o ambiente mais favorável à paz e a amizade.

Finalizou com a assertiva de que “a Unasul não avançou nada enquanto organismo internacional, a não ser as ações decorrentes do CDS, que buscaram integrar mais e mais os militares da região.”

3.3.3 As percepções do Adido Militar Colombiano

O Adido do Exército da Colômbia reforçou a importância do relacionamento entre os exércitos brasileiro e colombiano, principalmente no enfrentamento dos problemas transfronteiriços, como narcotráfico e desflorestamento.

Ademais, abordou a importância dos entendimentos nas Reuniões Regionais de Intercâmbio Militar e nas Conferências Bilaterais para as ações na faixa de fronteira.

Outro aspecto importante levantado foi o intercâmbio de informações e, principalmente, a realização dos cursos e estágios nas Escolas Militares do EB. Nesse aspecto, a cooperação é mais intensa.

Com relação ao CDS, o Adido Militar destacou a liderança brasileira na sua criação, bem como as iniciativas do Brasil em fazer com que todos os seus objetivos sejam alcançados.

Por fim, destacou que os povos dos dois países são irmãos e os exércitos mais ainda, favorecendo, assim, a ampliação do ambiente de cooperação na região.

3.3.4 As percepções do Adido Militar Equatoriano

O Adido de Defesa do Equador frisou, de imediato, que o Exército do Equador está de mãos dadas com o Exército Brasileiro na realização de vários entendimentos e acordos, trocando conhecimento, tecnologia e capacitação. Abordou que, atualmente, mais de 25 militares equatorianos estão cursando as diversas Escolas Militares do EB, além de militares instrutores. Da mesma forma, o Exército do Equador também oferece vagas para militares brasileiros em suas escolas e seus cursos.

Ademais, enfatizou a eficiência das Conferências Bilaterais de Estados-Maiores, nas quais todos os entendimentos são previamente estudados e aprovados, facilitando as ações subsequentes. Segundo o Adido, “cada vez mais são propostos novos entendimentos, que eram somente visitas e intercâmbios, para contribuírem mais para o aprendizado no planejamento conjunto de operações, como as da Fronteira Sul.”

Com relação à MOMEPE, acrescentou que graças a intervenção dos militares do Exército Brasileiro foi possível chegar a um cessar-fogo e, conseqüentemente, a um acordo de paz. Destacou que a paz construída na época permanece até os dias de hoje, pela definição das fronteiras.

Já com relação ao CDS e a Escola Sul-americana de Defesa (ESUDE), criada no Equador, deixou claro a importância da organização para a integração dos militares e Estados, que padecem dos mesmos problemas de segurança e defesa.

Por fim, atestou a importância do Exército Brasileiro para o Exército do Equador pela influência na doutrina e na formação dos militares equatorianos, pois acredita no profissionalismo dos militares brasileiros para transmitir os conhecimentos. Assim, a contribuição do EB para os demais exércitos sul-americanos e, principalmente, para o Exército do Equador é muito relevante.

3.3.5 As percepções do Adido Militar Paraguaio

A diplomacia militar do EB no Paraguai é muito importante, pois o Exército do Paraguai recebe apoio do EB para desenvolver sua doutrina. A Cooperação Militar de Instrução do EB junto ao Exército Paraguaio, bem como a assessoria nas diversas Escolas, são os principais vetores dessa diplomacia.

Ademais, acrescentou que quando existe confiança mútua e a cooperação é forte, baseada na amizade e intercâmbios, o ambiente de segurança e defesa é favorecido.

Por fim, colocou que, para a maior integração regional, a integração entre os militares dos países deve ocorrer primeiro. E que “o Brasil, por ser a potência militar na América do Sul, o Exército Brasileiro influencia e fortalece o ambiente de segurança e defesa regional, pois está aberto para realizá-la.”

3.3.6 As percepções do Adido Militar Peruano

O Adido Militar, inicialmente, colocou que a diplomacia militar depende do papel político que tem um país. E que no contexto sul-americano, o Brasil, por ser um país continental, mais desenvolvido, possui papel importante de líder regional, principalmente na busca pelo fortalecimento da Unasul.

Ademais, focou os diversos intercâmbios entre o EB e o Exército Peruano, particularmente no âmbito do ensino, para fortalecer o conceito de Defesa Sul-americano, mas ainda carece mais. Em comparação com a Europa, a região ainda é muito acanhada, principalmente com relação ao Peru, em função dos problemas comuns da Amazônia. Assim, a realização de Operações Combinadas seriam oportunidades de melhoria na diplomacia militar do EB junto ao Peru.

Segundo o Adido, há muito por fazer, mas reconhece que isso depende muito da vontade política. Acrescentou, ainda, que no campo militar os entendimentos são mais fáceis, diferentemente do campo político, pela diferença de ideologias.

Quanto à MOMEPE, fez questão de afirmar que a missão foi singular. “O EB teve papel fundamental, conciliador e profissional, evitando a escalada do conflito.” Nesse momento, o Brasil demonstrou sua liderança na região e talvez na inexistência da MOMEPE a solução diplomática não teria sido viável.

Por fim, atestou que as relações entre os militares peruanos e brasileiros são as melhores possíveis e que tendem apenas a melhorar.

3.3.7 As percepções do Adido Militar Uruguaio

O Adido de Defesa do Uruguai iniciou a análise apontando as inúmeras reuniões que vem sendo realizadas em função das ações do CDS. Além disso, registrou que o Brasil, nos últimos anos tem incrementado seu papel de líder regional e tem convidado os demais países para ampliar o fortalecimento regional.

Em seguida, fez menção aos diversos intercâmbios entre as Forças, destacando a participação de um instrutor uruguaio na ECEME. Tal fato é importante tendo em vista que a doutrina do Exército Uruguaio é a mesma usada no Brasil.

Acrescentou, ainda, a importância das reuniões bilaterais, que possuem papel importante para manutenção da transparência nas ações. Destacou a amizade pessoal entre os Comandantes dos Exércitos e a presença de seu próprio filho no

Colégio Militar de Brasília, demonstrando o tamanho dos laços de amizade entre os exércitos.

Outro aspecto importante abordado foi a doação de 24 carros de combate M-41 para mobiliar o Exército do Uruguai.

Por fim, para materializar a amizade e a integração, destacou a própria presença desse pesquisador militar na Embaixada uruguaia sem necessidade de maiores protocolos ou agendamento prévio.

3.4 CONCLUSÃO PARCIAL

No que diz respeito à diplomacia militar do Exército Brasileiro na América do Sul, a sua presença histórica nas relações internacionais da região, particularmente a Missão de Cooperação Militar junto ao Exército do Paraguai e a participação na solução da questão nuclear com a Argentina, foram importantes para a estabilidade e paz da região, incrementando a cooperação e integração entre os países sul-americanos nos dias de hoje.

Notamos que as ações de diplomacia militar do EB com os demais exércitos sul-americanos são, em sua maioria, baseadas em intercâmbios na área de ensino e reuniões bilaterais.

No período do governo de FHC, o Exército teve papel de destaque na condução da MOMEF, o que rendeu maior admiração e prestígio entre os demais exércitos da região, favorecendo as futuras ações de diplomacia militar.

Já no governo Lula, em função das mudanças ocorridas na região, foi perceptível o aumento do número absoluto de ações de atividades internacionais do EB com os demais exércitos, principalmente após a criação do CDS.

Além disso, o capítulo também trouxe as percepções dos Adidos Militares sul-americanos acreditados no Brasil, sobre o papel da diplomacia militar do EB para a América do Sul. A percepção de importância das atividades internacionais do EB para a criação de um ambiente regional mais cooperativo foi unânime. Contudo, alguns destacaram que poderia ser feito mais, ampliando o número de operações combinadas, principalmente na Amazônia, por ser a região que possui a maioria dos problemas comuns aos países sul-americanos. Por outro lado, também reconhecem que muito depende de vontade política, saindo da esfera do EB.

Infere-se, assim, que a diplomacia militar do EB tem buscado por maior interação entre as forças, e, conseqüentemente o fortalecimento da “arquitetura de segurança e defesa” sul-americana, restando-nos saber se o papel por ela desempenhado tem força suficiente para verdadeiramente alterar o cenário regional, tornando-o mais cooperativo. O que será feito na conclusão com a resposta ao problema levantada no início do estudo.

4 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

As informações apresentadas ao longo do trabalho permitem apresentar algumas conclusões sobre a diplomacia militar do Exército Brasileiro e o ambiente de segurança defesa na América do Sul.

O conceito de diplomacia militar ainda é bastante contestado no Brasil, em que pese ser empregado e estudado com frequência em outras partes do mundo, como América do Norte, Europa e Ásia. Contudo, o conceito vem se afirmando, na medida em que as relações interestatais ganharam maior amplitude, necessitando pessoal habilitado para discutir assuntos específicos dentro de sua área do conhecimento. Assim, os militares aparecem, ao lado dos diplomatas, como agentes de política externa, interagindo com militares de outras nações para o fortalecimento dos interesses nacionais na cena internacional.

As interações entre militares, dentro das Relações Internacionais, ocorrem, basicamente, dentro de duas perspectivas. A perspectiva mais realista, na qual o uso da diplomacia militar é seguida pelo poder militar coercitivo, como intervenções armadas e ameaças à integridade territorial de outro Estado. E a perspectiva construtivista, na qual a cooperação é a palavra dominante, empregando o poder militar como instrumento real de diplomacia. Percebe-se, no entanto, que a cooperação e o conflito sempre estarão presentes nas Relações Internacionais, cabendo a cada país a escolha de como vai se relacionar com os demais.

Os países da América do Sul, após o final da Guerra Fria e o período dos governos militares, escolheram a cooperação como vetor de integração. Nesse aspecto, as Medidas de Confiança Mútua desenvolvidas desde então têm cumprido papel de destaque nesse processo. O Brasil teve importância capital para o incremento dessas medidas de confiança mútua, principalmente com os acordos nucleares com a Argentina, o que permitiu maior aproximação entre as duas potências regionais, abrindo oportunidades reais de integração com o surgimento do Mercosul.

No contexto da Teoria dos Complexos Regionais de Segurança, a região caracteriza-se por possuir dois sub-complexos distintos. O sub-complexo do Cone Sul mais estável e mais integrado, tendo como principais razões para a mudança do padrão de conflito para um padrão de cooperação a reaproximação entre Brasil e

Argentina, o surgimento do Mercosul e a resolução das questões fronteiriças. O sub-complexo Andino, por sua vez, mesmo com a existência da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), apresenta fenômeno oposto ao Cone Sul, o aumento da conflituosidade, principalmente em função da problemática das drogas, das FARC e vários problemas territoriais ainda não resolvidos. Dentro desse contexto regional o Brasil destaca-se como o principal ator, pois é o principal elo entre os dois sub-complexos regionais de segurança.

Essa importância brasileira no contexto sul-americano e a preocupação com a região podem ser percebidas pelo desempenho de sua política externa regional. De acordo com o recorte temporal desse trabalho, englobando os períodos dos governos de FHC e de Lula, a prioridade da PEB sempre foi a América do Sul, em maior ou menor grau. Assim, as políticas de segurança e defesa adotadas por ambos reverberaram nos seus vizinhos e, por consequência, em todo o espaço sul-americano.

Durante os governos de FHC, o Brasil liderou a MOMEPE, que auxiliou a assinatura dos acordos de paz entre Peru e Equador; lançou a PDN, responsável por organizar e centralizar as ações voltadas para a área de segurança e defesa; e criou o Ministério da Defesa, órgão responsável por conduzir todo o planejamento, preparo e emprego das Forças Armadas, bem como representá-las junto aos demais ministérios. Esses fatos repercutiram na região, pois ratificou a proeminência militar brasileira na solução de conflito, tornou público as intenções para a área de defesa e segurança, e subordinou completamente os militares ao poder civil como no demais países sul-americanos.

Na gestão de Lula, os assuntos afetos à defesa e segurança aproveitaram o momento de mudança da ordem internacional, com a ampliação e fortalecimento do multilateralismo e, conseqüentemente, da importância econômica do Brasil no cenário internacional. Assim, as políticas para a área de segurança e defesa foram uma continuidade das ações anteriores. Foi lançada a II PDN, atualizando o papel do Brasil e de suas Forças Armadas no contexto regional e mundial; criou-se uma Estratégia Nacional de Defesa, para operacionalizar as ações orquestradas pela PDN; e foi criado o Conselho de Defesa Sul-americano da Unasul, por iniciativa exclusivamente brasileira. Essa primazia corroborou a importância do país para a manutenção da segurança e defesa na região.

O papel dos militares na América do Sul sempre foi importante, particularmente quando a maioria dos países estava sob suas administrações. No Brasil, mesmo depois da redemocratização, os militares ainda mantiveram certa autonomia e prestígio, o que lhes favoreceram certas iniciativas na cena internacional. Até mesmo após a criação do MD, as Forças Armadas continuaram suas iniciativas tanto no âmbito regional como no mundial. Além disso, os militares compartilham um conjunto de valores comuns que facilitam as negociações entre Estados-Maiores. Assim, o Exército Brasileiro conduziu, ao longo dos tempos, e em especial durante os governos de FHC e Lula, importantes atividades de diplomacia militar junto aos demais países sul-americanos.

A diplomacia militar do EB é baseada na perspectiva construtivista, ou seja, emprega o “*soft power*” para otimizar o uso cooperativo de seus militares. A cooperação na área do ensino e na parte técnico-operacional; os intercâmbios de toda ordem (reuniões, visitas, conferências e simpósios); as missões permanentes (Adidos Militares, Instrutores e Monitores e Missões de Cooperação Militar); as operações de não guerra; e o Intercâmbio na Indústria de Defesa são os principais vetores dessa diplomacia militar.

Nesse contexto, os dados da pesquisa nos revelam que o EB realizou importante trabalho nas relações internacionais, em apoio à PEB, durante os governos de FHC e Lula, ampliando o alcance das medidas de confiança mútua e estreitando os laços de amizade e solidariedade entre os militares sul-americanos, facilitando o diálogo político para a solução de controvérsias e conflitos, como a Guerra do Alto Cenepa entre Peru e Equador.

A significativa percepção dos Adidos Militares dos países sul-americanos sobre o papel da diplomacia militar do EB para o avanço da confiança mútua e implementação da cooperação militar na região, principalmente pela difusão de conhecimento doutrinário comum pelas Escolas Militares Brasileiras e seus instrutores em vários outros países, parece estar presente nas condições necessárias para o aprofundamento da integração militar, sobretudo no sentido da conjugação efetiva dos esforços em contribuir com o CDS da Unasul, organismo regional exclusivamente sul-americano.

Contudo, os dados levantados na pesquisa mostram que mesmo após a criação do CDS, a cooperação militar na região é mais efetiva no âmbito bilateral,

sendo o Brasil e em especial o Exército Brasileiro um dos principais vetores dessa cooperação, mantendo atividades com todos os países sul-americanos. A cooperação entre os exércitos, ou seja na área militar, mostrou-se mais ágil do que nas outras áreas de cooperação entre os países, tendo em vista que o número de tratados assinados é desproporcional em relação às relações bilaterais estabelecidas entre os exércitos.

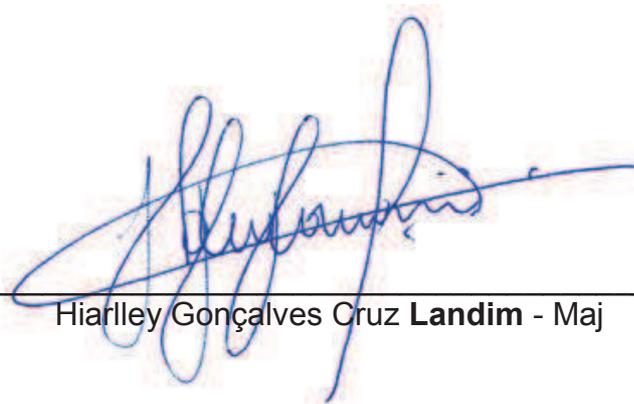
Além disso, outra peculiaridade levantada foi que mesmo com a maior proximidade entre os governos de Brasil e Venezuela, principalmente no governo de Lula e Hugo Chaves, respectivamente, o Brasil não assinou nenhum convênio de cooperação militar durante esse período.

Outro aspecto importante a ressaltar é que a diplomacia militar do EB na região ocorre em áreas que não carecem de muitos recursos ou investimentos, como intercâmbios, reuniões e educação, mesmo tendo sido a América do Sul prioridade para a PEB, tanto no governo de FHC como no governo de Lula. Em que pese essa limitação nas atividades internacionais do EB, suas iniciativas têm corroborado para a manutenção da cooperação entre os exércitos da região e, assim, dar continuidade à “política da boa vizinhança”, contribuindo para o aumento da confiança mútua e, conseqüentemente para o deslocamento do “leque” dos padrões de relacionamento para o lado da amizade, em detrimento da inimizade.

Por tudo isso, apesar de a produção e divulgação do conhecimento científico relativo à temática abordada nesse trabalho encontrar-se em estágio ainda inicial, a partir dos fatores ora evidenciados, pode-se inferir que a diplomacia militar do EB tem contribuído para o crescente deslocamento das relações de conflito para as relações de cooperação na região, ao longo do tempo, especialmente nos governos FHC e Lula, atestando, assim, a hipótese levantada no início desse trabalho. Partimos do pressuposto de que as atividades realizadas pelo EB junto aos países da região eram ferramentas importantes para diminuição de situações conflitivas e ampliação da cooperação regional, o que se confirmou ao longo da pesquisa.

Reconhecemos, por fim, que alguns pontos deste trabalho poderiam ter sido melhor explorados. Um deles seria a busca das relações entre militares sul-americanos durante o período da Guerra Fria, analisando-se particularmente o caso da cooperação militar. Este seria, contudo, um tema para um trabalho a parte. Outro tema que poderia produzir informação útil é o da avaliação das possibilidades

futuras da diplomacia militar do EB com os demais países sul-americanos. Para tanto, poderia ser adotado como método a comparação das estruturas dos Exércitos de todos os países, analisando-se as semelhanças e diferenças entre: perspectivas sobre ameaças, doutrina e emprego, equipamentos, a formação de seus quadros e as principais áreas do conhecimento que cada um domina, no tocante a ciência e tecnologia. Contudo, este também seria um outro trabalho.



Hiarley Gonçalves Cruz **Landim** - Maj

5 REFERÊNCIAS

ADLER, Emanuel; BARNETT, Michael. **Security Communities**. Nova York: Cambridge University Press, 1998.

AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz. **Segurança e Defesa no Cone Sul: da rivalidade da Guerra Fria à cooperação atual**. Ed Porto de Ideias. São Paulo, 2010.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **O Brasil como ator regional e emergente global: estratégias de política externa e impacto na nova ordem mundial**. Revista Cena Internacional, vol. 9, nº 1, p. 7-36. Brasília 2007.

ALSINA JÚNIOR, João Paulo Soares. **O poder militar como instrumento da política externa brasileira contemporânea**. *Rev. bras. polít. int.*, Dez 2009, vol.52, no.2, p.173-191.

ALSINA JÚNIOR, João Paulo Soares. **Política Externa e poder militar no Brasil: universos paralelos**. Rio de Janeiro: editora FGV, 2009. 160p. (Coleção FGV de bolso. Série entanda o mundo)

AMARAL, Douglas Fernandes de Oliveira. **Formação do Conselho de Defesa Sul-Americano: reflexos políticos e militares para o Brasil**. Dissertação (Mestrado) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2009.

AMARAL, Paulo Sérgio Augusto do. **A conferência dos exércitos americanos e as atuais posições do exército brasileiro, no contexto das relações internacionais**. Dissertação (Mestrado) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2004.

AMORIM, Celso. Discurso proferido na Seção Inaugural da Parlamento do Mercosul. 2007. Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/discursos/discurso_detalhe3.asp?id_discurso=3168> Acesso em: 14 de julho de 2013.

AMORIM, Celso. **Uma Visão Brasileira do Panorama Estratégico Global**. Revista Contexto Internacional – vol. 33, n. 2, julho/dezembro 2011.

ARIAS, Aimee Kanner; MAANEN, Guillermo K. van. **Segurança na América do Sul: a Unasul como ator de segurança regional**. In: OLIVEIRA, Marcos Aurélio Guedes. *Cultura de Defesa Sul-americana*. Editora Universitária. EFPE. Recife, 2013.

ARAVENA, Francisco Rojas. **Medidas de confianza mutua: un instrumento util para seguridad del hemisferio occidental**. Analisis. Fasoc. Vol X, No 3, Santiago, Chile, 1995.

ARAVENA, Francisco Rojas. **Las Medidas de Confianza Mutua y de Seguridad: perspectivas desde Chile**. Analisis. Fasoc, Año 17, N° 1 - N° 2, Santiago, Chile, enero-junio, 2002.

ARON, Raymond. **Paz e Guerra entre as nações**. Editora Universidade de Brasília. Instituto de pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O Brasil como potência regional e a importância estratégica da América do Sul na sua política exterior**. Revista Espaço Acadêmico Nº 91, Dezembro 2008.

_____. **O Brasil e a América do Sul**. In Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas, v.1, Henrique Allemani de Oliveira e Antônio Carlos Lessa (organizadores). Ed Saraiva. São Paulo, 2006

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70,1988.

BARBOSA, Rubens Antônio. **Os Estados Unidos pós 11 de setembro de 2001: implicações para a ordem mundial e para o Brasil**, in RBPI 1 (2002). Brasília, Funag/IPRI, 2002.

BARROS, O. de. **Sinopse da história das relações externas brasileiras**. In: LESSA, M. L.; GONÇALVES, W. da S. (Org.). História das Relações Internacionais: teorias e processos. Rio de Janeiro. Ed UERJ, 2007. (p. 43-110).

BENTO, Cláudio Moreira. **Barão do Rio Branco – Diplomata com alma de soldado**. Revista do Clube Militar, nº 391, 2002, p. 8-9.

BIATO, Marcel. **O Processo de Paz Peru-Ecuador. Parcerias Estratégicas**. Nº 06, pp. 241-247. Março 1999.

BISQUERA, R. **Métodos de Investigação Educativa: guia prática**. Barcelona: CEAC, S.A. 1989.

BLECHMAN, Barry M.; KAPLAN, Stephen S. **Force without War. U.S. Armed Forces as a Political Instrument** (Washington: Brookings Institute, 1987)

BRASIL. Presidência da República. **Política de Defesa Nacional**. Brasília. Imprensa Nacional, 1996.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política de Defesa Nacional**. Brasília: 2005.

_____. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa**. 2. ed. Brasília: 2008.

_____. _____. Exército. Departamento de Pesquisa e Pós-graduação. ME 21-59: **Elaboração de Projetos de Pesquisa na ECEME**. ECEME. Rio de Janeiro, 2012.

_____. _____. Centro de Comunicação Social do Exército. **Revista Verde Oliva**, Nr 166, Brasília-DF, 1999.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Balço da Política Externa 2003-2010**. Brasília: 2010. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010>>, acessado em 10 de março de 2012.

BRASIL. Ministério da Defesa. Escola Superior de Guerra. **Manual básico: elementos fundamentais**. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://www.esg.br/uploads/2011/01/Manual-Básico-Vol-I.pdf>>

BRIGAGÃO, Clóvis; PROENÇA JR., Domício. **Concertação múltipla: inserção internacional de segurança do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 2002.

BULL, Hedley. **A sociedade anárquica**. Editora Universidade de Brasília. Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. **A evolução dos estudos de segurança internacional**. Tradução Flávio Lira. São Paulo: Ed Unesp, 2012.

BUZAN, Barry. *People, States and Fear: An Agenda for Security Studies in the Post-Cold War Era*. Londres: Wheatsheaf, 1991.

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole. *Regions and Powers: the structure of International Security*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

BUZAN, Barry; WEAVER, Ole; WILDE, Jaap de. *Security: A New Framework for Analysis*. Boulder and London: Lynne Rienner Publishers, 1998.

CAPAPALBO, Creusa. **Algumas considerações sobre a fenomenologia que podem interessar ao serviço social**. Supl. de Debates Sociais, n.8, agosto: 1980.

COSTA, Alcides; CALVET, Igor. **A Política de Defesa Brasileira: Diagnósticos, propostas e perspectivas para a cooperação regional**. Police Paper 10. Disponível em: http://www.seguridadregional-fes.org/upload/3336_g.pdf. Acessado em: 21/09/2013. p. 3

CARDOSO, Fernando Henrique. **Mensagem ao Congresso Nacional: abertura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura**. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Comunicação Social, 1995.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Mensagem ao Congresso Nacional: abertura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura**. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Comunicação Social, 1996.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Mensagem ao Congresso Nacional: abertura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura**. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Comunicação Social, 1998.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Mensagem ao Congresso Nacional: abertura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura.** Brasília: Presidência da República, Secretaria de Comunicação Social, 2000.

CARVALHO, Anesia de Souza. **Metodologia da entrevista: uma abordagem fenomenológica.** Rio de Janeiro: Agir, 1991.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil.** 3. Ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2008.

CERVO, Amado Luiz. **Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros.** Editora Saraiva. São Paulo, 2008.

CIA. **Brazil's Changing Nuclear Goals: Motives and Constraints.** Out. 1983.

CONSELHO DE DEFESA SULAMERICANO. **Estatuto do Conselho de Defesa Sulamericano.** Disponível em: <http://www.unasurcds.org/index.php?option=com_content&view=article&id=343:estatuto-do-conselho-de-defesa-sul-americano-da-unasul&catid=59:portugues&Itemid=189&lang=en&layout=default&date=2012-11-01> Acesso em 23/01/2013.

COOPER, Michel G. **Military Diplomacy in the New World Order.** U.S Army War College, USA, 1993.

COSTA, Alcides; CALVET, Igor. **A Política de Defesa Brasileira: Diagnósticos, propostas e perspectivas para a cooperação regional.** Police Paper 10. Disponível em: http://www.seguridadregional-fes.org/upload/3336_g.pdf. Acessado em: 21/09/2013.

COSTA, Jessica Ausier da. **As relações bilaterais Brasil-Paraguai e a problemática dos “brasiguaios”.** Revista Habitus: revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais - IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 60-75, jul. 2009. Semestral. Disponível em: <www.habitus.ifcs.ufrj.br>. Acesso em: 13 jul. 2009.

COTTEY, Andrew & FORSTER, Anthony. **“Reshaping Defence Diplomacy: New Roles for Military Cooperation and Assistance.”** Adelphi Paper 365. The International Institute for Strategic Studies. Oxford: Oxford University Press, 2004.

CUNHA, Ciro Leal M. Da. **Terrorismo Internacional e Política Externa Brasileira após o 11 de setembro.** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. Dissertação Instituto Rio Branco, 2005.

DEUTSCH, K. W. et alli. **Integración y Formación de Comunidades Políticas.** Buenos Aires: INTAL, 1966.

_____. **Análise das relações internacionais.** 2ª ed. Tradução de Maria Rosinda Ramos da Silva. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

DITZLER, Brent Alan. **"Naval Diplomacy Beneath the Waves: A Study of the Coercive Use of Submarines Short of War"** (M.A. diss., Naval Postgraduate School, 1989).

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Relações Brasil-Paraguai: afastamento, tensões e reaproximação (1889-1954)**. Brasília: FUNAG, 2002.

_____, Francisco Fernando Monteoliva. **A ocupação político-militar brasileira do Paraguai (1869-76)**. In: Nova história militar brasileira/Organizadores: Celso Castro, Vitor Izecksohn, Hendrik Kraay. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2004.

DREGER, Fabrício Brugali. **Integração na América do Sul: a Unasul e o Conselho de Defesa Sulamericano**. Porto Alegre: 2009.

DRIESSNACK, Martha; SOUSA, Valmi D; MENDES, Isabel. **Revisão dos desenhos de pesquisa relevantes para enfermagem: parte 3: métodos mistos e múltiplos**. Revista Latino-Americana de Enfermagem. V. 15. Ribeirão Preto: 2007.

FIGUEROA, Williams A. Ibarra; VARGAS, Gino R. Alvarado. **Medidas de Seguridad y confianza recíprocas como medio de asegurar la paz regional**. Revista de Derecho de la Universidad Católica de Valparaíso, Año XVIII. Chile, 1997.

FLEURY, M. T.; FISCHER, R. M. **Cultura e poder nas organizações**. São Paulo: Atlas, 1989.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Universidade Estadual do Ceará. Curso de Especialização em Comunidades Virtuais de Aprendizagem – Informática Educativa. Fortaleza: 2002. Disponível em: <<http://www.dqi.ufms.br/~lp4/apostilaMetodologia.pdf>>. Acesso em: 07 Mai 2012.

FROST, P. **Reframing organizational culture**. Newbury Park: Sage, 1991.

FUKUYAMA, F. **The end of History?** In: *The National Interest*. Outubro de 1989, n.16, reproduzido em Tuathail, G. Dalby. S. e Routledge, P. The geopolitics reader. Op. Cit., pp. 114-24.

GALASTRI, Leandro de Oliveira. **A Missão de Observadores Militares Equador-Peru – MOMEPE (1995-1999) e a participação do Exército Brasileiro**. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP, 2005

GARCIA, Eugênio Vargas. **O pensamento dos militares em política internacional (1961 -1989)**. Revista Brasileira de Política Internacional. 40 (1): 18 – 40 [1997].

GARCIA, Marco Aurélio. **A Opção Sul-Americana**. Revista INTERESSE NACIONAL. São Paulo, n. 1, p. 22, Abril-Junho 2008.

GUERREIRO, Gabriela. “**América do Sul está disposta a ajudar contra a crise dos alimentos, diz Lula**”, FolhaOnline, 23 de maio de 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar um projeto de pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

GIVEGANI, Tulio; OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de. **A Política Externa Brasileira na Era FHC: um exercício de autonomia pela integração**. Revista Internacional Interdisciplinar InterThesis – PPGICH / UFSC.

GONÇALVES, Joaquim Gabriel Alonso. **Integração Militar Regional - uma Manobra da Diplomacia Militar**. Rio de Janeiro. Monografia (Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército), ECEME, 1997. p 11 – 12.

HAASS. Richard N. **Living in a non polar world**. Foreign affairs, May/June 2008. Disponível em: <http://www.project-syndicate.org/commentary/haass21/English>.

HERZ, John: **Idealist Internationalism and the Security Dilemma**. In: World Politics, Vol. 2, Nr. 2, Janeiro 1950, pp.157-180.

HERZ, Mônica. **O Tratamento da Segurança Regional pela Disciplina de Relações Internacionais**. Instituto de Relações Internacionais PUC – Rio.

HERZ, Mónica; NOGUEIRA, João Pontes. **Ecuador vs. Peru : peacemaking amid rivalry**. London (UK), Colorado (US): Lynne Rienner Publishers, 2002.

HIGGINS, Holly. **Applying confidence-building measures in a regional context**. Artigo do *Institute for Science and International Security*. 1991.

HOFSTEDE, G. **Cultures and organizations: software of the mind**. New York: McGraw-Hill, 1991.

HURRELL, Andrew. **An emerging security community in South America?**, In: ADLER, Emanuel; BARNETT, Michael. Security Communities. Nova York: Cambridge University Press, 1998.

HUNTER, Wendy. **Assessing civil-military relations in postauthoritarian Brazil**. In: KINGSTONE, Peter R.; POWER, Timothy J. (Orgs.). Democratic Brazil: actors, institutions and processes. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2000.

HUNTINGTON, Samuel P. **O soldado e o Estado: Teoria e Política das Relações entre Civis e Militares**. Biblioteca do Exército. Rio de Janeiro, 1996.

JANOWITZ, Morris. **The Professional Soldier**. New York: The Free Press, 1971.

JEONG, Kang-Deok. **As políticas externa e de defesa do Brasil para a estabilidade regional na América do Sul desde o fim da Guerra Fria**. Dissertação de Mestrado da Universidade de Brasília – Instituto de Relações Internacionais. Brasília, 2011.

JONES, Phil. **The Military Contribution To Soft Power: A Comparative Analysis**. Seaford House Paper. Royal College of Defence Studies. London, 2010.

KATZENSTEIN, Peter J. (Ed.). **The Culture of National Security. Norms and Identity in World Politics**. New York: Columbia University Press, 1996.

KHANNA, Parag. **Como governar o mundo**. Editora Intrínseca. Rio de Janeiro, 2011.

KEOHANE, Robert O. **After Hegemony: cooperation and discord in the world political economy**. Princeton: University Press, 1984.

KOŁODZIEJ, E. A. **“A Segurança Internacional depois da Guerra Fria: Da Globalização à Regionalização”**. Contexto Internacional, vol. 17, n. 02, 1995.

KUHLMANN, Paulo Roberto Loyolla. **Exército Brasileiro: estrutura militar e ordenamento político (1984 – 2007)**. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 2007.

LAFER, Celso. **Brasil: dilemas e desafios da política externa**. Revista do Instituto de Estudos Avançados da USP, nº 39. São Paulo, 2000.

LAFER, Celso. **A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira – Passado, Presente e Futuro**. São Paulo: Perspectiva. 2001-b.

LAMPREIA, Luiz Felipe. **O Brasil e os ventos do mundo**. Editora Objetiva. Rio de Janeiro, 2010

LAKATOS, Eva; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

LAKATOS, Eva; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de Pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

LOPES, Lucyene. **A política externa no Governo Luiz Inácio Lula da Silva com relação ao Mercosul**. Projeto de Estágio Supervisionado do Curso de Administração com Habilitação em Gestão de Negócios Internacionais da Universidade Metodista de Piracicaba. Piracicaba, São Paulo. 2006.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo, EPU, 1986.

LUIZ, Edson Medeiros Branco; HELENO, Eduardo. **O soft power brasileiro em busca de uma identidade sul- americana**. Revista Poder, Estratégia e Sociedade, vol. 1, nº0, p.47-52. Niteroi fev 2011.

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. Discurso por ocasião da formatura da turma 2004-2006 do Instituto Rio Branco. 2007.

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Mensagem ao Congresso Nacional: abertura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura**. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Comunicação Social, 2003.

MACGREGOR, James W. **Diplomatic-Military Cooperation in Operations other than War**. A thesis presented to the Faculty of the U.S. Command and General Staff College. Fort Leavenworth, Kansas, USA 2003.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. 3. Ed. Campinas: Pontes/Unicamp, 1997.

MAIOLLI, Suellen Nobre; SAINT-PIERRE, Hector. **A criação do Conselho de Defesa Sul-americano (CDS): seus princípios, objetivos e organização. A perspectiva brasileira**. Faculdade de História, Direito e Serviço Social. Franca-SP.

MARCELLA, Gabriel. **Affairs of State: The interagency and national security**. U.S. Government. Title 17, United States Code, Section 101. 2008.

MARQUES, Adriana Aparecida. **Amazônia: pensamento e presença militar**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, SP. 2007.

MARTIN, Félix E. **Os militares e a paz regional na América do Sul, 1935-1995**. In: SAINT-PIERRE, Héctor Luis; MATHIAS, Suzeley Kalil (Org.). *Entre votos e botas: as forças armadas no labirinto latino-americano do novo milênio*. Franca, SP: Ed. Unesp, 2001. pp. 73-92.

MARTINS, Gilberto Andrade. **Estudo de Caso: uma reflexão sobre a aplicabilidade em pesquisa no Brasil**. Revista de Contabilidade e Organizações – FEARP/USP, v. 2, n. 2, p. 8 - 18 jan./abr. 2008. São Paulo, 2008.

MATHIAS, Suzeley Kalil; GUZZI, André Cavaller and GIANNINI, Renata Avelar. **Aspectos da integração regional em defesa no Cone Sul**. *Rev. bras. polít. int.* [online]. 2008, vol.51, n.1, pp. 70-86.

MATSUDA, Yasuhiro. **An Essay on China's Military Diplomacy: Examination of Intentions in Foreign Strategy**. NIDS Security Reports, No. 7 (December 2006), pp. 1-40. Japão. 2006.

MEARSHEIMER, John J. **Back to the future: instability in Europe after Cold War**. *International Security*. Summer 1990 (vol 15, Nr 1)

MEDEIROS FILHO, Oscar. **Cenários geopolíticos e emprego das Forças Armadas na América do Sul**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 2005.

MEDEIROS FILHO, Oscar. **Entre a cooperação e a dissuasão: políticas de defesa e percepções militares na América do Sul**. Tese de doutorado (Universidade de São Paulo). São Paulo, 2010.

MENEZES, Delano Teixeira. **O militar e o diplomata**. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1997.

MINISTRY OF DEFENSE. Policy Paper. Paper No. 1. **Defense Diplomacy**. London, England, 2000.

MIYAMOTO, Shiguenoli. **Perspectivas do Estudo das Relações Internacionais no Brasil**. Coleção Primeira Versão, Nr 80. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1999.

MINTZBERG, H. et al. **Safári de estratégia**: um roteiro pela selva do planejamento estratégico. Porto Alegre: Bookman, 2000.

MORAES, Rodrigo Fracalossi De. **A cooperação Brasil-Argentina na área militar: da autonomia das Forças Armadas às relações estratégicas (1978-2009)**. Dissertação de Mestrado (Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Porto Alegre, RS. 2010.

MORGENTHAU, Hans J. **A política entre as nações**. Editora Universidade de Brasília. Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

MOTTA, Fernando Prestes; CALDAS, Miguel. **Cultura organizacional e cultura brasileira**. São Paulo: Atlas, 2009.

MOUSSALLEM, Ricardo. **O significado da criação do Conselho de Defesa Sul-Americano, para o Brasil, no contexto da integração da América do Sul**. Tese (Doutorado) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2011.

MUTHANNA, Ka. **Military Diplomacy**. Journal of Defence Studies, Vol 5. No 1. January 2011. Índia. 2011.

_____. **Enabling Military-to-Military Cooperation as a Foreign Policy Tool: Options for India**. New Delhi: Knowledge World, 2006.

MYAMOTO, Shiguenoli. **A Política de Segurança Brasileira e a Defesa Nacional**. Contexto Internacional. Rio de Janeiro, vol 22, Nr 2, julho-dezembro de 2000. pp 431-472.

MYNAIO, Maria Cecília de Souza (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 23. Ed. Petrópolis: Vozes, 2004. National Security Strategy. Disponível em http://www.whitehouse.gov/sites/default/files/rss_viewer/national_security_strategy.pdf. Acesso em: 18 Jun 2012.

NYE, Joseph. **The Future of Power**. Washington, DC: PublicAffairs. 320p.

NYE, Joseph S. **Soft Power: the means to success in world politics**. New York: Public Affairs, 2004.

OLIVEIRA, Amâncio Jorge de, ONUKI, Janina e VEIGA, João Paulo Cândia. **Política externa e negociações internacionais**. In: Revista Brasileira de Comércio Exterior. N° 87, Ano XX – Abril/ Junho de 2006. Rio de Janeiro: FUNCEX (Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior), 2006.

OLIVEIRA, Odete Maria de. **A integração nuclear Brasil-Argentina: uma estratégia compartilhada**. Florianópolis: UFSC, 1996.

PAGLIARI, Graciela de Conti. **O Brasil e a segurança na América do Sul**. Curitiba: Juruá, 2009. (Coleção Relações Internacionais)

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A política externa do Brasil no século 21: os eixos combinados de cooperação horizontal e vertical**. Revista Brasileira de Política Internacional. v. 51, n. 2, p. 136-156, 2008.

PINTO, J.R. de Almeida; ROCHA, A.J. Ramalho da; SILVA, R. Doring da (Orgs). **Reflexões sobre defesa e segurança : uma estratégia para o Brasil**. Brasília: Ministério da Defesa, Secretaria de Estudos e de Cooperação, 2004.

PIRES, José Calixto de Souza; MACÊDO, Kátia Barbosa: **Cultura organizacional em organizações públicas no Brasil**. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro 40(1):81-105, Jan./Fev. 2006.

PLESSIS, Anton Du. **“Defence Diplomacy: Conceptual and Practical Dimensions with Specific Reference to South Africa”**, Strategic Review for Southern Africa, November 2008.

QUINTANA, Lucio Moreno. **Tratado de direito internacional**. Ed Lumen, 1988, p. 327.

RABELLO, Miguel Ângelo Campagnac. **Segurança cooperativa e integração militar no Mercosul: viabilidade de uma força multinacional permanente**. 2006. 117 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro, RJ. 2006.

RABELO, Larissa. **Conselho Sulamericano de Defesa**. Resenha Segurança para Cenários PUC Minas Conjuntura Internacional. Belo Horizonte, 2008.

RATTENBACH, Benjamin. **El sistema social-militar en la sociedad moderna**. Buenos Aires: Editorial Pleamar, 1972.

OLIVEIRA, Eliezer Rizzo de. **A Estratégia Nacional de Defesa e a Reorganização e Transformação das Forças Armadas**. Revista Interesse Nacional. Abril/Junho de 2009.

ROCHA, Décio; DEUSDARÁ, Bruno. Análise de conteúdo e análise do discurso: aproximações e afastamentos na (re) construção de uma trajetória. ALEA. V. 7 (2), 2005.

ROCHA, M. S. **Desenvolvimento como integração. O Brasil e a América do Sul: desafios no século XXI**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão. Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2006

RODRIGUES, Maria das Graças Villela. **Metodologia da Pesquisa. Elaboração de projetos, trabalhos acadêmicos e dissertações em Ciências Militares**. 2. ed. Rio de Janeiro, 2005.

RODWEL, MK. **Um modelo alternativo de pesquisa: o construtivismo**. Rev FAEEBA; 3:125-4, 1994.

ROJAS ARAVENA, Francisco. **El riesgo de la superposicion entre las políticas de defensa y seguridad**. Nueva Sociedad. Buenos Aires, Nr 213, p. 33 – 49, enero-febrero de 2008

RUSSELL, Roberto e TOKATLIAN, Juan Gabriel. **El lugar de Brasil en la política exterior argentina**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2003.

SACHAR, B. S. **Cooperation in military training as a tool of peacetime military diplomacy**. Strategic Analysis, Vol. 27, No. 3, Jul-Sep 2003. Institute for Defence Studies and Analyses. New Delhi. January 01, 2004.

SANTOS, A. M. **Cultura organizacional e motivação para o poder: um estudo comparativo entre o setor bancário oficial e privado de Belo Horizonte**. Belo Horizonte, 1990. Dissertação (Mestrado em Administração) – Centro de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, Universidade Federal de Minas Gerais.

SANTOS, Denise Zaiden. **Diplomacia e Forças Armadas: percepções de ameaças no entorno Andino-Amazônico**. Dissertação de Mestrado para o Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília. Brasília. 2009.

SANTIAGO, Emerson. **Relações entre Brasil e Paraguai**. Disponível em: <http://www.infoescola.com/geografia/relacoes-entre-brasil-e-paraguai/> Acesso em: 07 Jan 2013.

SARAIVA, Luiz Alex Silva. **Cultura organizacional em ambiente burocrático**. Rev. Adm. Contemp. [online]. 2002, vol.6, n.1, pp. 187-207.

SCHELLING, Thomas. **The Diplomacy of Violence**, in R. Art e R. Jervis (eds.), *Internacional Politics*, 4a Ed. Nova York: HaperCollins, 168-182.

SCHEIN, Edgar H. **Cultura organizacional e liderança**. Tradução: Ailton Bomfim Brandão. Editora Atlas. São Paulo, 2009.

SEITENFUS, Ricardo. **Para uma nova política externa Brasileira**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1994.

SENHORAS, Elói Martins. **O Conselho Sul-Americano de Defesa e as Percepções da Construção da Segurança Cooperativa no Complexo Regional**

da América do Sul. Artigo publicado na Conferência Subregional do Centro de Estudios Hemisféricos de Defensa. Cartagena de Indias, Colômbia, 2009.

SENHORAS, Eloi Martins. **Paradiplomacia militar e seu impacto cooperativo na regionalização segurança na América do Sul.** Disponível em: <http://mundorama.net/2012/07/30/paradiplomacia-militar-e-seu-impacto-cooperativo-na-regionalizacao-da-seguranca-na-america-do-sul-por-eloi-martins-senhoras/>. Acesso em 10 de abril de 2013

SENNES, Ricardo; ONUKI, Janaina; OLIVEIRA, Amâncio Oliveira de. **La política exterior brasilena y la seguridad hemisférica.** Revista Fuerzas Armadas y Sociedad. Santiago, a.18, n.3-4, p. 3-26. Jul, Dic 2004.

SEQUEIRA, Claudio Dantas. **Brasil busca alinhamento militar na América do Sul.** Folha de São Paulo, São Paulo, 22 Mar. 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u538652.shtml>>. Acesso em: 25 de outubro de 2012.

SIGLER, Paul A. **Defense Attachés and Theater Security Cooperation: Bringing Military Diplomacy into the 21 st Century.** Naval War College. Newport, USA, 2007.

SILVA, Fabiano Augusto Cunha Da. **Desafios à integração da América do Sul e à formação de uma identidade de segurança sulamericana.** Rio de Janeiro, 2010.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Política de Defesa e Segurança do Brasil no século XXI: um esboço histórico.** In: Defesa Nacional para o século XXI: política internacional, estratégia e tecnologia militar. (Ogs) Edson Benedito da Silva Filho; Rodrigo Fracalossi de Moraes. Rio de Janeiro: IPEA, 2012.

SILVA, Helder Pereira. **A Política de Defesa Nacional e as Diretrizes para o Planejamento Militar.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UFF. Niterói, 2008

SINGH, Prashant Kumar. **China's Military Diplomacy.** Strategic Analysis. Vol. 35, No. 5, September 2011, 793–818, Institute for Defence Studies and Analyses. New Delhi, 2011

SOARES, Maria Suzana Arrosa. **Diplomacia cultural e diplomacia militar: o caso brasileiro.** Revista de Estudios Avanzados. Chile, 12, p 43-52., 2009.

SOARES E SILVA, Fernando José Sant'Ana. **O poder militar brasileiro como instrumento de política externa.** In; Defesa Nacional para o século XXI: política internacional, estratégia e tecnologia militar. Org; Edison Benedito da Silva Filho e Rodrigo Fracalossi de Moraes. IPEA. Rio de Janeiro, 2012.

SOUZA FILHO, José Abinoan. **Conselho de Defesa Sulamericano: novos arranjos em Segurança e Defesa na América do Sul.** Tese (Doutorado) – Escola de Comando e Estado Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2011.

STRAUSS e CORBIN, A., CORBIN, J. **Grounded theory methodology: an overview**. Em N.K. Denzin e Y. S. Lincolns (Eds). Handbook of qualitative research. Londres: Sage, 1994.

TREIN, Franklin. **Unipolaridade e multipolaridade: novas estruturas na geopolítica internacional e os BRICS**. In: Governança global e integração da América do Sul. Ipea, 2011. Brasília.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a Pesquisa Qualitativa em Educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UNASUL (União de Nações Sul-Americanas). **Decisão para o estabelecimento do Conselho de Defesa Sul-americano**. Cúpula Extraordinária da UNASUL. Costa do Saúpe, Bahia, 16 dezembro 2008.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Tradução: Daniel Grassi. 3. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

VALENTIM, M. L. P. (Org.). **Métodos qualitativos de pesquisa em ciência da informação**. São Paulo: Polis, 2005.

VASCONCELOS, Kleber Nunes de. **A Cooperação Brasil – Paraguai no campo militar e seus reflexos nas relações bilaterais**. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – Escola de Comando e Estado Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2011.

VAZ, Alcides Costa. **La agenda de seguridad de Brasil: de la afirmación soberana hacia la cooperación**. In CEPIK, Marco; RAMIREZ, Socorro (Eds). Agenda de Seguridad Andino-Brasilena: primeras aproximaciones. Bogotá. IEPRI, 2004

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em administração**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

VIGEVANI, Tullo e OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de. **“A política externa no governo FHC: a busca de autonomia pela integração”**. Revista Tempo Social, 15 (2) 2003.

VILLA, Rafael Duarte. **Os países andinos: tensões entre realidades domésticas e exigências externas**. In: América Latina no início do século XXI, Gilberto Dupas, coordenador, – Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2005, pp. 133 a 191.

VILLA, Rafael antonio Duarte; VIANA, Manuela Trindade. **Security issues during Lula’s administration: from the reactive to the assertive approach**. In: Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI. Brasília:IBRI, ano 53, nº 2, 2010.

VIZENTINI, Paulo Roberto Fagundes. **A nova Ordem Global**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1999.

VIZENTINI, Paulo. **O G-3 e o G-20: o Brasil e as novas coalizões internacionais**” in ALTEMANI, Henrique & LESSA, Antonio Carlos (orgs). *Relações internacionais do Brasil-temas e agendas*. Vol. 2. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 159-193.

WENDT, Alexander. **A social theory of international politics**. Cambridge University Press, Nova Iorque, 1999.

WIGHT, Martin. **A Política do Poder**. Editora Universidade de Brasília. Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

WILLARD, James Edward. **Military Diplomacy: as essential tool of Foreign Policy at the Theater Strategic Level**. Monograph of School of Advanced Military Studies, Kansas, USA, 2006.

WINAND, Érica Cristina Alexandre. **Diplomacia e defesa na gestão Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). História e conjuntura na análise das relações com a Argentina**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de História, Direito e Serviço Social, da Unesp-Franca. Franca, SP, 2010.

WINSLOW, Donna. **Military organization and culture from three perspectives: The case of Army**. In: *Social Sciences and the Military: An interdisciplinary overview*. Edited by Giuseppe Caforio. London: Routledge, 2007.

WOHLFORTH, William C. **The Stability of a Unipolar World**. *International Security*, Vol. 24, No. 1 (Summer 1999).

ZAKARIA, Fareed. **O mundo pós-americano**. Tradução Pedro Maia. Companhia das Letras, São Paulo-SP, 2008.

ZAVERUCHA, Jorge. **A fragilidade do Ministério da Defesa brasileiro**. *Rev. Sociol. Polit.* [online]. 2005, n.25, pp. 107-121.

ENTREVISTAS⁷¹

General de Exército Alberto Mendes Cardoso, Chefe da Casa Militar e Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, durante o Governo de FHC. Entrevistado em 04 de junho de 2013, em Brasília-DF.

General de Exército Sérgio Westphalen Etchegoyen, Assessor Especial do Ministro da Defesa Nelson Jobim, no Governo Lula. Entrevistado em 07 de junho 2013, em Brasília-DF.

⁷¹ Todas as entrevistas foram feitas pessoalmente e gravadas, após autorização dos entrevistados.

Embaixador Celso Luiz Nunes Amorim, Ministro de Estado das Relações Exteriores do Governo Lula e atual Ministro de Estado da Defesa. Entrevistado em 18 de outubro de 2013, no Rio de Janeiro-RJ.

General de Exército Gleuber Vieira, Ministro do Exército e Comandante do Exército, durante o Governo de FHC. Entrevistado em 07 de novembro de 2013, no Rio de Janeiro-RJ.

Embaixador Luis Felipe Lampreia, Ministro de Estado das Relações Exteriores no primeiro Governo de FHC. Entrevistado em 18 de novembro de 2013, no Rio de Janeiro-RJ.

General de Exército Enzo Martins Peri, atual Comandante do Exército. Entrevistado em 08 de abril de 2014, em Brasília-DF.

Capitão de Mar e Guerra Patricio Marcelo Espinoza Sapunar, Adido de Defesa do Chile no Brasil. Entrevistado em 08 de Abril de 2014, em Brasília-DF.

Coronel Mario Cusano, Adido de Defesa do Uruguai no Brasil. Entrevistado em 08 de Abril de 2014, em Brasília-DF.

Coronel Miguel Henrique Lugand, Adido do Exército da Argentina no Brasil. Entrevistado em 09 de Abril de 2014, em Brasília-DF.

Coronel Jorge Benitez. Adido do Exército do Peru no Brasil. Entrevistado em 10 de Abril de 2014, em Brasília-DF.

Coronel Júlio César Garay Flores. Adido do Exército do Paraguai no Brasil. Entrevistado em 10 de Abril de 2014, em Brasília-DF.

Coronel Patrício Andrade Sanchez, Adido de Defesa do Equador no Brasil. Entrevistado em 10 de Abril de 2014, em Brasília-DF.

Coronel Carlos Julio Estupinan Del Castillo, Adido do Exército da Colômbia no Brasil. Entrevistado em 10 de Abril de 2014, em Brasília-DF.

ANEXO A

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO INSTITUTO MEIRA MATTOS

ROTEIRO DE ENTREVISTA

A presente entrevista faz parte da metodologia empregada na realização da pesquisa de campo do trabalho *stricto sensu* (Tese de Doutorado) ora desenvolvido por este Oficial, para a obtenção do Título de Doutor em Ciências Militares pelo Instituto Meira Mattos, da Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME).

Segue abaixo alguns dados gerais da pesquisa e em seguida a estruturação da entrevista propriamente dita.

- **DOUTORANDO:** Maj Inf HIARLLEY GONÇALVES CRUZ **LANDIM**, aluno do 2º Ano do Curso de Comando e Estado Maior do Exército.

- **ORIENTADORA:** Prof Dra ADRIANA APARECIDA MARQUES

- **TEMA:** O Brasil e o mundo multipolar: pretensões e interesses.

- **TÍTULO:** O papel da diplomacia militar do Exército Brasileiro e o ambiente de segurança e defesa da América do Sul

- **OBJETIVOS DA PESQUISA:**

- O objetivo geral desse estudo é **analisar a influência da diplomacia militar do Exército Brasileiro sobre a cooperação regional e, conseqüentemente, sobre a criação de um ambiente de segurança e defesa sul-americano mais cooperativo**. A fim de viabilizar a consecução desse objetivo geral, foram formulados os objetivos específicos que permitirão a coleta e a análise de dados sobre a relevância da diplomacia militar do Exército Brasileiro:

A fim de viabilizar a consecução desse objetivo geral, foram formulados os objetivos específicos abaixo relacionados, que permitirão a coleta e a análise de dados sobre a relevância da diplomacia militar para a constituição do CDS:

a. analisar o ambiente de segurança e defesa na América do Sul, durante os governos FHC e Lula, descrevendo os principais aspectos da Política Externa Brasileira (PEB) para a América do Sul, no período considerado; e

b. analisar as ações da diplomacia militar do Exército na América do Sul no período considerado e seus reflexos para a cooperação regional.

- AMBIENTAÇÃO DA PESQUISA:

A pesquisa em Ciências Militares reveste-se de caráter multidisciplinar. Nesse caso específico, estamos utilizando conhecimentos e teorias da Ciência Política, Sociologia e Relações Internacionais.

O surgimento de diversos pólos de poder no sistema global é o resultado mais evidente da nova ordem mundial do século XXI. Assim, o regionalismo passou a ser visto como a principal estratégia de inserção internacional e aumento das capacidades dos países sob a coordenação de políticas.

A América do Sul, nesse enfoque, vem aprofundando, ultimamente, o seu processo de integração regional em busca do fortalecimento do multilateralismo e da vigência do direito nas relações internacionais para alcançar um mundo multipolar mais justo e equilibrado, prevalecendo a igualdade soberana dos Estados e uma cultura de paz, aumentando, assim sua estatura geopolítica no concerto internacional.

A Política Externa Brasileira (PEB) tem a integração sul-americana como um objetivo estratégico e lançou eixos a serem perseguidos ao longo do tempo que contribuem para o esboço de novas relações multilaterais no subcontinente sulamericano, utilizando o conceito de *soft power*.⁷²

A iniciativa brasileira de criação da União de Nações Sul-americanas (Unasul), em 2008, com o objetivo de construção, dentro de uma ótica participativa e consensual, de uma identidade e cidadania sul-americana, além de um espaço de

⁷² *Soft Power* é a habilidade de cooptação, de definir a agenda, de persuadir e exercer atração positiva. Existem três fontes principais de *Soft Power*: a cultura, os valores políticos e a política externa. NYE, Joseph (2010). *The Future of Power*. Washington, DC: PublicAffairs. 320p."

articulação em diversas áreas, inclusive defesa, foi um exemplo dessa ação contribuinte na reconfiguração das relações entre os países da região, pela utilização do *soft power*.

A criação do CDS em 15 de dezembro de 2008, arquitetado pelo Brasil, forneceu à Unasul mecanismo de fomento ao intercâmbio no campo da segurança e defesa entre os seus membros, como a elaboração de políticas de defesa conjuntas, intercâmbio entre os militares das diversas Forças Armadas de cada país, dentre outros.

Essa realidade nos traz algumas indagações: por qual razão o Brasil conseguiu engendrar um arranjo de defesa para a América do Sul, superando possíveis desconfiças acerca das intenções dessa iniciativa? Como formar consensos em torno de temas sensíveis de segurança e defesa em região marcada por interesses distintos e individualizados dos Estados? Essas e outras perguntas suscitaram o problema de pesquisa:

Em que medida a diplomacia militar do Exército Brasileiro contribuiu para a criação de um ambiente de segurança e defesa sul-americano mais cooperativo?

As respostas a essas indagações são o embasamento de nossa hipótese de estudo, de que **o A diplomacia militar do Exército Brasileiro, especialmente ao longo dos Governos Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Lula, contribuiu consideravelmente para o deslocamento de relações conflituosas em direção a relações cooperativas entre os países da América do Sul.**

Pode-se dizer que a presença do Exército na cena internacional sul-americana é histórica, mas por questões de limitação do estudo focaremos apenas as gestões dos Presidentes FHC e Lula.

Outro aspecto importante para o estudo é o entendimento do que venha a ser Diplomacia Militar. No bojo dessa pesquisa trabalharemos com a idéia de que diplomacia militar refere-se à capacidade do Exército Brasileiro, no âmbito externo, estabelecer diálogos que contribuam para a construção de mecanismos de cooperação e confiança entre as agências de defesa e segurança dos países sul-americanos por meio de diferentes instrumentos; desde o emprego de Adidos

Militares, intercâmbios, simpósios bilaterais, exercícios conjuntos, missões de paz, solução de controversias e missões humanitárias.

Acreditamos que esse seja um bom ponto de partida para o nosso trabalho, uma vez que pouco se fala de Diplomacia Militar na literatura nacional ou regional.

Do exposto acima, gostaria de formular algumas perguntas que possam contribuir para a complementação da bibliografia levantada, a fim de que possamos triangular dados para melhor chegarmos às conclusões sobre o problema de pesquisa levantado, de acordo com os tópicos abaixo:

ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

- 1) Principais políticas de Defesa do Governo FHC (PDN 1995)
- 2) A criação do MD e a autonomia do EB
- 3) Poder militar brasileiro como fator de projeção internacional do país
 - Alinhamento da Política de Defesa com a PEB
- 4) Tratados e acordos bilaterais na área de Defesa e Segurança – Medidas de Confiança Mútua
- 5) A diplomacia militar do EB no Governo FHC (Missões de Paz, MOMEPE, Desminagem humanitária, Cooperação, etc)
- 6) **Influência da Diplomacia Militar/EB para a configuração de um cenário regional cooperativo** (Segurança Cooperativa – criação do CDS) - liderança brasileira na região?
 - Dissuasão extrarregional – principais capacidades
 - Comunidades de Segurança (Karl Deutch)

ANEXO B

**ESCOLA DE COMANDO E ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO
INSTITUTO MEIRA MATTOS****TEXTO BASE PARA AMBIENTAÇÃO ADIDOS MILITARES**

O presente questionário aberto faz parte da metodologia empregada na realização da pesquisa de campo do trabalho *stricto sensu* (Tese de Doutorado) ora desenvolvido por este Oficial, para a obtenção do Título de Doutor em Ciências Militares pelo Instituto Meira Mattos, da Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME).

Segue abaixo alguns dados gerais da pesquisa e em seguida a estruturação da entrevista propriamente dita.

- **DOCTORANDO:** Maj Inf HIARLEY GONÇALVES CRUZ **LANDIM**, concludente do Curso de Comando e Estado Maior do Exército e aluno do 3º Ano do Curso de Pós Graduação Stricto Sensu (Doutorado) da Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME).

- **ORIENTADORA:** Prof Dra ADRIANA APARECIDA MARQUES

- **TEMA:** O Brasil e o mundo multipolar: pretensões e interesses.

- **TÍTULO:** A diplomacia militar do Exército Brasileiro e o ambiente de segurança e defesa na América do Sul.

- **OBJETIVOS DA PESQUISA:**

- O objetivo geral desse estudo é **analisar qual a influência da diplomacia militar do Exército Brasileiro sobre a cooperação regional e,**

consequentemente, sobre a criação de um ambiente de segurança e defesa sul-americano mais cooperativo.

- AMBIENTAÇÃO DA PESQUISA:

A pesquisa em Ciências Militares reveste-se de caráter multidisciplinar. Nesse caso específico, estamos utilizando conhecimentos e teorias da Ciência Política, Sociologia e Relações Internacionais.

O surgimento de diversos pólos de poder no sistema global é o resultado mais evidente da nova ordem mundial do século XXI. Assim, o regionalismo passou a ser visto como a principal estratégia de inserção internacional e aumento das capacidades dos países sob a coordenação de políticas. Além disso, a regionalização da segurança também passou a configurar no âmbito das relações internacionais, surgindo várias comunidades de segurança, que tem o objetivo maior de manter a paz em determinada área.

A América do Sul, nesse enfoque, vem aprofundando, ultimamente, o seu processo de integração regional em busca do fortalecimento do multilateralismo e da vigência do direito nas relações internacionais para alcançar um mundo multipolar mais justo e equilibrado, prevalecendo a igualdade soberana dos Estados e uma cultura de paz, aumentando, assim sua estatura geopolítica no concerto internacional.

A Política Externa Brasileira (PEB) tem a integração sul-americana como um dos principais objetivos e lançou eixos a serem perseguidos ao longo do tempo que contribuem para o esboço de novas relações multilaterais no subcontinente sul-americano, utilizando o princípio da cooperação.

A cooperação entre os militares da região é um exemplo dessa busca por maior integração e a diplomacia militar do Exército Brasileiro calcada no conjunto de ações na área de defesa, levada a efeito entre países amigos, incluindo o estabelecimento de aditâncias militares, realização de conferências bilaterais, ações militares combinadas, intercâmbios entre estabelecimentos de ensino, dentre outras, desponta como importante ferramenta da Política Externa Brasileira para ajudar a construir um ambiente de segurança e defesa mais cooperativo, na medida em que

mantém relações de amizade e transparência de ações com todos os demais países do subcontinente sul-americano.

A criação da União de Nações Sul-americanas (Unasul), em 2008, com o objetivo de construção, dentro de uma ótica participativa e consensual, de uma identidade e cidadania sul-americana, além de um espaço de articulação em diversas áreas, inclusive defesa; e a criação do Conselho de Defesa Sul-americano (CDS) são exemplos dessa iniciativa de ampliação da integração entre os países da região e incremento da cultura de paz regional.

Do exposto acima, gostaria de formular uma pergunta com resposta aberta e livre que possa contribuir para a complementação da bibliografia levantada, a fim de que possamos triangular dados para melhor chegarmos às conclusões sobre o problema de pesquisa levantado:

- Quais as percepções de V. Sa. acerca da Diplomacia Militar do Exército Brasileiro junto a seu país e quais os impactos desse relacionamento para o fortalecimento de um ambiente de segurança e defesa sul-americano mais cooperativo?